

revista de estudos guineenses

n. 5 jan. 88

SORONDA



INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA



INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA

**I
N
E
P**

Estimular a investigação científica em todos os domínios
em ordem a reforçar a consciência nacional
e promover o desenvolvimento económico
Centralizar toda a documentação disponível
colocando-a ao serviço do estudo e da pesquisa
Coordenar os projectos de investigação em curso no país



SORONDA

REVISTA DE ESTUDOS GUINEENSES

SUMÁRIO

● O irã, o fulano e a doença <i>Joop T.V.M. de Jong</i>	3
● Normas do direito internacional na ordem jurídica da República da Guiné-Bissau <i>Alexandre Chalyi</i>	29
● Colonização e religião: da primeira evangelização à colonização dos povos da Guiné <i>Vasco Cabral</i>	39
● Da experiência cooperativista na Guiné-Bissau <i>Yvan Avena</i>	51
● Observações sobre a economia política do desenvolvimento de uma aldeia africana <i>Lars Rudebeck</i>	61
● Formação de professores, locais, materiais escolares e insucesso escolar na Guiné-Bissau <i>Jean Pierre Lepri</i>	83
Documentos	
Relatório da delegação do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde ao Seminário Económico Afro-Asiático (1965)	103
ACTIVIDADES DO INEP	113
Nota de leitura <i>Eric Gable</i>	119

O IRÃ, O FULANO E A DOENÇA

Joop T.V.M. DE JONG (*)

Os métodos "tradicionais" e os "oficiais" de cuidados de saúde têm proporcionado uma polémica que nem sempre é esclarecedora.

O aproveitamento das potencialidades dos sistemas tradicionais, retirando-lhe as componentes charlatonas, poderá permitir, para além de um melhor conhecimento das suas origens e génese, a sua expansão como complemento medicina da "científica".

O caso da Guiné-Bissau é aqui suficientemente desenvolvido.

Introdução

O sistema dos cuidados de saúde sob um ponto de vista médico-antropológico

De um ponto de vista médico-antropológico, o sistema dos cuidados de saúde não deve limitar-se ao estado dos cuidados de saúde oficial do governo guineense. Este sistema oficial dos cuidados de saúde representa na Guiné-Bissau a bio-medicina do Ocidente. Foi denominado de "ocidente" ou "oficial", em oposição ao "tradicional" ou "informal" sistema curativo. Somente uma minoria de pacientes consultam este tipo de cuidados de saúde, depois de

(*) Psiquiatra com largos anos de experiência profissional na Guiné-Bissau, onde dirigiu o Departamento de Saúde Mental do Ministério da Saúde Pública.

O INEP conta publicar brevemente, na sua colecção "Kacu Martel", um livro sobre a psiquiatria na Guiné-Bissau, da autoria de Joop de Jong.

consultarem várias pessoas do seu meio, incluindo um ou vários curandeiros.

Neste capítulo seguirei Kleinman (1980), que estabelece que as estruturas internas do sistema dos cuidados de saúde são aproximadamente as mesmas ao longo das demarcações culturais, enquanto que o conteúdo varia com as circunstâncias sociais, culturais e ambientais de cada sistema. Ele propõe um modelo que pode ser aplicado à pesquisa em países desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento e, especialmente, para estudar as sociedades pós-tradicionais como a guineense, onde tanto a classe alta (letrados) como a classe baixa se socorrem de tradições indígenas de cura. O seu modelo descreve os cuidados de saúde como um sistema cultural local, composto de 3 partes sobrepostas: o sector popular, o profissional e o tradicional (étnico). Este modelo pode ser usado para descrever o sistema dos cuidados de saúde da Guiné-Bissau.

Gostaria de, em primeiro lugar, reproduzir a cosmologia dos grupos étnicos animistas guineenses. Qual é a sua visão do mundo das divindades e dos espíritos?

Qual é a relação entre espíritos e seres humanos, e como é que eles se comunicam uns com os outros? A teoria sobre a doença entre os grupos animistas deve igualmente ser mencionada. Após a descrição do sector popular, profissional e tradicional segundo Kleinman, os diferentes sectores dos cuidados de saúde e dos cuidados de saúde para as doenças comportamentais de guineenses, são ilustrados com um estudo de um caso. Finalmente irei expor algumas conclusões. Primeiramente a respeito da aplicabilidade do modelo de Kleinman e a sua questão sobre a universalidade dos modelos dos cuidados de saúde na procura de exemplos. Em segundo lugar quanto ao significado do comportamento do doente na procura da saúde, para o indivíduo e para a sociedade no seu todo.

(A informação que se segue não é resultado de uma pesquisa sistemática. Aquando da minha estadia na Guiné-Bissau recolhi notas durante as visitas feitas e numerosos curandeiros e "santuários", quer na companhia de pacientes ou somente por mim próprio).

A cultura e religião curativa dos grupos étnicos islâmicos não difere muito da dos países vizinhos e tem sido descrita de uma forma adequada noutras publicações (Trimmingham 1959, 1968; Zempeni 1969, Mark 1978, Wondergem 1985, de Jong 1986).

Alguns princípios básicos da cosmologia dos grupos étnicos animistas

O Balanta, Manjaco, Papel, Mancanha, Bijagó e Felupe adere ao que é formalmente chamado paganismo ou feiticismo e na literatura uma religião animista ou local.

Eles acreditam num Deus, que é criador onnipotente e que tem a melhor

das intenções para com a humanidade. Mas este Deus está longe e inacessível. Os seres humanos só podem solicitar a sua protecção e clemência através de forças intermediárias espirituais às quais é dado o nome de *irã*.

A palavra *irã* não indica somente qualquer força ou ser espiritual. Pode ser também um espírito ancestral ou qualquer outro ser sobrenatural; ela indica também o local das cerimónias a dedicar a estes espíritos. Em relação aos seres espirituais, o *irã* significa tanto a *serpente* como os espíritos ancestrais. A *serpente* é a divindade da terra. É representada como o *irã segu* (*irã* cego). Este *irã* cego é uma imensa gibóia cujos olhos estão fechados depois de engolir um animal e que vive na maioria das vezes nos buracos de lodo, causados pelos remoinhos dos lagos até ao nível mais alto da bolanha ou península. A serpente é a divindade mais poderosa à qual só os seres humanos fortes podem ter acesso.

Ela reside longe da humanidade e por isso é benevolente. Não aceita ofertas de vidas humanas e é a representante divina protectora do Deus a nível da aldeia. ⁽¹⁾

Em seguida, na escala espiritual, estão os espíritos ancestrais. São classificados de uma forma hierárquica paralela à ordem social. O primeiro *irã* na hierarquia simboliza o espírito ancestral do clã. A ajuda deste espírito é solicitada só em alturas de grande desgraça para todo o clã, por exemplo, em alturas de guerra. ⁽²⁾

O *irã* seguinte simboliza o espírito ancestral do fundador da linhagem. Ele é consultado quando a linhagem está em perigo ou quando se fazem cerimónias importantes. Por exemplo, a iniciação de rituais, como seja, a circuncisão ou a transição de uma idade de grupo para outra, certos rituais de morte como o djongagu. ⁽³⁾

A relação entre espíritos e homens

Qual é a relação entre estes numerosos espíritos e os seres humanos que neles acreditam? E qual é o uso de ofertas e rezas?

Todos estes espíritos e divindades têm uma função explicativa formulada por Horton, nestes termos: os deuses de uma cultura formaram um esquema, o qual interpreta a diversidade das experiências quotidianas em termos de acção em relação aos diferentes tipos de forças; cada categoria de seres tem uma função pontual face ao mundo dos acontecimentos observáveis. Este é, também, o caso entre os grupos animistas guineenses.

“A crença nos espíritos ancestrais é uma crença na reencarnação; depois de alguém morrer a sua alma reencarnará numa outra geração. Vida e morte são dois pólos de continuidade. Por outras palavras, os mortos são seres de outra ordem. Portanto, os seres ancestrais exibem qualidades humanas, tanto em carácter como em aparência. Por tanto

tempo quanto o vivo esteja interessado, os *irans* dotam-no com protecção, riqueza e descendência, desde que por esse período eles sejam honrados e regularmente recebam as suas ofertas. As relações entre indivíduos e os seus *irans* são simétricas e “protocapitalísticas”. Portanto, um suplicante pode contratar ou tentar apropriar-se do *iran*. Ele não pode esperar qualquer coisa sem dar nada em troca. As suas obrigações rituais crescerão de acordo com os seus pedidos ou a seriedade dos seus predicados. Ninguém — nem mesmo o mais velho da família pode ganhar certos privilégios através das suas funções rituais — está livre da reciprocidade”.

Estes grupos étnicos confirmam as descobertas de Somersan no seu estudo de 60 sociedades: quando uma sociedade acredita nos espíritos ancestrais, também acredita na reencarnação e vice-versa, indiferentemente se descende ou não da linha patrilinea, matrilinea ou bilateral (Somersan 1984).

A ideia de reencarnação é apresentada por Stevenson (1977) como sendo uma considerável e válida explicação sobre muitas características da personalidade humana e biológica, que teorias correntes não podem esclarecer duma maneira adequada. A sua apresentação polémica da ideia da reencarnação mostra semelhanças notáveis com as exposições guineenses de certas características humanas. Stevenson menciona que a ideia da reencarnação pode contribuir para uma compreensão melhorada de diversos assuntos como sejam: fobias e filias de infância, habilidades não aprendidas cedo na vida, anormalidades de relações crianças-pais, marcas de nascimento, nacionalismo belicoso, etc..

Os guineenses conhecem o conceito do Karma retribuidor, por exemplo, em que personalidades prévias se mostravam escalonados do mau ou do bom, contribuindo para as grandes diferenças entre as circunstâncias subjectivas e as referentes à personalidade anterior: a desgraça nesta vida é explicada por causa de negligência cerimonial dos ancestrais. Eles acreditam no Karma desenvolvível, por exemplo, a transportar de uma vida para outra características desenvolvidas, no caso, forças espirituais e clarividenciais (as quais, todavia, não levam necessariamente à vocação e ao subsequente treino pelo velho curandeiro familiar, porque o curandeiro pode também obter certas características através dum pedido a um *iran* que vai criar a obrigação do “torna boca” — oferecer o prometido sacrifício à divindade depois do pedido ter sido garantido.

O espírito ancestral do fundador da raça é também consultado em caso de disputas legais, para proteger a fecundidade e a procriação ou salvaguardar a tabanca contra a bruxaria.

Como acima mencionamos, a palavra *irã* indica a representação simbólica da residência do espírito. Entre numerosas alternativas, este pode ser: um poilão, uma garrafa revestida de folhas de palma, um bosque, uma parte de um campo de arroz, um pedaço de madeira rústica ou bem trabalhada, um pau, uma estátua, uma urna de barro (*bága-bága*), uma parte de liana, um maxilar de bode, um crânio de macaco ou unicamente um buraco no chão.

O *irã* do fundador da linhagem, que atrás citámos, pode ser simbolizado, por exemplo, por uma peça de metal à entrada da morança do seu santuário familiar (balanta) ou pela floresta sagrada (manjaco).

O que se segue em hierarquia é o espírito ancestral ao nível da morança de uma família extensa. O *irã* é acalmado durante as cerimónias regulares da agricultura e em tempos de calamidades como a falta de chuva ou uma epidemia. Ele é responsável pelo bem-estar material e pela saúde dos membros da morança. A sua existência é simbolizada por uma peça de madeira no santuário familiar (balanta), muitos paus ou estátuas antropomórficas (manjaco) e, finalmente uma estátua esculpida (bijagós) ou um pau do bosque atrás de um pequeno telhado coberto, simbolizando a presença do espírito, o qual está praticamente dentro de um buraco no tronco do poilão (papel).

Ultimamente todos os adultos têm um *irã* ou *guarda* para se protegerem a eles próprios e à sua descendência, contra um determinado número de acontecimentos como: a doença, bruxaria, ou mau-olhado. Este *irã* é usado por pregadores diários e em ofertas regulares.

Pode ser simbolizado por uma variedade de objectos: uma bracelete de metal, nos balantas; ou um pequeno chifre cheio de mézinhas de protecção o qual é guardado junto do corpo, especialmente entre os manjacos e papéis. Estes amuletos são usados para além das fronteiras étnicas como imunização contra as forças más.

Comunicação entre o mundo espiritual e o homem

Outro aspecto da cosmologia e dos cultos animistas diz respeito à comunicação com os espíritos. Ao nível do *irã* individual ou guardião, a comunicação é directa. O encarregado do guardião pode rezar ao seu espírito e oferecer-lhe regularmente vinho de palma ou *cana* (cana de açúcar destilada) como libação.

A comunicação supra-individual só é possível através dos representantes sacros da comunidade, que também realizam uma função secular. Entre os grupos étnicos animistas a hierarquia é baseada na idade dos grupos. A idade está ligada ao crescimento do poder. Este poder secular é legitimado por funções sacras e vice-versa. A reciprocidade entre o poder secular e o poder religioso e a exclusividade de certas funções pelo mais velho da família faz com que o indivíduo dependa de um grupo seleccionado de dignitários. Ao nível da família é o mais velho quem coordena as relações entre ela e a sua descendência.

Mas, para muitos importantes rituais de transição, como a circuncisão, o funeral ou o casamento, ele depende de um dignitário gerontocrático, por exemplo, o senhor da terra, o sacerdote da terra ou o coveiro. Os dignitários relevantes para o nosso argumento são os curandeiros.

Primeiramente, para a descrição dos sectores dos cuidados da saúde nós

veremos resumidamente o que se passa acerca da teoria da doença entre grupos animistas.

Teoria da doença entre os grupos animistas

O conceito da causa da doença adapta-se num quadro mais amplo que se aplica a muitos grupos africanos e que tem sido descrito por, entre outros, Horton (1967 a, b), Mbiti (1969) e Shelton (1968). No fundo das atitudes e comportamentos destes grupos africanos há três ideias fundamentais relativas à causalidade.

Primeiro, todas as coisas que existem e todas as coisas que entram em existência ou acontecem têm uma causa, a qual possui mais poder do que o efeito e, desta maneira, possui maiores “direitos” ou privilégios. A causa é superior, o que é atestado pela ascendência de Deus, ancestrais, chefes, velhos e parentes.

Segundo, os acontecimentos que afectam seriamente os seres humanos (por exemplo, nascimento, puberdade, casamento, fertilidade humana, crescimento da colheita, chuva ou seca, doença e “acidentes”, morte), são sempre causados intencionalmente.

A questão concernente à causalidade entre os europeus é “o que causa isto”, e, possivelmente, em ordem descendente da importância, são as questões “porque é que isto aconteceu”, “como é que isto aconteceu”, e “quem fez isto”?

O guineense está geralmente mais referenciado às pessoas do que às coisas e, consequentemente, a sua questão mais pertinente acerca da causa é “quem fez isto”? A pergunta “quem” refere-se à pessoa, seja divina ou humana. Consequentemente “sorte” ou “acidente” não acontecem. Nesta lógica nada aparece arbitrária, obscura ou irracionalmente. O mundo inabitado é caracterizado completamente por intenções imediatas ou últimas, apoiadas por forças espirituais.

Terceiro, a causa de qualquer ocorrência pode ser investigada através de adivinhação, memória, razão e julgamento empírico, boato ou uma combinação destes processos, como tem sido extensivamente relatado por Horton (1967 *ibid.*). Explicações similares sobre a causalidade da doença foram apresentadas por Clements (1932): perda da substância vital do corpo (perda da alma); introdução de uma estranha e maléfica substância no corpo (intrusão do espírito ou possessão); violação de “tabus”, e feitiçaria. (Contudo, a perda da alma e a introdução de uma substância estranha no corpo são ambas causadas por feitiçaria.⁽⁴⁾)

O diagnóstico coincide com a tipologia de De Waal Malefijt (1968): a doença é causada por forças coléricas sobrenaturais, por outros seres humanos, ou pelo comportamento de um indivíduo ou da sua família.

Os conceitos guineenses adaptam-se a cada uma dessas teorias. Por isso, o

diagnóstico geralmente é restringido à adivinhação acerca do tipo de mal externo que ocorre ao paciente.

Os grupos animistas guineenses empregam poucas descrições nosológicas. Assim como nas línguas indígenas europeias, eles têm palavras para indicar a maioria das doenças mentais, como seja psicose (*baria* significa “ir para par”), desordens convulsivas (*durba cabessa* significa “o corpo abatido”) ou atraso mental (*tolu* significa “parvo”). Outra expressão que é interessante, porque a nível linguístico mostra a interpretação quase idêntica de normalidade e psicopatologia é a expressão *abri cabessa* que significa “abre cabeça”. É usada para descrever uma variedade de condições: quando alguém não pode controlar a sua situação e exhibe um comportamento correspondente que pode aumentar e que se poderia chamar inusual parapsicótico; quando o *pautero*, o clarividente, entra em estado de “ver” que, de acordo com o guineense, pode ser mas não é necessariamente idêntico ao “transe”; quando pessoas entram em transe em cerimónias importantes, significando que as suas cabeças “abrem” quando entra a alma do ancestral defunto. Uma classificação mais refinada não existe. Isto é totalmente diferente da nosologia como tem sido descrita para outras culturas, como a de Navaho (Kluckhohn & Romney 1961), o Yoruba, Shona e Iban (Prince, Gelfand, Schmidt in Kiev *et al.*, 1974), o Baganda (Orly 1970), e outras culturas como as dos Etíopes, Serra Leoneses e Senegaleses (Giel 1984, Kortmann 1986, Dawson em Ademuwagun *et al.*, 1979, Zemleni 1966).

Os sectores popular, tradicional e profissional dos cuidados de saúde

Na secção precedente sumariei a cosmologia e as crenças acerca da causa da doença.

Quando um indivíduo é confrontado com o sofrimento ele pode dirigir-se a um ou vários sectores da saúde. Nestes sectores há diferentes interpretações reflectindo diferentes sistemas de significados e normas. No sector popular um indivíduo pode ser um “membro familiar doente” e no sector profissional ele pode ser um “paciente” ou “doente”.

Em cada sector a doença é compreendida, rotulada e interpretada e é-lhe aplicada uma forma especial de tratamento (Siegler & Osmond 1973).

Os sector popular dos cuidados de saúde

Kleinman (1980) declara que a esfera popular dos cuidados de saúde é a maior, bem como a parte menos estudada e menos compreendida de todos os sistemas. É a camada não-profissional, não-especialista, da cultura popular, na

qual sofrer é reconhecido e definido primeiro e na qual são iniciadas as actividades dos cuidados da saúde.

O sector popular está baseado na ajuda própria e na ajuda directa do ambiente (Hattinga Verschure 1978). Nos Estados Unidos 70 a 90% e na Etiópia 59% dos episódios de doença são administrados no sector popular (Zola 1972 a 1972 b, Buschkers 1977).

Depois dos pacientes terem recebido tratamento no sector tradicional ou profissional eles regressam ao sector popular a fim de o avaliarem e decidir o que fazer a seguir. O sector popular é o vínculo entre as fronteiras dos diferentes sectores. O sector popular inter-actua com cada um dos outros sectores, todavia estão frequentemente isolados uns dos outros.

A auto-medicação pelo indivíduo e família é a primeira acção terapêutica de intervenção.

Podem ocorrer os seguintes casos: percepção e experimentação dos sintomas; marcação e avaliação da doença; confirmar o tipo de doença, decidir empenhar-se num determinado comportamento de procura de saúde; utilização dos tratamentos e avaliação dos seus sintomas.

A pessoa doente e a sua família podem tomar decisões que englobem uma cadeia de possíveis alternativas. Sinais de doença podem ser menosprezados — considerando-os vulgares — ou eles podem validar a doença do doente.

O indivíduo ou a sua família podem decidir mudar-se para fora do sector popular, o que frequentemente significa ir para além do físico bem como para além dos limites dos cuidados da saúde da família. Eles podem optar por consultar os sectores profissional ou tradicional e dentro de cada um deles podem escolher entre muitos uma quantidade de alternativas de tratamento.

O sector guineense ligado à saúde popular, no seu todo, não se diferencia muito de outros, doutras culturas. De um ponto de vista curativo o indivíduo sofredor pode rezar ou fazer ofertas ao seu *irã* pessoal ou guardião. Se isto provar não ser suficiente ele poderá comprar ervas no mercado ou tentar obter um amuleto.

Dependendo do local onde vive e a que status social pertence, este passo pode ser precedido ou seguido pela visita ao sector profissional; ele pode visitar uma das policlínicas ou pode directamente tentar comprar cloroquina e aspirina nas farmácias estatais. Pode também dirigir-se, ele próprio, a um dos representantes do sector tradicional como seja ao *djambakos* ou ao *moru*. Quando um dos seus membros fica doente a família pode decidir fazer uma reunião familiar.

Antes ou depois deste encontro o doente pode contactar os ancestrais da tabanca familiar. Deverá fazer ofertas como libação, falar-lhes como se eles estivessem vivos e pedir conselho e protecção. A reunião familiar pode concluir que um remédio conhecido de um dos seus membros pode trazer auxílio ou que a doença é devida à negligência na cerimónia de um dos vivos ou dos mortos e portanto que um sacrifício terá de ser ainda realizado. Ou então, pode concluir que alguém violou o "tabu" e que os espíritos têm de ser acalmados.

A nível familiar existe uma considerável sobreposição com o sector tradicional; por exemplo, a família pode decidir consultar o *djambakos*, o qual pertence ao mais elevado nível do patriarcado ou matriarcado. Ou, mutuamente, a família pode suspeitar dum mau agente dentro do seu próprio meio e visitar um oráculo distante. Conforme vimos, ao nível do indivíduo a família pode também decidir apelar ao sector profissional.

Na minha opinião, tanto ao nível do indivíduo como do da família, a prevenção ou sustento da saúde no sector popular é mais importante que o aspecto curativo. Este resultado da manutenção da saúde é na maior parte das vezes devido a uma diminuição da ansiedade. Uma ou duas vezes por ano o guineense visita o *djambakos* ou o *baloberu* onde os espíritos lhe dirão que ele e a sua família irão prosperar. Se isto não acontecer, eles dir-lhe-ão o que deverá fazer para se prevenir contra o infortúnio. A sua tremenda fé no poder divino da reza do oráculo reduz a ansiedade existencial, assim como certos aspectos desvalorizativos dos actuais cuidados modernos da saúde profissional, ex., o anual chek-up no cardiologista, o qual é muitas vezes fundamentado na mágica suposição que um sistema circulatório saudável funciona como uma parte totalizante para o corpo e para a mente.

O guineense pode fazer o uso que quiser de outros redutores da ansiedade. O seu guarda pessoal protege-o e no âmbito dos feitiços pode proteger a sua descendência, pode libertar-se da sua alma para acreditar nos *djambakos* que a põem dentro de uma garrafa, pelo que assim ninguém poderá tocá-la ou roubá-la. Evidentemente que as inúmeras funções das cerimónias serão de reduzir ansiedades bem como tensões dentro das famílias e da comunidade ou dar ao indivíduo um status e um objectivo na vida.

O sector tradicional dos cuidados de saúde

O sector tradicional dos cuidados de saúde (não profissional, não burocrático especialista) interliga-se com os outros dois sectores do sistema local dos cuidados de saúde. A medicina tradicional é uma mistura de muitas componentes diversas; algumas são estreitamente referentes ao sector profissional mas muitas outras são relativas ao sector popular (Kleinman *ibid.*)

Na Holanda, anualmente, 800.000 pessoas têm sete milhões de contactos com a "alternativa" métodos curativos. "Alternativa" aqui significa métodos curativos que não são ensinados nas Universidades. Metade das 7 milhões de consultas são dadas por médicos e outra metade por curandeiros pertencentes ao sector tradicional. De cinco pacientes que visitam o profissional médico, um já visitou também um curandeiro (Van Dijk 1984). Na Etiópia, 25% dos episódios de doença são resolvidos no sector tradicional (Buschkens, 1977).

A profissionalização na Guiné-Bissau é um fenómeno recente, onde o sector tradicional e o sector popular constituem virtualmente o sistema completo de cuidados da saúde.

Passo a descrever os diferentes tipos de curandeiros e grupos de culto constituídos por mulheres; depois vou salientar alguns modelos de busca de saúde no sector tradicional.

Curandeiros e cultos curativos

Durante uma pesquisa no sul do país colecionámos informações acerca dos curandeiros e das suas actividades. Quando perguntámos acerca dos curandeiros que conheciam, os nossos informadores fizeram uma estimativa de um curandeiro ou grupo de culto por 475 habitantes, números condordantes com o ordenamento descrito para outras partes da África (Ademuwagun *et al.*, 1979). Encontrámos dois tipos de curandeiros animistas representando poderes positivos, o *baloberu* e o *djambakos* por oposição ao *futseru*, o feiticeiro que é a encarnação do mal. Adicionalmente encontramos cultos de mulheres rivalizando com o feiticeiro e curandeiros muçulmanos chamados *moru*. O *baloberu*, o *djambakos* e os membros dos cultos de mulheres são camponeses contratados a part-time para acção curativa.

Muitos dos *baloberus* e *djambakos* são não-itinerantes e estão virtualmente fixos no local do seu *irã*. Em contraste com o *moru*, que está muito mais ocupado, quase em full-time, com as suas tarefas religiosas e curativas e que muitas vezes vagueia pelas aldeias. Entre os vários grupos étnicos animistas e até dentro de um grupo étnico existem consideráveis sobreposições de funções entre os vários curandeiros. Na intenção de melhor esclarecer estes casos irei descrevê-los separadamente.

O baloberu

O *baloberu* é um sacerdote do *baloba*, a árvore sagrada da aldeia. No santuário (*baloba*) da aldeia, localizado junto desta árvore, funciona como chefe de culto durante as cerimónias da comunidade e também transmite pedidos pessoais e desejos. Conjuntamente, ele é consultor importante do conselho da tabanca. Neste santuário — *baloba* — encarrega-se do *bota sorte*, o que literalmente significa “tirar sortes”. Qualquer membro da comunidade e, actualmente, também outros de fora, podem submeter um pedido ou predicamento. Isto pode acontecer numa sessão de grupo junto da árvore sagrada mas também na casa do *baloberu* se é desejada uma atmosfera mais privada. O pedido é acompanhado por uma garrafa de vinho de palma ou *cana* (cana-de-açúcar destilada). Parte do álcool tem de ser bebido pelos presentes e a outra parte é derramada no chão, sendo esta destinada ao *irã*. O suplicante pode expressar qualquer desejo, o qual muitas vezes se relaciona com o seu futuro ou com a sua descendência. O *baloberu* entra em transe, o que em termos guineen-

ses significa que o defunto, a alma do antepassado morto, entra no seu corpo. Com uma voz tremente ou ventríloqua o *baloberu* comunica numa linguagem especial oracular com os espíritos e transmite-lhes os pedidos do suplicante. Os espíritos respondem se concordam com o pedido. O cliente promete voltar quando a seu pedido estiver garantido. A isto chama-se *torna boca* ou *volta boca*. Ele terá de sacrificar um animal, cujo tamanho depende do tipo do pedido, e varia, por exemplo, de uma galinha a uma vaca.

Dependendo do grupo étnico, este animal será consumido por todos os participantes da cerimónia, pela aldeia ou pelo homem mais velho da floresta sagrada. Em qualquer dos casos o animal tem de se urinar antes de ser chacinado a fim de que haja a certeza de que a divindade aceita o sacrifício.

A função do *baloberu* é hereditária e é transmitida através dos descendentes do pai. Usualmente o *baloberu* pertence a uma das famílias ligada ao fundador da linhagem. Em geral, esta função é exclusiva dos homens. A alma do curandeiro falecido designa o seu sucessor na geração seguinte enviando uma doença ou qualquer outro malefício, a qual durante a adivinhação é revelada para ser o chamamento para a iniciação como *baloberu*.

O djambakos

O *djambakos* é um adivinho e curandeiro, que, na maior parte das vezes, é visto como homem sábio. A sua ajuda é solicitada em alturas de desgraça, tanto pelos camponeses como pelos políticos. O problema em questão pode ser uma importante decisão, como dificuldade de trabalho, problemas com a esposa ou filhos, uma má colheita, roubo, doença ou dificuldade similar.

O *djambakos* pertence a diferentes grupos étnicos e ainda dentro da tabanca pode seguir processos diferentes. Irei descrever, muito resumidamente, o mais comum deles todos. Primeiro diagnostica a origem do problema. Pode basear o seu diagnóstico unicamente na predestinação, o que faz exhibir a sua capacidade como um *pauteru* clarividente. Como doutor bruxo por excelência, tem a força, o poder de combater as feitiçarias e as bruxarias. Quando informado acerca da sua capacidade como clarividente ele é ambivalente. Por um lado pode referir ou mesmo vangloriar-se dos feitos extraordinários das suas segundas visões, adaptando assim o seu poder e aumentando a ânsia do doente para ser tratado por ele. Mas quando se pergunta directamente, negará sempre a sua clarividência. Se respondesse afirmativamente, deveria admitir que era susceptível a feitiçaria e, de facto, está empenhado na bruxaria. É evidente que está, porque de outro modo não poderia tratar os seus doentes. Ele pode pedir ao seu cliente ou aos seus companheiros para irem ao seu oráculo com um tributo claro do prediamento.

Além disso, a adivinhação normalmente começa com uma oferta de vinho de palma ou cana como libação. Tem de ser bebido um pouco de álcool por

todos os presentes, incluindo o *djambakos*, e outra parte é deitada na bacia da libação ou altar, a maior parte das vezes, acompanhada pela apresentação verbal do cliente do seu problema ao *irã*. Geralmente a adivinhação incluirá um oráculo com as entranhas de um galo. Em seguida o *djambakos* indica as conotações das diferentes cores dos testes e divertículo de Meckel, por exemplo, que o pólo branco ou preto dos testículos significa que o *irã* está pronto a ajudar ou que um dos presentes incluindo o cliente ou paciente está ligado à feitiçaria.

A adivinhação pode dizer respeito ao passado, presente e futuro. Então, o defunto, a alma do antepassado morto, pode entrar novamente no *djambakos*. Em transe ele pode fazer o seu diagnóstico através da inspiração divina ou teomância. O espírito transmitirá aos seres humanos normais a sua mensagem através de uma linguagem ininteligível, a qual o *djambakos* pode proferir por ventriloquismo.⁽⁵⁾

O *djambakos* também pode realizar a sua adivinhação através da oniromância. Neste caso, dirá ao paciente para voltar para ouvir o resultado do seu sonho. Pode, então, usar qualquer uma das imensas variedades das técnicas de geomância com areia, água, ossos, paus, um chifre num cordel, madeira de pinheiro, etc. Está estabelecido que, no caso de qualquer predicamento, como a morte, a sua predestinação resultará sempre num diagnóstico do tipo do mal externo causador do problema. Este pode ter origem tanto nas forças sobrenaturais más como noutros seres humanos, ou no comportamento do paciente ou ajuda da sua família.

Em primeiro lugar a doença pode ser causada por forças sobrenaturais maléficas. Pode ser uma manifestação do espírito antepassado pedindo uma actividade ritual.

A função do djambakos

Normalmente o suplicante ou um dos seus antepassados faltaram ao *torna boca* por não trazerem o sacrifício prometido depois do seu pedido estar garantido. Pode dever-se a outra cerimónia não cumprida, por exemplo, o adiamento da construção de um santuário de um antepassado, o qual é punido por este através do envio de infortúnios. Desde que qualquer indivíduo esteja envolvido numa teia de obrigações rituais entre membros da geração precedente, que várias vezes falharam à realização dos seus deveres cerimoniais, é raro qualquer pessoa estar sempre completamente inocente da negligência ritual.

O *irã* do Cobia é um exemplo que pode relativizar a fixação dos espíritos e a humanidade (cf. de Jong 1987).

Não obstante, originalmente o espírito estava relacionado, em primeiro lugar, com o fundador dum clã ou raça. Veio para ser associado à sua vinculação com o lugar. Desse lugar pode ser transportado para outro, em caso de migração ou de guerra, e pode ser reconhecido e visitado pelos de fora.

Em segundo lugar a doença pode ser causada por outros seres humanos. A adivinhação pode atribuir o infortúnio à feitiçaria ou ao mau-olhado. Em terceiro lugar o comportamento do paciente ou da sua família pode causar problemas de saúde, por exemplo, por violação do “tabu”.

A doença pode também resultar de uma causa natural. Na filosofia tradicional isso significa que as categorias que acima mencionamos estão excluídas e que deus envia a doença. O paciente deverá então ir fazer tratamento no *djambakos* ou consultar uma das instituições da saúde do Sector dos Cuidados de Saúde.

O tratamento de *djambakos*, de acordo com o seu diagnóstico, será composto por uma combinação de técnicas terapêuticas que podem ser prolongadas inteiramente por algum tempo sem que fique mal visto.

Na maioria dos casos a adivinhação resulta numa ameaça e vaga descrição de um ou vários indivíduos que injuriaram a vítima com feitiçaria, pela introdução de objectos maléficos no corpo que têm de ser removidos. Através da sugação da pele ou soprando uma concha ou chifre, o *djambakos* ingenuamente, ou sugestivamente, remove calhaus, peças de resina ou babas de vermes. Juntamente com esta forma contagiosa de magia simpática, um bruxo ou feitiçeiro pode ainda usar outras armas. Pode enfraquecer ou matar um doente num período de dois meses, roubando-lhe a sua alma — um diagnóstico frequente do caso de depressão ou tuberculose — que ele transfere para o *irã* e que o *djambakos* subsequentemente tem de recuperar.

Primeiro localiza a alma, que pode tomar a forma de, por exemplo, uma criança ou mosca. Então o *djambakos* tentará abrandar o *irã* para trocar a alma da vítima pela de um animal através da oferta do sangue deste.

Muitas das doenças naturais e feitiçaria podem ser também tratadas com ervas ou raízes. Muitos *djambakos* disseram-me que conheciam centenas de plantas e um tratamento pode consistir na combinação de 10 plantas medicinais. A escolha da planta para um determinado doente ou para uma doença rara pode mais uma vez ser revelada durante um sonho.

Em Cobia, perto de Cacheu, encontrei um *djambakos* que proclamava ter capacidades especiais para curar doenças mentais, que não podiam ser identificadas nem pelos nossos pacientes nem pelos funcionários do nosso Centro de Saúde Mental.

Muitos *djambakos* são especializados em certas doenças, como dores abdominais, desordens convulsivas, picadas de serpentes, dores de cabeça ou feridas. Alguns são bem conhecidos e bem sucedidos no tratamento de problemas ortopédicos. Também a respeito das terapias acima mencionadas, o *djambakos*

pode fazer um uso seleccionado da massagem, de cataplasmas, escarificações da pele, e sugação do sangue através de copos ou chifres para remover o "sangue sujo". Quando o animal é sacrificado, uma larga porção ou uma valiosa parte, como uma cabeça de porco, é dada como prémio ao *djambakos*. Apesar do *irã* não aprovar recompensas financeiras, o *djambakos* pode pedir o pagamento, que em geral é maior nas tabancas das aldeias e pode ser tão elevado quanto o salário mensal de um trabalhador.

A função do *djambakos* não é hereditária. O *irã* pode indicar qualquer pessoa como sucessora do *djambakos* morto. Ele atingirá o seu candidato com uma doença ou infortúnio (ainda que ele possa, também, indicar uma pessoa arbitrária para visitar o oráculo), o que durante a predestinação é revelado como um apelo para ser iniciado. Ainda que esta sucessão seja representada como a vontade da divindade, o *djambakos* executante da adivinhação tem bastantes oportunidades para seleccionar o candidato que prevê ser capaz de assumir as responsabilidades desta tarefa.

O *djambakos*, homem ou mulher, será iniciado e recebe um treino adicional de um par de semanas ou, em alguns grupos étnicos, até de anos. Tem de pagar uma soma considerável ao seu professor, pelos conhecimentos que este lhe transmite sobre as plantas. Este pagamento tem de ser acompanhado por oferendas ao *irã*, caso contrário o seu conhecimento não dará resultado quando for curar um doente.

Grupos de culto de mulheres

Entre os felupes existem grupos de culto de mulheres, dedicados ao *irã Karahai*. Este nome indica também a dança dedicada às mulheres do *irã*. Para executar a cerimónia da dança *Karahai* todas as mulheres que têm estado grávidas juntam-se e indicam a mulher mais velha como sua chefe. Esta chefe comanda a cerimónia *Karahai*, a qual tem como objectivo lutar contra o infortúnio e contra a doença ou aridez na comunidade. Grupos similares existem nos manjacos, mancanhas, papeis e balantas. O que acima foi exposto existe no Sul: encontrámos seis grupos de culto de mulheres entre os balantas. Estes grupos chamam-se *fière jante*. Porque o *fière jante* é o predecessor da renovação do movimento *langue langue*, irei mencioná-los resumidamente.

Em altura de desgraça um grupo de mulheres balantas, casadas, pode juntar-se à volta de um número de mulheres *djambakos*. O *djambakos* que é mais dotado com clarividência e predestinador do poder é eleito como seu chefe e recebe o nome de *fière jante*, o que ao mesmo tempo é o nome de todo o grupo. Contudo, na vida quotidiana, uma do grupo pode ser chamada por uma pessoa doente; a sua ajuda é especialmente solicitada em tempos de epidemia acompanhada por uma elevada mortalidade infantil. A elevada mortalidade infantil é causada pelos bruxos. Para ser membro da associação dos bruxos, todo o bruxo dos arredores é obrigado a contribuir com uma alma, de preferência a de

uma criança, para as suas refeições comunais nocturnas. O bruxo pode também estar ansioso por ser mais rico do que os seus vizinhos e solicita através do *irã* mais fortuna em troca de almas.

Bruxos e, por conseguinte, o *fière jante*, são mais activos no início da estação das chuvas e durante o período seco, quando a mortalidade infantil é elevada devido à malária e ao sarampo, respectivamente. Quando uma família ou aldeia solicita a ajuda do *fière jante*, o marido da mulher tem de aceitar a partida da sua esposa. O grupo sai da aldeia ou da casa da pessoa doente. Enquanto o grupo de mulheres, incluindo o *fière jante*, fica com a pessoa doente, a alma do chefe com o seu forte poder divino é capaz de localizar o *irã* a quem o bruxo entregou a alma do doente. Então, entrega-se a uma luta feroz com o *irã* até conseguir arrebatar-lhe a alma do paciente. Põe a alma na água contida num pequeno pote, cabaça ou garrafa e dá-a a beber ao doente. Enquanto melhora, nos dias seguintes, a *fière jante* fixa o poder do tratamento. Na maior parte das vezes será um animal. Uma parte será oferecida ao chefe, e a restante será comida durante a festa grande.

Moru

Apesar de o *moru* (*Marabout*), bem como o padre muçulmano e o curandeiro, não aparecerem neste artigo, ele merece atenção visto ser muitas vezes consultado, da mesma forma, tanto pelos muçulmanos como pelos animistas. A sua fé islâmica dá a impressão de uma fina camada de verniz disfarçando rigorosamente uma arte curativa que se identifica com a arte do *djambakos*.

O *moru* é consultado para o mesmo tipo de predicamentos como o dos seus colegas animistas, especialmente para a adivinhação relativa à doença, má sorte ou ao seu futuro, que ele combina com a arte curativa. Juntamente com a arte curativa ele tem orgulho na sua capacidade e é solicitado pela variedade de feitiços; por exemplo, pode segurar-se a uma pequena vara bifurcada de uma árvore, amaldiçoar uma pessoa que irá, consequentemente, ficar louca tão rapidamente quanto a vara se for movendo pelo vento.

O *moru* recebe a sua força de Alá. Antes de se comprometer na arte curativa ele visita uma escola de Corão, seguido de um período de treino com um *moru* já experimentado. O islamismo serve-lhe como base para a interpretação de espíritos islâmicos como seja, *seytané* e *jinné* ou *irãs* animistas. Parte da magia simpática acerca dos feitiços entre animistas é substituída pelos bons conhecimentos técnicos de lavar os textos do Corão de uma tábua de escrever e utilizar a água como medicamento ou gravar os versos do Corão numa pele que possa ser usada como amuleto no corpo. Em princípio, quaisquer pessoas, incluindo mulheres, podem vir a ser *moru*. Na realidade, a profissão é passada geralmente de pai para filho. Em geral os honorários não são compatíveis com os dos curandeiros animistas e podem chegar a 60 mil pesos ou mais.

Conforme já vimos, o tipo de predicamento, angustiando um pequeno ou grande segmento da comunidade, poderá determinar a consulta da divindade específica através da mediação de um número limitado de dignitários. Em geral, à parte das epidemias, a doença é olhada como um problema do indivíduo e da sua família. No sector popular um indivíduo pode contactar o seu *irã* pessoal, comprar medicamentos, ou ir então directamente ao curandeiro, no sector tradicional ou profissional.

A família pode organizar um encontro e consultar os antepassados e então tentar encontrar a possível causa e decidir-se por uma terapia para a doença. Em ambos os níveis, individual ou familiar, estas pessoas estão interligadas com o sector tradicional. As opções muito comuns a respeito do sector tradicional serão brevemente mencionadas.

Consultar o sector tradicional, na maior parte das vezes, implica a consulta do curandeiro, que celebra no santuário familiar, ou no seu próprio, a confiança de um doente particular.

Se o doente está emigrado — um fenómeno crescente na Guiné-Bissau, bem como em qualquer outra parte de África — a consulta do seu curandeiro depara com vários obstáculos como arranjar dinheiro para cobrir as despesas da viagem e rituais, ou pedir para deixar o trabalho, o que muitas vezes significa que a viagem tem de ser adiada. Assim, o paciente tem de, primeiro, decidir ver um outro curandeiro no sector tradicional ou profissional. Muitas vezes, a escolha é arbitrária e é dependente da fama — ainda mais importante na cultura sem escrita — da credibilidade e acessibilidade do curandeiro.

Em adição à visita a este curandeiro de confiança, a família e/ou o doente pode proceder a outra adivinhação.⁽⁶⁾

O número de oráculos consultados dependerá da gravidade da doença do sofredor ou da unanimidade dos julgamentos dos oráculos; por exemplo, quando o oráculo indica alguma negligência ritual, a relação com a divindade deverá ser estabelecida por meio de um sacrifício. Se a saúde do doente melhora, a família pára com a adivinhação. Mas se o oráculo discorda com a causa da doença — independentemente do número de espíritos antepassados que esperam cerimonial obediência — os participantes continuarão a visitar oráculos até que seja encontrado um julgamento maioritário sobre a causa da doença. É uma espécie de “teste intercolegial” na iniciação dos pacientes.

De facto, o desacordo entre os diferentes adivinhos muitas vezes motiva os pacientes e as suas famílias a dirigirem-se ao sector profissional. E as visitas a muitos curandeiros, por exemplo, doutores, no sector profissional faz parte da indigenização, possivelmente indesejada dos cuidados profissionais de saúde.

Todavia, pode-se pensar que as divindades desempenham um papel importante na determinação da hierarquia dos sectores dos cuidados de saúde (na prática a sua função é limitada). Principalmente dão uma recomendação a respeito do sacrifício ou dão uma terapia no sentido restrito. Nos casos em que referem o paciente a outro curandeiro, normalmente o paciente tem um pro-

blema específico, como seja uma doença, e eles conhecem o curandeiro, seja no sector profissional, popular ou tradicional.

É do sector popular, mais especificamente o paciente e a sua família mais chegada, de quem depende o processo da procura da saúde.

Para ilustrar o que integra os diferentes sectores dos cuidados de saúde mostraremos o caso de um paciente chamado Carlos⁽⁷⁾. Este caso é descrito com detalhes consideráveis a fim de chamar a atenção em pormenor para o contacto guineense.

História de Carlos

"Eu nasci numa tabanca de uma família animista camponesa. Quando nasci tinha pus nos olhos. A minha mãe levou-me ao *baloba* da família do meu pai que ainda continuo a consultar. Depois do *chick oracolo* (sacrifício do frango) o *baloberu* disse à minha mãe que uma pessoa de outra tabanca me tinha lançado um feitiço porque o seu único filho, recém nascido, era menos bonito e um tanto fraco⁽⁸⁾.

"Os meus pais pediram ao *irã* para cegar e matar o autor, do mesmo modo como ele tentou comigo. Este homem ficou cego e morreu seis anos depois. Dizia que era um feiticeiro. Herdou um *irã* do seu tio que, ao contrário deste, utilizava para matar crianças e outros. Não era antipático, nem rico nem pobre, se era marginalizado isso devia-se a complicações que arranjava por banalidades.

"Depois da sua morte o *djongago* indicou-o como feiticeiro e foi enterrado de acordo com a sua posição. Enterraram-no fora do cemitério na presença de muito poucos velhos, num buraco feito no chão, sem lençol, assim as hienas sentiriam o seu odor desenterrá-lo-iam e devorariam. Antes da sua morte era conhecido como feiticeiro, nunca tendo dito nada a ninguém nem mesmo à sua família, mulher ou filhos, pois estes poderiam sentir-se envergonhados com as suas actividades nocturnas.

"Ontem encontrei o seu filho. Nós damo-nos bem. A minha infância na tabanca foi agradável. A única vez que estive doente foi com sete ou oito anos. Apanhei uma dor de dentes que foi tratada pelo meu pai que é um *baloberu*. Aos oito anos vim para Bissau para viver com a irmã mais velha do meu pai, deste modo pude ir para a escola secundária. Nessa altura a escola secundária era muito mais difícil do que agora. A minha tia tratava-me de um modo muito diferente do da minha mãe: tinha de lavar os pratos, limpar o chão e coisas desse género. O filho da minha tia fazia trabalho clandestino para o Partido. Foi apanhado pela polícia portuguesa PIDE e aprisionado em Moçâmedes/ Angola. Para sustentar a família tive de deixar o ensino secundário que estava a acabar e encontrar um trabalho numa firma comercial. Nos finais dos meus dezasseis anos também iniciei a minha actividade clandestina para o Partido.

mobilizando a população e pondo bombas nos bares dos soldados portugueses. Aos vinte anos tive de entrar para o serviço militar que os portugueses tinham acabado de prolongar para três anos. Depois da minha inscrição, fugi vestido com o uniforme militar colonial para as áreas libertadas onde trabalhei como professor.

“Tal como muita gente que esteve metida no trabalho clandestino durante o tempo colonial, depois da independência também eu obtive um trabalho no departamento da Segurança.

“Aos trinta e sete anos enviaram-me para a URSS, por um período de três anos. Depois de ter regressado, Nino Vieira fez o golpe de Estado em Novembro de 1980. Muitos quadros da segurança foram acusados por terem participado em mortes, aquando do governo do antigo Ministro de Segurança e do antigo presidente. Apesar de não sabermos do que se estava a passar, ainda que fôssemos desconhecedores do que tinha sucedido, muitos de nós fomos capturados. No primeiro ano ficámos na prisão em Bissau. Era um lugar frio, onde não se via uma réstea de sol, e dormíamos numa prancha de papelão em cima do soalho frio. Depois deste primeiro ano, fomos transferidos para o interior do país onde tínhamos mais liberdade. Seis meses mais tarde soubemos, inesperadamente, que tínhamos sido finalmente libertados.⁽⁹⁾

“O primeiro ano depois da minha libertação passei-o em casa e de vez em quando recebíamos algum dinheiro do Presidente. Seis meses depois as nossas famílias ofereceram cana ao *irã*. Dentro e atrás da casa, ficámos dois dias na tabanca da minha mãe para executar cerimónias e agradecer ao *irã* a minha liberdade.”

Carlos descreve então como ele e os seus colegas foram convocados para irem ao palácio do Presidente. O Presidente perguntou-lhes onde é que eles queriam trabalhar, se no Ministério dos Negócios Estrangeiros ou no do Comércio ou no das Pescas. Responderam que qualquer lugar serviria desde que fosse para servir o País. Assim, Carlos tornou-se chefe de um Departamento Comercial.

Em fins de 1983 foi hospitalizado no Hospital Central Simão Mendes com um ataque de malária, e foi tratado com uma infusão de quinino e tetraciclina durante 18 dias. Quando saiu do hospital a sua mulher e a sua irmã foram ao *moru*.

O *moru* disse que a sua doença era causada por um mau vento que o tinha atacado durante a noite ao sair de casa (um espírito ou um feitiço podem manifestar-se em qualquer tipo de vento, desde uma simples aragem a um vendaval, causando o tipo de doença que o espírito quisesse ou o pedido do malfetor quando ele lança o feitiço.)

O *moru* disse que elas teriam de dar a alguém uma das camisas de Carlos como caridade. Quando três meses mais tarde Carlos perguntou à sua mulher onde estava essa camisa, ela disse-lhe que a tinha dado àquele *moru*, pois, doutro modo, ele não saberia que ela tinha cumprido a promessa. Passou um

mês, sem que Carlos consultasse o sector profissional e a sua mulher o popular, dos cuidados de saúde, e foi então que surgiu o segundo problema quando ia começar a trabalhar.

“Eu estava a passear com um colega na estrada, quando subitamente me senti atordoado e tive de me sentar. Um táxi levou-me a casa. Fiquei de cama e já não me pude levantar. A minha família pensou que eu sofria de hipertensão, mas não costume beber bebidas alcoólicas. O meu avô deu-me um pouco de cana e senti-me muito melhor.”

Depois destas considerações acerca da relação entre a doença, hipertensão e álcool e o alívio provocado pela cana, ele deixa o sector popular e consulta o profissional.

“Fui à urgência do Hospital Simão Mendes onde um médico estrangeiro deu alguns comprimidos, que não fizeram nada e continuei de cama.”

Um mês mais tarde, depois de ter começado a trabalhar, deixou de ir ao trabalho por causa da sua doença. O avô conhecia um *fnoru* que lhe tinha sido, uma vez, recomendado por um amigo e que naquela altura o tinha socorrido de uma dor. O problema do Carlos voltou do sector popular para o sector tradicional.

“Este *moru* não era o mesmo que me tinha tratado aquando da malária. Veio à nossa casa mas não fez o “bota sorte”. Disse apenas que a minha doença desapareceria e deu-me uma garrafa com água e raízes. Lavei-me com ela durante 4 ou 5 dias sem obter qualquer resultado. Tinha ainda dificuldade em levantar-me da cama, quando andava um bocado tinha tendência para cair e algumas vezes o meu coração batia com mais força (o que significa *fiendie* em crioulo e, neste contexto, pode indicar em qualquer caso uma extrasístole ou palpitações).

“Passado um mês a minha irmã foi a um *djambakos* que é parente da minha família e pertence ao mesmo grupo étnico, que disse que eu tinha de fazer oferta ao *irã* da família do meu pai. Assim, entornei cana na urna, dentro e atrás da casa, mas senti exactamente o mesmo.”

Depois de consultar estes dois representantes do sector tradicional, Carlos voltou, outra vez, para o sector profissional, alternando com o sector popular e tradicional.

Os dois hospitais situavam-se a dias de distância da capital: fui ao hospital de Bolama, onde conhecia um médico de Conakry. Injectou-me dez vezes uma ampola de nicetamida⁽¹⁰⁾, sem qualquer resultado. No mês seguinte fui ao hospital de Canchungo, onde os médicos chineses não me trataram com acupunctura mas deram-me alguns comprimidos que de alguma forma melhoraram o meu estado físico.

Depois disto fui ao *kansaré*⁽¹¹⁾ da tabanca da minha mãe onde tive de oferecer cana. Dali fui oferecer ao *irã* de outra tabanca perto de cemitério onde o meu pai costumava fazer os sacrifícios. Depois destas cerimónias melhorei

durante dois dias. Então, regressei outra vez a Bissau onde recebi novas ampolas de nicetamida, de novo sem resultado, e depois para Canchungo onde tomei mais comprimidos, que me fizeram pouquíssimo efeito.

Entretanto, Carlos começou a trabalhar. Bissemanalmente ficava impossibilitado, especialmente depois de se enervar ou quando se zangava com um dos trabalhadores. Algumas vezes não se sentia bem sem saber a razão, mas quando bebia alguns copos de cerveja ou vinho de cajú ficava melhor.

No final da estação seca de 1985 a sua mulher resolveu chamar mais uma vez o sector tradicional e visitar outro *djambakos*.

“Este *djambakos* disse a minha mulher que eu tinha de agradecer ao *irã* onde o meu tio tinha estado quando fiquei na prisão e a quem tinha prometido uma ovelha, uma galinha e cana se eu saísse salvo e com saúde. Foi um outro caminho, até à tabanca que ficava a 15 km de distância da de minha mãe. Ajoelhei-me e esmaguei um pouco de terra misturada com o sangue da galinha e cana que pus na cabeça, ombros e antebraços e pedi ao *irã* para me tirar o mal que o malfetor me tinha dado. Como já acontecera com outras cerimónias, senti-me melhor durante alguns dias” — referiu Carlos.

Durante esta visita ao sector tradicional, a doença foi interpretada como o resultado de uma negligência ritual e uma alusão feita ao feiticeiro.

Passado algum tempo, a mulher deu-lhe uma panela com água quente e um tipo de folhas de acácia para inalar. Apesar de se ter sentido melhor, os resultados foram fracos. Os pesadelos aumentaram e quando falou sobre isso com a mulher, esta aconselhou-o a ir ao Centro de Saúde Mental.

Depois destas duas sequências no sector popular entrou outra vez no sector profissional e consultou-me duas vezes. Complementou o que acima se descreve e disse que o seu mal-estar é muitas vezes acompanhado por palpitações, uma espécie de aperto do tórax, tremores nas mãos e algumas vezes nos braços. Atribui os ataques às condições por que passou na prisão: à comida sem vitaminas, à falta de sol, aos mosquitos e ao frio. Sentia-se aliviado quando repetia as palavras de dois dos curandeiros que diziam que o seu mal-estar passaria.

Expliquei-lhe como as pessoas podiam reagir com hiperventilação em alturas de tensão, assim como os seus mecanismos e sintomas.

Mostrei-lhe como provocar o ataque da hiperventilação e como pará-lo com um saco de plástico. Pedi-lhe para repetir o exercício durante cinco dias seguidos.

Disse-lhe para durante a semana praticar controlando os seus ataques e para tomar 2,5 mg de clorazepate, lipotassim duas vezes por dia. De manhã, quando se levantasse, deveria escrever o pesadelo. Duas semanas mais tarde tinha-lhe desaparecido o mal-estar. Passados alguns meses, disse que ainda andava com o saco de plástico e que precisou dele duas vezes, mas que nunca mais tinha tido nada.

O comportamento da procura da saúde de Carlos foi influenciado por

factores como a sua vida urbana, a sua elevada educação e status social, bem como os seus estudos no estrangeiro. Isto pode explicar a primeira busca de ajuda no sector profissional. Kleinman (1980) encontrou três modelos principais de comportamento de procura de saúde em Taiwan, cada um deles associado a diferentes tipos de problemas do doente. Desejou saber se esses modelos eram universais no processo da procura da saúde.

Contudo, não faço aqui um estudo sistemático de um grupo de doentes, pois penso que é difícil encontrar, actualmente, na Guiné-Bissau, modelos distintos.

Isto poderá explicar o facto de o sector profissional do sector da saúde estar em fase de institucionalização.

Médicos guineenses e médicos estrangeiros mudam frequentemente, equipas médicas e médicos individuais diferem muito no nível de aprendizagem, dedicação e acessibilidade. Estes factores dão origem a um modelo inconsistente de utilização sanitária. Esta inconsistência é agravada pela cultura na agitação causada pelas súbitas mudanças sócio-económicas e pelas suas consequências, assim como alterações na mentalidade e emigração. O diagrama no comportamento da procura de saúde de Carlos ilustra como ele e a sua família confundiram os diferentes modelos do comportamento da procura da saúde, distinguidas pelo diagrama de Kleinman.

Conclusões

Primeiramente, o modelo de Kleinman descreve o sistema dos cuidados da saúde, composto por três partes sobrepostas — sector popular, profissional e tradicional — confirmando a sua pretensão da universalidade na cultura guineense. Contudo, o sector tradicional e o popular têm tanta coisa em comum, e são tão interligados que se pode ser levado a pensar se a distinção entre eles elucida ou dificulta a compreensão do sistema dos cuidados da saúde.

Kleinman fundamenta três modelos principais da busca dos cuidados de saúde em Taiwan, que descreve como um recurso simultâneo, recurso hierárquico de um tipo exclusivo e a relação hierárquica de um tipo associado. Cada um destes modelos está associado com um tipo diferente de doença. Desejou saber se estudos comparativos são capazes de determinar se a extensão destes três modelos é universal no processo da procura dos cuidados da saúde.

Atendendo à situação na Guiné-Bissau a resposta a esta questão deve ser ainda negativa. O guineense não se preocupa com modelos, acerca da distinção entre, por exemplo, baseado na família ou preocupações profissionais; ou acerca da relação entre uma possível explicação sobre a queixa e o lugar onde eventualmente irá encontrar a resposta. O guineense *jandaas*, o que literalmente significa “anda, caminha”, visita uma número de lugares ou curandeiros até encontrar solução. Tenta de qualquer forma, sem uma distinção ou procura fixa dos cuidados da saúde, por tanto tempo quanto lhe permita o dinheiro e a disponibilidade.

Em segundo lugar, o comportamento da procura da saúde de Kleinman não tem significados excepcionais. Os guineenses dispendem muito tempo e dinheiro na tentativa da resolução do seu problema de saúde, tanto na escala individual como nacional.

No campo, parte destas despesas saem e voltam ao local onde subsiste a economia, caracterizada pela sua relativa ausência de dinheiro.

Mas, nos centros urbanos, com o seu baixo nível de vida, os custos das cerimónias são muitas vezes proibitivos.

As pessoas não têm tempo, dinheiro, licor ou animais para celebrar um contrato com o mundo dos espíritos, o que vai aumentar a sua ansiedade e aprofundar a sua depressão em vez de encontrar uma solução.

Sumário

Neste capítulo, o sistema das unidades de saúde foi abordado de um ponto de vista médico-antropológico. Todas as sociedades têm um sistema de cuidados de saúde, no qual normalmente podem ser distinguidos por sectores diferentes: o popular, o tradicional e o profissional.

Todo o sector tem a sua concepção própria quanto à ética e tratamento de doentes ou doenças. Para clarificar estas noções há que atender à cosmologia dos grupos étnicos guineenses.

Esta cosmologia oferece um quadro de referências místico, um corpo santificado, que concebe a doença como consequência de forças sobrenaturais indig-nadas, de más intenções de outro homem, ou do comportamento de um indivíduo ou da sua família.

Depois da descrição dos diferentes sectores e respectivos tipos de curandeiros, a menção de um caso ilustra o comportamento na procura da saúde através dos diferentes sectores. A conclusão considera a aplicabilidade do modelo de Kleinman no contexto guineense.

- (1) A serpente não pode ser envolvida em sacrifícios humanos relativos ao feiticeiro. Contudo, até 1950 os balantas, papeis e manjacos, sacrificavam uma ou duas crianças quando queriam construir um canal para melhorar (irrigar) a terra. Um curandeiro disse-me que uma vez teve de oferecer uma criança à serpente antes que pudesse tomar o compromisso de curandeiro.
- (2) Em 1978 teve lugar uma cerimónia no relicário de um clã balanta em Biambi para "lavar o sangue" daqueles que foram mortos durante a guerra de libertação. Qualquer atraso da celebração poderia ter colocado a sobrevivência dos espíritos dos guerrilheiros mortos e os seus parentes em perigo (Lima Handem 1985).
- (3) O *djongagu* é uma cerimónia que só se realiza depois da morte de um adulto e, actualmente, só no caso de ser uma pessoa muito importante, especialmente quando a morte parece não ser natural, como seja um caso de homicídio. O corpo do morto é colocado num caixão que é carregado por quatro homens em transe (muitos grupos étnicos já não põem o corpo no caixão, mas a cerimónia é praticada do mesmo modo) com os parentes dispostos de pé em círculo, o chefe do culto comunica com o espírito do morto. Com movimentos para a frente e para trás, indicando respectivamente resposta positiva ou negativa, o caixão serve como instrumento divino respondendo a questões concernentes à causa da morte, especialmente se esta foi devida a causas naturais ou a causas de feitiçaria.
- (4) Evans-Pritchard usava a palavra *feitiçaria* para o uso levado de más intenções e *bruxaria* a fim de indicar o poder psíquico inerente a prejudicar. Beidelman (1971) descreve a magia como "a manipulação de pessoas e coisas através do uso de objectos, palavras e actos, ainda que, para dar a alguém acesso a poderes sobrenaturais, seja para boas ou más intenções". Feitiçaria como poder sobrenatural para causar mal a outra pessoa ou possessões desta pessoa através do uso de várias substâncias ou actos. A eficácia da feitiçaria depende mais da natureza dos actos executados do que do carácter moral do profissional. E bruxaria, "o poder de exercer o mal sobrenatural sobre outra pessoa ou sobre os seus poderes. Este poder depende de inerentes qualidades más de uma pessoa (bruxo/bruxa)". Os termos vernaculares, frequentemente, não fazem distinção entre feitiçaria e bruxaria; por exemplo, em Swahili, ambos são descritos como *uchawi*, em Crioulo guineense como *djanfa*, e em Francês como *sorcellerie*. Este artigo não diferencia estes dois termos.
- (5) Na Guiné-Bissau só um *irã* comunica na linguagem do grupo étnico circundante: o famoso Mama Goboí ou Mama Djombo do Cobiana perto de Cacheu. O Cobiana é provavelmente um remanescente de um velho Cassanga e cultura Banyun. O santuário do Mama Djombo é frequentemente consultado por problemas de fecundidade ou procriação. Como Cobiana foi uma das primeiras áreas libertadas durante a guerra de libertação, muitos guerrilheiros foram ao santuário de Mama Djombo a fim de lá depositarem a sua alma para que esta ficasse salvaguardada. Regularmente um dos ex-guerrilheiros psicóticos, na clínica psiquiátrica, pedia para partir a fim de cumprir as suas obrigações já estabelecidas com o Mama Djombo.
- (6) A diferença deste procedimento é reflectida no crioulo. Adivinhação refere-se nos seguintes termos: *janda* = andar; *jalsa mong* = levantar a mão; *ronia* = cerimónia incluindo a adivinhação; *bota sorte* = tirar sorte; ou *carga kabas* = carregar cabaça; uma oferta de agradecimento é referente ao *torna boca*, *waga bianda* (espalhar comida), *ronia* (ou cerimónia) e *lacati*, que significa imobilizar a bruxaria.
- (7) O nome e informações acerca desta pessoa foram mudados a fim de garantir o sigilo.
- (8) Carlos chama ao homem *saguiá*, o que significa que ele usa armas de feitiçaria e que, no contexto das crianças, também tem a conotação de mau-olhado.
- (9) Isto é um processo muito comum quando as pessoas envolvidas na política são presas. São postas em liberdade sem julgamento depois de um longo ou pequeno período de aprisionamento porque, por um lado, é muitas vezes difícil responsabilizá-las das decisões dos seus superiores, considerando que um julgamento traria ao de cima informações que poderiam pôr alguns políticos numa situação desfavorável.

Notas

(10) Nicetamida é um analéptico que antigamente era usado para deficiências circulatórias, em caso de infecções ou doenças cardíacas. Este medicamento estimula a respiração central por alguns minutos. Por causa dos seus efeitos não específicos e dos seus perigosos efeitos secundários é classificado como contra-indicado. Alguns médicos, na Guiné-Bissau, usam-no para uma série de doenças.

(11) O *kansaré* é a divindade que como a serpente está próxima de deus. Uma vez por ano antes da estação das chuvas (Abril-Maio) é enviado por deus ao Mundo para divulgar e matar bruxos. A encarnação material do *kansaré* é uma cerimónia de consuação, similar à do *djongago*, feita de paus e coberta de um pano numa cor peculiar, para a tabanca.

O *kansaré* é conhecido entre os manjacos, papeis, bijagós (chamado *erandé*). Quando ele desce do céu, os missionários igualam-no à figura de Cristo — ele chega à tabanca de Bote, perto de Calequisse, expande-se pelo território, atinge a ilha de Pecixe, de onde os papeis de Biombo o levam para Bissau.

O *kansaré* tem muitas actividades que se centram, na maior parte das vezes, na divulgação e caça aos bruxos. Todo aquele que morrer, no período do *kansaré*, seja velho ou recém-nascido, não é chorado, mas sim considerado bruxo, morto pelo mensageiro de deus.

Qualquer que esteja ausente da tabanca, durante o período do *kansaré* é suspeito, durante vários anos, de ser bruxo, temendo a sua presença. Durante o resto do ano, o *kansaré* tem uma função de oráculo, sendo o seu dignitário o chefe da aldeia. A sua adivinhação é desejada em casos de doença de crianças ou, por exemplo, quando uma criança é suspeita de clarividência (prematura e com ameaça de vida). Mais uma vez os movimentos de conduzir para a frente e para trás têm um significado positivo ou negativo, respectivamente.

O *kansaré* também é o foco dos grupos de culto das mulheres manjacas. Durante a sua presença na terra ele é o centro das danças de transe de adolescentes e o lugar onde os *irãs* competem uns com os outros.

O *kansaré* está ainda vivo. Isso foi demonstrado em Maio de 1985, quando pela primeira vez, em mais de dez anos, os papeis de Bissau foram ao Biombo para o irem buscar. Centenas de papeis em Bissau durante 20 dias dormiram fora das suas casas ou barracas de folhas de palmeira, cantando, dançando, e sacrificando animais para desviar a seca que causava a falta de arroz e a criminalidade. Durante este período ninguém podia quebrar qualquer regra para não ser punido.

O *kansaré* foi levado pela cidade para indicar os malfetores, muitos deles de reputação impecável, e muitos papeis tentaram estar presentes para mostrar que não tinham más intenções contra o homem...

BIBLIOGRAFIA

- Ademuwagun, Z.A. *et al.* (eds.) (1979), African therapeutic systems. *Crossroads Press*, Waltham.
- Beidelman, T.O. (1971), The Kaguru. *Holt, Rinehart & Winston*, New York.
- Buschkens, W.F.L. (1977), De houding van de bevolking van de Derde Wereld tegenover geneeswijzen. *Verslag Symposium R.U.*, Leiden.
- Clements, F.E. (1932), Primitive concepts of disease. *American Archaeology and Ethnology*, 32-2.
- Dawson, J.L.M. (1979), Traditional concepts of mental health in Sierra Leone, in Ademuwagun *et al.* (eds.), African therapeutic systems. *Crossroads Press*, Waltham.
- Dijk van P.A. (1984), Geneeswijzen in Nederland. *Ank Hermes*, Deventer.
- Evans Pritchard, E.E. (1937), Witchcraft, oracles and magic among the Azande. *Clarendon Press*, Oxford.
- Gelfand, M. (1974), Psychiatric disorders as recognized by the Shona. In Kiev (ed.), Magic, faith and healing. *The Free Press*, New York.
- (1984), Vreemde Zielen. Een sociaal-psychiatrische verkenning door andere culturen. *Boom*, Meppel.
- Heusch de, L. (1962), Cultes des possessions et religions initiatiques de salut en Afrique. *Annale du Centre d'études des religions*, Tome II. *Université Libre de Bruxelles*, Bruxelles.
- Horton, R. (1967 a), African traditional thought and western science. Part I: From traditions to science. *Africa*, 37, 1, 50-71.
- (1967 b), African traditional thought and western science. Part II: The "closed" and "open" predicaments. *Africa*, 37, a, 155-187.
- (1971), African conversion. *Africa*, 41, 85-108.
- Kleinman, A.M. (1980), Patients and healers in the context of culture. *University of California Press*, Berkeley.
- Kluckhohn, C.C., Romney, A.K. (1961), The Rimrock Navaho. In Kluckhohn, F. *et al.*, Variations in value orientations. *Harper & Row*, New York.
- Kortmann, F.A.M. (1986), Problemen in transculturele communicatie. *Van Gorcum*, Assen.
- Lima Handem, D. (1985), Nature et fonctionnement du pouvoir chez les Balanta Brassa. *Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales. Centre d'Etudes Africaines*, Paris.
- Mbiti, J.S. (1969), African religions and philosophy. *Heinemann*, London.
- Orley, J.H. (1970), Culture and mental illness. *East African Publishing House*, Nairobi.
- Orley, J.H., Wing, J.K. (1979), Psychiatric disorders in two African villages. *Arch Gen. Psychiat*, 36, 513-520.
- Pearson, R. (1972), Ancestor worship in Sub-Saharan Africa. *The Southern Quarterly*, 10, 3, 223-243.
- Prince, R.H. (1964), Indigenous Yorubaland psychiatry. In Kiev (ed.), Magic, faith and healing. *The Free Press*, New York.
- Schmidt, K.E. (1974), Folk psychiatry in Sarawak: a tentative system of psychiatry of the Iban. In Kiev (ed.), Magic, faith and healing. *The Free Press*, New York.
- Shelton, A.J. (1968), Causality in African thought: Igbo and others. *Practical Anthropology*, 12, 157-169.

- Somersan, S. (1984), Death symbolism in matrilinear societies. *Ethos*, 12, 2, 151-165.
- Stevenson, J. (1977), The explanatory value of the idea of reincarnation. *J. Nerv. Ment. Dis.*, 164, 305-326.
- Waal Malefijt de, A. (1968), Religion and culture: an introduction to anthropology of religion. *McMillan*, New York.
- Zempleni, A. (1966), La dimension thérapeutique du culte des Rab, Ndop, Tuuru et Samp, rites de possession chez les Lebou et Wolof. *Psychopathologie Africaine*, 11, 3.
- Zola, I.K. (1972 a), Studying a decision to see a doctor. *Adv Psychosom. Med.*, 8, 216-236.
- (1972 b), The concept of trouble and sources of medical assistance - to whom one can turn, with what and why. *Soc. Sci. Med.*, 6, 673-679.
- (1972 c), Medicine as an institution of social control. *Sociol Rev.*, 20, 487-504.
- (1973), Pathways to the doctor - from person to patient. *Soc. Sci. Med.*, 7, 677-684.

NORMAS DO DIREITO INTERNACIONAL NA ORDEM JURÍDICA DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

Alexandre CHALYI ()*

O modo de interligação e de integração das normas do Direito Interno da República da Guiné-Bissau nos princípios do Direito Internacional, mostrando a sua evolução quer na fase da luta de libertação nacional quer na era pós-independência são aqui desenvolvidos pelo Professor Alexandre Chalyi.

O objectivo do presente artigo é o estudo das normas do Direito Interno da RGB que estabelecem a atitude geral do Estado Guineense perante o Direito Internacional contemporâneo e regulamentam a ordem de realização das suas normas no território do país. No plano científico, o estudo dos problemas acima referidos realiza-se pela primeira vez e representa um interesse considerável para o conhecimento do sistema jurídico da RGB que, nas condições do crescimento acelerado da internacionalização da vida dos povos, se torna mais ligado ao Direito Internacional.

(*) Alexandre Chalyi, candidato a doutor em ciências jurídicas, professor de Direito Internacional da Universidade Estatal de Kiev (URSS), colaborador da Escola de Direito da Guiné-Bissau.

Por outro lado, como testemunha a vida internacional, actualmente, o Direito Interno de alguns Estados desempenha um papel cada vez mais crescente na garantia de estes cumprirem as normas do Direito Internacional. Por isso, em geral, os resultados do estudo representam um determinado interesse também para todos os parceiros da RGB na cooperação internacional, porque as análises no artigo sobre as disposições do Direito Interno da RGB estão centradas sobre o cumprimento de boa fé das obrigações jurídicas internacionais assumidas pela RGB.

Ao estudar as interligações entre o Direito Internacional, antes de mais nada há que mencionar que estas têm as suas raízes no período da luta do povo guineense contra os colonialistas portugueses pela criação do seu próprio Estado independente e soberano. Nesta luta, o povo guineense sempre se apoia nos princípios e normas vigentes do Direito Internacional Contemporâneo e, em primeiro lugar, no princípio da autodeterminação dos povos e nações, implantado na prática das relações interestaduais sob a influência da Grande Revolução Socialista de Outubro na Rússia.⁽¹⁾

Incluído, sob proposta da URSS, na carta da ONU e, posteriormente, na histórica declaração de 1960 da Assembleia Geral da ONU sobre a concessão da independência aos países e povos colonizados, este princípio não só considerava justa a luta do povo guineense pela autodeterminação nacional, mas também lhe concedeu o direito de empregar todas as forças e meios, inclusive travar a luta armada, na sua luta contra os colonialistas portugueses.⁽²⁾

Na base do princípio de autodeterminação dos povos e nações, a Assembleia Geral e o Conselho de Segurança da ONU, nas suas resoluções de 14 e de 22 de Novembro de 1972, reafirmariam o direito inalienável do povo guineense à autodeterminação e independência, tendo os órgãos competentes da ONU reconhecido o PAIGC como o único e legítimo representante do povo guineense nesta luta. Assim, foi dado o passo decisivo no reconhecimento internacional do jovem Estado em surgimento, que desempenhou papel importante na histórica proclamação de Boé em 24 de Setembro de 1973, da República da Guiné-Bissau.

Desta maneira, o Direito Internacional veio a ser um factor importante que contribuiu na luta do povo guineense para a criação do seu próprio Estado e, correspondentemente, para o aparecimento e desenvolvimento do sistema jurídico nacional.

É natural, portanto, que nos seus primeiros actos legislativos, na Declaração "Sobre a proclamação do Estado da Guiné-Bissau" e na Constituição do país, de 1973, o Estado Guineense sublinhe o papel importante do Direito Internacional na consecução da sua independência e declare a sua adesão aos seus princípios fundamentais. Em particular, o artigo 10 da Constituição de 1973 proclamava que a Guiné-Bissau "considera como seu dever o desenvolvimento de relações com os Estados Africanos e o estabelecimento de relações iguais em direitos com todos os Estados na base dos princípios do Direito Internacional."⁽³⁾

No que dizia respeito às normas do Direito Internacional dos acordos e convenções celebrados por Portugal durante o período colonial e vigentes no território da Guiné, em conformidade total com as normas vigentes do Direito Internacional sobre a sucessão jurídica dos tratados internacionais das ex-metrópoles pelos jovens Estados independentes, a Declaração "Sobre a proclamação do Estado da Guiné-Bissau" declarou a necessidade de revisão destes tendo em conta os interesses do povo guineense.⁽⁴⁾

A interligação orgânica entre o Direito nacional da RGB e o Direito Internacional foi reforçada e desenvolvida na constituição da RGB de 1984.

Na altura da sua aprovação, a Guiné-Bissau não só tinha a possibilidade de expressar a sua atitude na participação nos tratados celebrados pela sua ex-metrópole, mas também de celebrar, independentemente, uma quantidade considerável de tratados e acordos internacionais, tomar parte activa na codificação e desenvolvimento progressivo de vários ramos do Direito Internacional Contemporâneo, em particular, na elaboração da ONU sobre o Direito Marítimo de 1982, na elaboração dos princípios e normas referentes ao estabelecimento da nova ordem económica internacional.

A Constituição de 1984, de maneira mais ampla que a Constituição anterior, fixa a atitude do Estado guineense relativamente ao Direito Internacional. "A República da Guiné-Bissau — diz o número 1 do artigo 10 da Constituição da RGB de 1984, — estabelece e desenvolve relações com os outros países na base do Direito Internacional, dos princípios da independência nacional, da igualdade entre os Estados, da não-ingerência nos assuntos internos e na reciprocidade de vantagens, da coexistência pacífica e do não-alinhamento".⁽⁵⁾

É evidente que este artigo constitucional consolida a adesão da RGB já a todo o Direito Internacional, i.e., tanto a todos os seus princípios universalmente reconhecidos como a todas as normas do Direito Internacional contidas nos tratados bilaterais e multilaterais da RGB. Daí, em particular, que a RGB assumia a obrigação de se orientar, nas relações com os outros, não só pelos princípios enumerados directamente no presente artigo, mas também por todos os outros princípios do Direito Internacional consagrados na Carta da ONU e na Declaração de 1970 da Assembleia Geral da ONU sobre os princípios do Direito Internacional, incluindo o princípio de boa fé no cumprimento das obrigações jurídicas internacionais assumidas pelos Estados.

Em conformidade total com os princípios e normas do Direito Internacional Contemporâneo e tarefas do seu desenvolvimento progressivo, a Constituição de 1984 definiu, também, os princípios objectivos da política externa do Estado guineense. "A República da Guiné-Bissau, — refere o número 2 do artigo 18, — defende o direito dos povos à autodeterminação e à independência, apoia a luta dos povos contra o colonialismo, o imperialismo, o racismo e todas as demais formas de opressão, preconiza a solução pacífica dos conflitos internacionais e participa nos esforços tendentes a assegurar a paz e a justiça nas relações entre os Estados e o estabelecimento da nova ordem económica internacional".

Convém, também, assinalar que uma das particularidades do sistema jurídico da RGB consiste em que, conforme a lei n.º 1/73⁽⁶⁾, além das normas jurídicas, formam a sua parte integrante os objectivos e princípios do PAIGC — força política dirigente do Estado e povo guineense. Por isso, apresenta-se importante sublinhar que o desenvolvimento com todos os Estados do mundo na base dos princípios do Direito Internacional é um dos objectivos do Programa do PAIGC no domínio da política externa⁽⁷⁾, e que o 4.º Congresso do PAIGC reiterou a sua “adesão aos princípios consagrados na Carta das Nações Unidas e da OUA, aos ideais dos Países Não Alinhados e aos princípios do Direito Internacional Contemporâneo”⁽⁸⁾

Assim, em geral, a análise do Direito Interno da República da Guiné-Bissau permite tirar a conclusão de que neste, completamente e sob todos os aspectos, está consolidada a adesão do Estado Guineense ao Direito Internacional Contemporâneo, o que atesta a aspiração da República da Guiné-Bissau a desenvolver as suas relações com outros países na base dos seus princípios e normas democráticas gerais. Por sua vez, isso prevê o estabelecimento do nível determinado de coordenação das normas do Direito Internacional para assegurar a devida realização, na ordem jurídica do país, das disposições jurídicas internacionais assumidas pelo Governo guineense.

Ordem de realização das normas do Direito Internacional na ordem jurídica da RGB

O sistema jurídico nacional de cada Estado é tão soberano como o próprio Estado, em virtude de que, sem a sua sanção directa, na sua ordem jurídica, em princípio, não podem estar em vigor as normas que não se relacionam com o seu Direito Interno. Esta disposição, que se baseia no reconhecimento incondicional do princípio da soberania estatal, a nosso ver, é a principal para a interpretação correcta da essência do processo de realização das disposições das normas do Direito Internacional na ordem jurídica de Estados. Daí que, em particular, as disposições dos Tratados Internacionais e as normas do Direito Internacional só podem realizar-se na ordem jurídica de Estados em virtude do seu consentimento directo e na ordem por ele estabelecida. Em virtude da soberania, cada Estado, independentemente, estabelece o seu próprio sistema de formas e meios de realização das disposições das normas do Direito Internacional no seu território, que em cada país tem as suas particularidades predeterminadas pela especificidade do seu desenvolvimento histórico, social, político e jurídico.

No entanto, a análise comparativa da legislação constitucional de diferentes Estados demonstra que toda a multiplicidade de formas e meios de realização das disposições das normas do Direito Internacional na ordem jurídica de diferentes Estados, em princípio, pode ser reduzida a três sistemas principais:

1. Sistema de transformação directa que sanciona a acção directa das disposições das normas do Direito Internacional no território de Estados através da cláusula geral de recepção plena do Direito Internacional.
2. Sistema de transformação indirecta que sanciona a realização das normas do Direito na ordem jurídica do país só quando estas se incorporam no Direito Interno através da emissão da lei específica ou outro acto normativo correspondente.
3. Sistema misto que conjuga elementos dos dois primeiros sistemas. Em particular, para além da necessidade de incorporação, estabelece cláusulas gerais de recepção semi-plena do Direito Internacional que sanciona a aplicação, na ordem jurídica de Estados, de só um grupo determinado das suas normas.

De acordo com que sistema, dos referidos, se efectua a realização das disposições dos Tratados Internacionais e outras normas do Direito Internacional na ordem jurídica da RGB? ⁽⁹⁾

Pelo Direito Constitucional de Portugal na altura da proclamação da independência da RGB? ⁽¹⁰⁾

Neste sentido, a legislação constitucional da RGB diferencia-se, consideravelmente, das constituições da maioria dos Estados Africanos, nas quais, conforme refere o jurista africano F.O. Kage, "as normas do Direito Nacional que determinam a interrelação entre o Direito Internacional e o Nacional, na sua essência, coincidem com as normas do Direito Interno das ex-metrópoles". ⁽¹¹⁾

Esta diferença é natural se tomarmos em conta o facto de que a aprovação da Constituição da RGB de 1973 não foi uma mera técnica de descolonização efectuada com o consentimento da ex-metrópole, mas sim, conforme sublinha, com toda a razão, A. Silva, "uma ruptura com as instâncias da dominação colonial, um elemento de um processo de proclamação unilateral de independência". ⁽¹²⁾

Em virtude do acima referido, a Constituição da RGB de 1973, que deu início ao desenvolvimento da legislação constitucional do país, foi elaborada, principalmente, sob a influência das ideias e princípios do Direito Constitucional dos Estados Socialistas que, conforme frizou em 1971 Amílcar Cabral ⁽¹³⁾, prestaram o maior apoio à luta pela autodeterminação da Guiné-Bissau.

Em particular, na regulamentação dos problemas de organização da realização do poder estatal, conforme afirma A. Silva, a Constituição de 1973 sofreu a influência das ideias do constitucionalismo Soviético. ⁽¹⁴⁾

Parece que, também, na solução dos problemas da realização das disposições das normas do Direito Internacional na ordem jurídica do país, a Constituição da RGB de 1973 partia da experiência dos países socialistas, cuja legislação constitucional se orienta, principalmente, na necessidade de incorporação, contendo, porém, uma multiplicidade de cláusulas gerais da recepção semi-plena do Direito Internacional, i.e., em geral, estabelece um sistema misto de realização das disposições das normas do Direito Internacional na ordem jurídica.

A análise da legislação constitucional da RGB também permite chegar à conclusão de que no país está em vigor o sistema misto de realização das disposições das normas do Direito Internacional. Como já foi anteriormente referido acima, na ordem jurídica do país, nem a Constituição da RGB de 1984, nem a Constituição de 1973, expressam as normas que contêm a cláusula geral da recepção plena do Direito Internacional.

Contudo, ao proclamar no artigo 10 da Constituição e no número 1 do artigo 18 da Constituição de 1984 o seu apego aos princípios e normas do Direito Internacional, a legislação constitucional da RGB reconhece a necessidade de estabelecimento da devida coordenação entre o Direito Interno do país e o Direito Internacional, porque a correspondente exigência é um elemento de conteúdo normativo de um dos princípios universalmente reconhecidos, — princípio de cumprimento de boa fé pelos Estados das suas obrigações internacionais.

Esta exigência, sendo fixada ao nível da norma constitucional, obriga todos os órgãos estatais da RGB, com toda a sua actividade, a assegurar a realização das disposições dos Tratados Internacionais na ordem jurídica do país e, caso necessário, atempadamente, a empregar todas as medidas para a devida coordenação do Direito Interno com as disposições das normas do Direito Internacional. Com isso, sem prever as formas e métodos possíveis de tal coordenação, a legislação constitucional da RGB, desta maneira, concede aos órgãos estatais, no quadro da sua competência, a possibilidade de utilizarem para tal, tanto o método de incorporação, isto é, aprovar normas materiais do Direito Interno com o fim de realizar as disposições dos Tratados Internacionais da RGB, como, caso necessário, estabelecer e utilizar cláusulas gerais da recepção semi-plena do Direito Internacional.

Como exemplo da incorporação das disposições das normas do Direito Internacional no Direito Interno da RGB podem referir-se as disposições da Lei Geral sobre a pesca da RGB, em cujo preâmbulo se indica, directamente, que “o diploma sobre a pesca reflecte os parâmetros essenciais da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 12 de Dezembro de 1983, de que a Guiné-Bissau é signatária”,⁽¹⁵⁾

Por outro lado, na legislação guineense encontram-se também muitas normas que retêm cláusulas gerais de recepção semi-plena do Direito Internacional. Em particular, ao contrário da Constituição da RGB de 1973, tal norma foi incluída no texto da Constituição da RGB de 1984, cujo artigo 27, ao regulamentar o estatuto jurídico dos estrangeiros na ordem jurídica do país estabelece, no número 2, que “o exercício das funções públicas só poderá ser permitido aos estrangeiros desde que tenham carácter predominantemente técnico salvo acordo ou convenção internacional”.

As cláusulas gerais da recepção semi-plena do Direito Internacional constam, também, nos artigos 8 (N.º 1), 22 (N.º 3), 24 da Lei Geral sobre as Pescas⁽¹⁶⁾, no artigo 22 do Decreto-Lei n.º 2/85 sobre os investimentos estrangeiros na RGB⁽¹⁷⁾, no artigo 5.º do Decreto do Governo da RGB n.º 10/86, que estabele-

ceu a ordem jurídica da aplicação da Lei Geral sobre as Pescas⁽¹⁸⁾ e outros legislativos correntes da RGB.

O acima referido, a nosso ver, permite considerar que na RGB conservam a sua força as cláusulas gerais da recepção semi-plena contidas em diferentes actos normativos portugueses aprovados no período colonial e vigentes na ordem jurídica do país em virtude da Lei n.º 1/73, em particular, no artigo 6 do Código Comercial português de 1988, nos artigos 230, 627 e 1094 do Código Civil processual português de 1961, no artigo 150 do Código Penal português de 1972.

A introdução das cláusulas gerais da recepção semi-plena do Direito Internacional na Constituição da RGB de 1984, nos actos legislativos correntes da RGB, demonstra que as normas deste género não contradizem as normas do Direito Constitucional guineense, nem os princípios e objectivos do PAIGC. O geral para todas elas é que ao não introduzirem oficialmente uma ou outra norma do Direito Internacional no Direito Interno da RGB, elas permitem a aplicação das suas disposições nas esferas determinadas do regulamento estatal interno. Com isso, como regra, estabelece-se directamente a prioridade das regras dos Tratados Internacionais da RGB perante as normas do Direito Nacional, em casos com aplicação na ordem jurídica do país, salvaguardando as normas constitucionais.

Esta disposição foi fixada no artigo 14 da Lei Geral do Trabalho da RGB que, ao estabelecer a hierarquia das normas que regulamentam a ordem de celebração e vigência dos contratos de trabalho na RGB, afirma que “os contratos de trabalho estão sujeitos, segundo a hierarquia aqui estabelecida, em especial, às normas constitucionais, às convenções internacionais ratificadas pela República da Guiné-Bissau, normas legais de regulamentação do trabalho, às convenções colectivas de trabalho, e aos despachos emitidos pelo Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Estado, dentro da competência que por lei lhe for atribuída”,⁽¹⁹⁾

Em geral, desta maneira, na RGB formou-se e está em vigor o sistema misto de realização das disposições dos Tratados Internacionais e das normas do Direito Internacional na ordem jurídica do país. Caso as disposições dos Tratados Internacionais estejam submetidas à vigência da cláusula geral da recepção semi-plena contida na legislação da RGB em vigor, estas actuam na ordem jurídica do país directamente; no caso da ausência das cláusulas correspondentes às disposições dos Tratados Internacionais para a sua vigência na ordem jurídica do país, em princípio, têm que ser incorporados nos actos legislativos da RGB.

No entanto, tem que se ter em conta que o sistema jurídico da RGB está em processo de formação. Por isso, nele são inevitáveis as lacunas na regulamentação jurídica de alguns casos, incluindo também a esfera da regulamentação jurídica da realização das disposições dos Tratados Internacionais e das normas do Direito Internacional na ordem jurídica do país. Por exemplo, na Lei da cidadania da RGB falta a norma sobre a cláusula geral da recepção semi-plena

do Direito Internacional. Mas, no entanto, os tratados internacionais da RGB podem estabelecer outras regras, diferentes das contidas na Lei, em particular, sobre os assuntos da solução do problema.

As normas do Direito Interno ou as disposições do Tratado Internacional da RGB têm que ser aplicados, neste caso, pelos órgãos competentes da RGB?

É possível um exemplo doutro tipo. A RGB, sendo participante da Convenção de Viena de 1961 sobre relações diplomáticas, ao mesmo tempo, não possui quaisquer actos legislativos especiais que transformem as suas disposições no Direito Interno do país.

Neste caso, os órgãos estatais competentes da RGB, ao resolverem os problemas relacionados com o funcionamento das representações diplomáticas e do seu pessoal, devem nortear-se pelas disposições da referida Convenção?

Podia-se continuar a lista com exemplos semelhantes.

Parece evidente que em todos estes casos das lacunas na legislação da RGB, os órgãos estatais competentes do país, na solução dos problemas regulamentados pelos tratados internacionais da RGB, devem reger-se pelo sentido geral do número 1 do artigo 19 da Constituição de 1984, isto é, resolver na prática as eventuais colisões entre as disposições das normas do Direito Interno e Direito Internacional, sem prejuízo das disposições dos tratados internacionais da RGB. Assim, será garantido o cumprimento pelo Estado guineense do princípio *pacta sunt servada*, a adesão ao qual, conforme foi acima referido, está fixada no número 1 do artigo 18 da Constituição da RGB de 1984.

A prática do cumprimento pela RGB das obrigações assumidas prova esta conclusão. Assim, o estatuto jurídico dos cooperantes estrangeiros desde 1975 até 1985 foi regulamentado pelo Decreto do Governo da RGB n.º 21/75 que não continha a norma que concedia a prioridade às regras dos tratados internacionais da RGB perante as disposições daquele acto. No entanto, na prática, esta regra foi respeitada, o que foi formalizado no aprovado, em 1985, Estatuto do Cooperante, cujo artigo 30 estabeleceu que nada do referido "impede que sejam assinados contratos ou acordos especiais, quer com quadros estrangeiros, quer com governos estrangeiros" ⁽²⁰⁾; isto é, reconheceu a prioridade das disposições dos tratados internacionais da RGB, nesta esfera, perante as disposições do Estatuto do Cooperante.

Em conclusão, cabe assinalar que a análise da legislação da RGB permite chegar à conclusão de que no país está em vigor um sistema consideravelmente desenvolvido de normas do Direito Interno que asseguram a realização das disposições dos tratados internacionais da RGB na ordem jurídica internacional. Na sua parte principal, estas estão espalhadas nos diferentes actos legislativos, o que dificulta o seu conhecimento, tanto pelos órgãos competentes da RGB como pelos parceiros da RGB na cooperação internacional, que desempenham um papel extraordinariamente importante na solução das tarefas que encara o país. Por isso, parece razoável a aprovação de um acto legislativo especial que determine, especialmente, a ordem da realização e aplicação na

RGB das disposições dos Tratados Internacionais. Nele, será possível concretizar os princípios gerais de tal aplicação, estabelecer a ordem de introdução de alterações e acréscimos na legislação guineense, caso tal seja exigido pelas disposições dos tratados internacionais da RGB, regulamentar mais detalhadamente as margens e competência dos órgãos estatais responsáveis pela devida realização das disposições dos tratados internacionais da RGB, esclarecer os meios da solução das colisões entre as disposições das normas do Direito Interno e Direito Internacional na sua aplicação conjunta na ordem jurídica do país.

A aprovação de tal acto, sem dúvida, contribuiria para a elevação do nível da manutenção jurídica da cooperação internacional da RGB com outros países.

(Traduzido por Vladimir Vyssotski - intérprete)

Notas

(1) Ver: Lenine, V.I., Decreto sobre a paz. *Obras Escolhidas*, 7.3, Moscovo-Lisboa, 1985, p. 340-346.

(2) Ver: Amílcar Cabral, O nosso povo, o governo português e a ONU. *Obras Escolhidas de Amílcar Cabral*, Seara Nova. Vol. II, p. 183 e seguintes.

(3) Boletim Oficial, n.º 1 de 4/1/75.

(4) Boletim Oficial, n.º 1 de 4/1/75, p. 3.

(5) Ver: Boletim Oficial, n.º 19 de 16/5/84.

- (6) Ver: Boletim Oficial, n.º 1 de 4/1/75.
- (7) Ver: Capítulo VII do Programa do PAIGC.
- (8) Ver: IV Congresso do PAIGC, Resolução sobre política externa, n.º 5. *Libertação*, 28 de Novembro de 1986, p. 10.
- (9) Ver: Lukachuk, Direito Internacional e Direito Interno, no livro "Direito Internacional", Moscovo, 1986, p. 85. Os autores portugueses mencionam os mesmos sistemas.
- (10) Ver: Artigo 14, n.º 1 da Constituição de Portugal, redacção de 1971.
- (11) Okage, F.Ch., International Law and the New African States. L., 1972, p. 1930.
- (12) Constituição Política de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe. Lisboa, 1983, p. 76.
- (13) "Não estaremos a diminuir a importância da solidariedade africana e da solidariedade das outras forças anti-colonialistas do mundo, se dissermos francamente que é da União Soviética que recebemos a maior ajuda na nossa luta". O. Ignátiev, Amílcar Cabral, Moscovo, 1984, p. 229.
- (14) A. Silva, *idem*, p. 76.
- (15) Ver: Boletim Oficial, n.º 13 de 29/3/86.
- (16) Ver *ibidem*.
- (17) Ver: Boletim Oficial, n.º 23 de 13/6/85.
- (18) Ver: Boletim Oficial, n.º 17 de 26/4/86.
- (19) 2.º Supl. ao Boletim Oficial, n.º 14 de 14/4/86.
- (20) Ver: Boletim Oficial, n.º 16 de 20/4/85.

COLONIZAÇÃO E RELIGIÃO DA PRIMEIRA EVANGELIZAÇÃO À COLONIZAÇÃO DOS POVOS DA GUINÉ

Vasco CABRAL(*)

A evangelização foi sempre apontada como primeiro e principal motivo para a colonização de outros povos não cristãos.

Na realidade, outros motivos também preponderantes manifestaram-se na época para a realização desses actos.

O papel da Igreja Católica na época da colonização, não só no aspecto religioso, mas também social, económico, comercial, etc., é aqui relatado.

(Comunicação apresentada no colóquio internacional organizado pela AFASPA sobre Colonização, Descolonização e Religiões em África, Paris, 23 a 24 de Outubro de 1987).

Os primeiros contactos entre os africanos da Costa da Guiné e os cristãos datam de 1434, altura em que "o fiel escudeiro" do Infante D. Henrique, o futuro cavaleiro Gil Eanes, dobra o Cabo Bojador e, como sinal da nova terra encontrada, apanha umas ervas que traz ao senhor, em Lagos, e as denominam

(*) Economista, membro do Bureau Político e secretário permanente do Comité Central do PAIGC e secretário do Conselho de Estado.

O conferencista agradece a valiosa colaboração do camarada Carlos Cardoso.

“Rosas de Santa Maria”. Isto significa que os habitantes desta costa foram dos primeiros a terem contacto com os cristãos portugueses, uma vez que as primeiras relações entre a África e a Europa cristã datam de 1415, aquando da conquista de Ceuta pelos portugueses.

Mas estes primeiros contactos eram de carácter esporádico e apenas um século mais tarde é que os portugueses se sentem em condições de tornar estas relações mais sistemáticas. Com efeito, é em 1533 que se cria a diocese de Cabo Verde e Guiné, com sede na igreja de Santiago, ilha de Ribeira Grande, mais tarde ilha de Santiago.⁽¹⁾

Apesar das idílicas intenções proclamadas pela Santa Igreja Católica, os contactos que se estabeleceram nestes primeiros séculos, não deixaram de comportar vicissitudes, contradições e pontos de estrangulamento. Uma das razões que levaram a este estado de coisas é certamente o facto de, desde as primeiras horas dos “descobrimentos”, se ter verificado uma comunhão de interesses religiosos e geopolíticos por parte dos colonialistas portugueses. Tratava-se, pois, de atingir dois fins com os mesmos homens, a um tempo comerciantes e cristãos. Segundo os sonhos do Infante D. Henrique era preciso levar a África, além do Cabo Bojador, a lei de Cristo e os produtos portugueses e de lá trazer o cobiçado ouro e escravos.

Neste nosso trabalho referir-nos-emos às posições dos governantes portugueses e da Santa Sé acerca das razões e finalidade da sua presença em África numa forma geral e no território da actual Guiné-Bissau em particular. Depois abordaremos os problemas postos pela liberdade religiosa e a escravatura.

Finalmente, verificaremos os resultados, o impacto social das acções desenvolvidas pela Igreja Católica nestes primeiros contactos.

I. O mito da missão evangelizadora

A compreensão das transformações sociais e económicas ocorridas na Europa da Idade Média constituem um elemento fundamental para compreender a génese da presença colonial em África; a História constitui, aliás, uma cadeia de acontecimentos e factos que não podem ser isolados uns dos outros, sendo o momento da continuidade um dos seus aspectos principais. Apesar de o colonialismo clássico ter surgido nos finais do séc. XIX, portanto aproximadamente quatro séculos após os “descobrimentos”, estes não deixam de ter o seu papel importante na compreensão dos mecanismos que levaram à implantação e perpetuação do colonialismo clássico, durante mais de cinco séculos, no nosso continente. Dai a razão por que a nossa comunicação irá debruçar-se fundamentalmente sobre as relações estabelecidas entre a Santa Sé e a Colonização durante este importante período histórico: “Os descobrimentos”.

1. Finalidade dos descobrimentos

Segundo a historiografia colonial⁽²⁾ as razões que levaram os navegadores portugueses a empreender a cruzada dos “descobrimentos” para “além das ilhas de Canária e de um cabo que se chama Bojador” foram as seguintes:

- 1.º — “por haver de tudo manifesta certidão, movendo-se a isso por serviço de Deus e del-Rei D. Duarte seu senhor e irmão”;
- 2.º — “porque se poderia para estes reinos trazer muitas mercadorias, cujo tráfico trizeria grandes proveitos aos naturais”;
- 3.º — “para determinadamente conhecer até onde chegava o poder daqueles infiéis”;
- 4.º — “se se achariam em aquelas partes alguns príncipes cristãos em que a caridade e amor de Cristo fosse tão esforçada que o quisessem ajudar contra aqueles inimigos da Fé”;
- 5.º — “o grande desejo que havia de acrescentar em a Santa Sé de nosso Senhor Jesus Cristo e trazer a ela todas as almas que se quisessem salvar”.

Estas razões tornaram-se clássicas para a historiografia colonial. A primeira constatação que se pode fazer em relação a estas razões, tal como foram apontadas, é que na génese da ideia dos descobrimentos houve motivos de ordem económica, religiosa, comercial, política, social e científica. Como se interrelacionam estes diversos motivos entre si, qual o peso de cada um deles no conjunto do sistema, qual deles ocupa o papel preponderante? Sem querer cair num mecanismo cego ou numa análise de tipo metafísico, pensamos que apesar das interligações dialécticas que não deixaram de existir entre estes diversos motivos, existe um motivo principal, aquele que se pode considerar como o verdadeiro motor ou impulsor destas acções. A própria historiografia cristã defende que em primeiro lugar está o serviço de Deus, e que o resto viria por acréscimo, “como justo galardão aos propagadores da religião verdadeira”.⁽³⁾ Fazendo recurso “à prova de autoridade”, Pinto Rema cita vários historiadores, entre os quais João de Barros, e sublinha que as demais crónicas da época repisam as mesmas ideias.

João de Barros, por exemplo, escreveu: “O Infante como seu principal intuito em descobrir estas terras era atrair as bárbaras nações ao jugo de Cristo e, em seguida, a glória e o louvor destes reinos”.⁽⁴⁾ Ao longo de todo o processo de colonização os manuais de história divulgaram esta versão da explicação das razões dos “descobrimentos”.

Porém, se nos reportarmos aos factos tal como eles se processavam no movimento real da história, verificamos que na origem dos descobrimentos estão razões de ordem económica. A Europa de então estava a sair de uma profunda crise económica, social e cultural. Com efeito, durante o feudalismo a agricultura e os transportes aperfeiçoaram-se. Enquanto que o escravo não

tinha interesse nenhum pelo seu trabalho, uma vez que não retirava nenhum benefício para si, o camponês da Idade Média europeia, mesmo servo, interessava-se por ele: para além dos impostos fixados em trabalho e produtos que deve pagar ao seu Senhor, produz para si próprio e tem interesse em aperfeiçoar os seus métodos e instrumentos de trabalho para produzir mais.

Disso resulta um aumento geral da produção que cria condições favoráveis a um aperfeiçoamento da divisão do trabalho da sociedade. O comércio e o artesanato trabalhando para o mercado desenvolvem-se e com eles renascem pouco a pouco as cidades ou burgos cuja população vive do artesanato e do comércio.

Alguns destes burgueses começam a pôr a trabalhar, em seu benefício, operários a quem dão um salário que lhes permite viver; apropriam-se da mais-valia produzida pelo trabalho suplementar do operário e assim enriquecem sem que eles mesmo tenham de trabalhar. Estamos, pois, no início da exploração capitalista.

Com o novo desenvolvimento do comércio, a moeda aparece como o meio miraculoso de adquirir todos os bens disponíveis, inclusive o poder: é a sede devorante de enriquecimento que deriva daí que está na origem dos “descobrimentos”.

Os interesses económicos que estiveram nas origens dos “descobrimentos”, não impediram, porém, que estes se fizessem sob a capa de “evangelização dos povos selvagens”; antes pelo contrário, esta “evangelização” acompanhou e, num certo sentido, encobriu todo o processo de pilhagem das riquezas materiais e humanas, de aculturação e de destabilização das estruturas ideológicas e sociais dos povos africanos.

Duarte Pacheco, no citado e muito conhecido Esmeraldo⁽⁵⁾ refere um sonho que teria movido o Infante a “descobrir estas Etiópias de Guiné”: “Jazendo o Infante uma noite em sua cama lhe veio em revelação como faria muito serviço a Nossa Senhor descobrir as ditas Etiópias; na qual região se acharia tanta multidão de novos povos e homens negros, quanta do tempo deste descobrimento até agora temos sabido e praticado (...) e que destas gentes muita parte delas haviam de ser salvas pelo sacramento do santo baptismo, sendo-lhe mais dito que **nestas terras se acharia tanto ouro com outras tantas ricas mercadorias, com que bem e abastadamente se manteriam os reis e os povos destes reinos de Portugal,** e se poderia fazer guerra, aos infiéis inimigos da nossa Santa Fé Católica”.⁽⁶⁾

Desta citação de um autor da época dos “descobrimentos” se depreende não só o espírito de cruzada do Infante e dos seus continuadores, mas também o interesse económico dos mesmos. Na realidade, tanto o Infante D. Henrique como o Rei D. Afonso V e os seus sucessores mantiveram idêntica política nos “descobrimentos”. Não havia o comércio puro e simples. A compra de escravos e a conversão forçada dos mesmos constituíam dois aspectos duma mesma questão: a dominação e exploração dos nativos. Ao mesmo tempo que se ia explorando economicamente era necessário dominar espiritualmente.

2. A Santa Sé e os Descobrimentos

Podemos dizer que já no período histórico dos “descobrimentos” a Igreja e o Estado se encontravam ligados num pacto comum ao serviço de objectivos comuns: portugalização, estabelecimento e defesa de uma civilização cristã, sociedade multirracial, etc.

Martinho V, pela Bula *Sane carissimus*, de 4 de Abril de 1418, concede favores espirituais a quem ajudar o rei D. João I, de Portugal, na guerra contra os mouros e outros povos que não tinham abraçado a religião cristã e “que afligiam os cristãos com repetidos insultos, cativos e assassínios”⁽⁷⁾ com o fim de os sujeitar. Lembre-se que se estava a três anos da conquista de Ceuta, cuja posição cristã se pretendia defender e consolidar.

A seguinte citação de Duarte Pacheco confirma mais uma vez não só os laços existentes, nessa altura, entre a Igreja e o Estado, como também o grau de implicação daquela nos descobrimentos: “A qual navegação começou o Infante, por serviço de Deus, do Cabo de Não para diante. E tanto que a estes reinos foram trazidos os primeiros negros e por eles sabida a verdade da Santa Revelação, logo o Infante escreveu a todos os reis cristãos que o ajudassem a este descobrimento e conquista por serviço de Nosso Senhor, e todo o proveito igualmente lograssem, o que eles não quiseram fazer; mas, havendo isto por vaidade, lhe renunciaram seu direito. Pelo qual o Infante mandou ao Santo Padre, o Papa Eugénio quarto, Fernão Lopes de Azevedo, fidalgo de sua casa e do Conselho de el-Rei D. Afonso o quinto, comendador-mor da Ordem de Cristo; o qual apresentando ao Sumo Pontífice a embaixada do Infante e renúnciação dos ditos reis, lhe foi outorgado tudo o que pediu”.⁽⁸⁾

Eugénio IV, de facto, pela bula *Etsi suscepti*, de 9 de Janeiro de 1443, confirmará as doações feitas por D. Duarte e D. Afonso ao Infante D. Henrique e à Ordem de Cristo, quanto à jurisdição sobre as conquistas realizadas ou a realizar e dava faculdade de enviar bispos às terras da Ordem de Cristo com todos os poderes de jurisdição — e nisto consistia o “direito de Padroado”. O mesmo Pontífice, em bula de 19 de Dezembro de 1443, a bula *Illius qui se*, concede aos soldados e freiras da Ordem de Cristo licença a fazer guerra aos serracenos e inimigos da fé e também uma indulgência plenária para todos quantos morreram na luta.

Muito conhecida e citada é a bula *Romanus Pontifex*, de Nicolau V, com a data de 8 de Janeiro de 1454. Depois de o Papa se congratular com o “zele de salvação das almas” do Infante D. Henrique e o considerar “acérrimo e fortíssimo defensor da fé”, “verdadeiro soldado de Cristo”, confia-lhe a conquista, ocupação e apropriação de todas as terras, portos, ilhas e mares, desde os cabos Bojador e Não até à Guiné, inclusivamente, conquistadas ou a conquistar, com poder de legislar e impor tributos e penas, reduzir os seus povos à perpétua escravidão, invadir, conquistar e ocupar as terras de “mouros” e “pagãos”, edificar mosteiros e igrejas com privilégio de padroado.

Vê-se, na verdade, que na mente da Santa Sé e dos reis portugueses, particularmente do rei D. Manuel, o contacto mercantil era também meio para tentar impor a fé católica, através dos portugueses cristãos que demandavam a costa africana. Com efeito, os historiadores consideram que Portugal atingiu o apogeu da sua grandeza no reinado de D. Manuel que, contra a “corrente do siso” dos “velhos do Restelo”, seguiu a política expansionista ultramarina de D. João II, a qual não podia prescindir do apoio da Santa Sé Apostólica. Podemos afirmar que esta esteve sempre ao lado dos reis portugueses a incrementar os “descobrimentos”. E tudo se passou como se, para poder realizar a sua missão específica, a instituição religiosa tivesse que passar pelas estruturas políticas, no interior das quais lhe foi reservado um lugar, uma função determinada, como se “missão”, “evangelização” não pudessem realizar-se senão como acompanhamento e reforço de “portugalição” e “civilização cristã”.⁽⁹⁾ Agindo desta forma, a instituição religiosa não só criou as suas próprias estruturas e condições de existência, mas contribuiu ao mesmo tempo para criar as estruturas e as condições de estabelecimento e de manutenção do poder colonial português entre as populações africanas. Podíamos mesmo ir mais longe e dizer que a instituição religiosa, tal como foi entendida e imaginada por alguns dos bispos, colaborou no plano cultural e religioso — na criação e na manutenção de estruturas e condições (culturais e religiosas) que favoreceram a penetração do poder colonial nos territórios africanos. Ela beneficiou não só em virtude dos privilégios que o Estado português lhe acordava, mas também porque ela pôde implantar-se mais facilmente nos territórios onde este Estado também está solidamente implantado. “Portugalizar” e “civilizar à moda cristã”, contribuíram para favorecer esta dupla e complementar implantação.

II. Cristianismo, liberdade religiosa e colonização

A avaliação teológica da religiosidade africana em conjunto com o valor atribuído ao nível cultural dos africanos em geral, fizeram com que muitos missionários classificassem o africano à partida como “o pagão sem Deus”.

África era apenas um outro nome para “o que não é Europa”, as religiões africanas significam “o que não é cristianismo” e, à priori, anticristianismo. O africano não representava mais do que a antítese daquilo que era considerado a verdadeira humanidade, e a única medida da sua participação no ser-homem era o grau da sua aproximação da cultura europeia. Para a concepção europeia, a religião do africano era identificada como superstição, idolatria, alma de diabo, magia, feiticismo, animismo, politeísmo, culto dos antepassados, ou como produto do obscurantismo e brilhante poder de imaginação. O seu pensamento era considerado pré-lógico, a sua vida como primitiva e ele mesmo como canibal.

Do resto, ele era visto como tábua rasa, como que se dele se devia ainda fazer um homem. A identificação fatal de cristianismo e civilização só o podia classificar como “não-civilizado”.

A partir do séc. XVIII postulou-se biblicamente a desigualdade das raças e tentou-se justificar a dominação através do ensinamento de que os africanos são os filhos de Caim, expulso por Deus. Desta forma tentou-se legitimar conquistas, comércio de escravos e política de *Apartheid*. A prova desta forma de pensar é o facto de um grupo de Bispos missionários ter proposto no Primeiro Conselho Vaticano que se fizessem orações para a África ao Sul do Sahara para que Deus a libertasse da praga de Caim.⁽¹⁰⁾

No caso concreto da Guiné-Bissau, as concepções de certas autoridades eclesiásticas ilustram bem a imagem de base que se tinha da África. Assim, ao caracterizar a situação do meio ambiente guineense na época dos “Descobrimentos” Pinto Rema escreve:

“O grau de civilização encontrado pelos portugueses na Costa da Guiné era muito primitivo... O calor forte e a fertilidade da terra não eram de molde a favorecer o trabalho intenso a esta pobre gente subalimentada, que gosta de andar nua e que se contenta com um punhado de arroz e tem *má-fé* (acompanhamento) de peixe ou carne como um luxo dos dias de casamento, de *fanado* e, sobretudo, de choro... A grande maioria destes povos eram idólatras, dados a mil superstições e feitiçarias, inventando os reis, em proveito próprio, muitos deuses e espíritos... Se a religião andava muito cá por baixo, a moral acompanhava o desnível. A luxúria e a completa falta de pudor foram sempre uma praga nestes climas quentes. O desbragamento sexual atinge todos os níveis, inclusive o adultério e o próprio incesto”.⁽¹¹⁾

Por outro lado, ao fazerem uma leitura abstracta e moralizante da situação colonial, das camadas sociais que nela se desenvolveram e do papel da instituição religiosa no seio desta, a igreja católica prescindiu — consciente ou inconscientemente — de uma análise objectiva em que resultados possíveis seria a denúncia da relação de dominação colonial existente entre Portugal e os territórios africanos: a forma religiosa e cultural desta dominação, assim como as suas formas políticas, sociais e económicas.

Perante a situação de dominação política e cultural e sobretudo face à identificação entre a igreja católica e as diferentes formas de manifestação desta dominação colonial, é de esperar que a tão proclamada liberdade religiosa seja posta, de facto, em causa, não obstante as idílicas intenções manifestas tanto nos discursos políticos como nas pregações dominicais. Com efeito, esta problemática da liberdade religiosa cedo se pôs, na época dos “descobrimentos”. Neste contexto, são bem conhecidas as teses da *honra* ou cavalaria e do siso, postas em oposição pelo Infante D. João no conselho familiar realizado em Leiria. Estava em causa a guerra de África, em especial a expedição a Tânger. Ao conselho real pedia-se o parecer positivo ou negativo da empresa. Eis o que o Infante D. João disse a respeito:

“A mim parece que cavalaria e siso em todo não convêm, porque suas regras são desvairadas; que uma regra do siso diz que se não deve deixar certo por o não certo, a qual é contra a cavalaria.

Porém, para seguir esta parte a mim ocorrem quatro razões, cujo o fim todalas coisas deste mundo são feitas, pelas quais o siso defende esta guerra de se não fazer. A primeira, por serviço de Deus; a segunda, por honra; a terceira, por proveito; a quarta, por prazer.

E quanto por serviço de Deus, certa coisa é que tão grande feito sem pedido tácito ou manifesto não se pode fazer; pois que pode ser mais contra as obras de misericórdia, que tanto são encomendadas, que esta mata à fome o farto, de sede o que tem de beber, desveste o vestido, e assim todalas coisas, o qual deixo, por escusar maior escritura.

Ora, pois olhai que conta daremos a Deus do ofício que nos é dado de guardarmos o nosso povo, quando nós a principal ocasião somos da sua destruição? Certamente bem merecíamos ser punidos daquele Senhor, que é sobre todos os senhores, como maus, pois o seu ofício tomamos em roubar-mos os nossos. E se Deus ouvisse os seus rogos, não devíamos ousadamente cometer tal guerra; e não digo tão somente contra mouros, mas ainda contra judeus, que são a mais ruim gente do mundo.

E que sem seu pedido pudesse fazer, deves esguardar; ainda que El-Rei meu senhor e zalguns do seu conselho a este feito fossem por serviço de Deus, todos não iriam com tal tenção; que uns por honra, outros por riqueza e ganância, besteiros, peões e toda outra gente, não renegando, ainda que lhes pese; e quem mata mouro com tal tenção não peca menos que matar cristão; pois que serviço de Deus é dar tantas almas ao Demo? Certamente mais se pode dizer desserviço que serviço.

Ainda guerra dos mouros não somos certos se é serviço de Deus, porque eu não vi nem ouvi que Nosso Senhor ou alguns dos seus Apóstolos, nem Doutores da Igreja mandassem que guerreassem infiéis, mas antes por pregação e milagres os mandou converter, pois se por Seu serviço tal guerra houvera, mandava que, se não quisessem crer, por força os tornássemos à verdadeira fé, o que creio não pode ser achado em autêntica escritura”.⁽¹²⁾

Segundo a definição do Concílio Vaticano II, “a liberdade religiosa consiste no seguinte: Todos os homens devem estar livres de coação, quer por parte de indivíduos, quer dos grupos sociais ou qualquer autoridade humana; e de tal modo que, em matéria religiosa, ninguém seja forçado a agir contra a própria consciência, nem impedido de proceder segundo a mesma, em privado ou em público, só ou associado com outros, dentro dos devidos limites (...) Este direito da pessoa humana à liberdade religiosa na ordem jurídica da sociedade deve ser de tal modo reconhecido que se torne um direito civil”.⁽¹³⁾

Na prática, nem as ponderações do Infante D. João, nem os preceitos do Concílio Vaticano II em relação à liberdade religiosa foram respeitados pelos missionários. Partia-se do pressuposto de que todos os homens têm direito à

verdade, de que a Igreja Católica representava a única verdadeira religião e que por isso todos os homens têm o dever moral para com “a verdadeira religião e a única Igreja de Jesus Cristo”. Professava-se ainda que “a verdade é só uma e objectiva, embora as certezas sejam múltiplas e subjectivas. Respeite-se a certeza subjectiva, mas não se deixe de chamar a atenção para o equívoco, porventura, da certeza, a fim de esta se transformar em verdade. Daqui decorre o dever missionário da igreja: esclarecer as inteligências e fortalecer as vontades dos homens para que vão ao encontro da Verdade, Cristo Senhor Nosso...”⁽¹⁴⁾

De facto, os pressupostos teóricos e os modelos ideológicos de que se serviam os missionários eram falsos. No que diz respeito por exemplo aos pressupostos teóricos, a igreja postula pura e simplesmente que a religião católica é a única verdadeira, abstraindo-se e menosprezando todas as outras religiões ou declarando-as como falsas. O raciocínio lógico subjacente a esta teoria é o seguinte:

Premissa maior: a Igreja Católica é a única verdadeira religião.

Premissa menor: todos os homens têm direito à verdade.

Conclusão: todos os homens têm dever moral para com a Igreja Católica.

O modelo ideológico utilizado consiste basicamente em considerar a civilização e a cultura europeias como superiores às dos africanos. Por estas razões a Igreja Católica e os governantes portugueses de quatrocentos e quinhentos não consideraram injúria à personalidade livre, levarem à força, para a Europa, homens, mulheres e crianças, pois argumentavam que tinham a intenção de “os introduzirem na fé cristã, a única religião verdadeiramente salvífica, e numa civilização e culturas superiores”. Por causa disso, a religião que se declarava libertadora das almas transformou-se num dos maiores opressores dos homens, por ter encorajado o tráfico de escravos que dizimou milhões de vidas humanas.

Este e outros exemplos mais actuais demonstram que não se pode dissociar a liberdade religiosa dos outros direitos fundamentais do homem, inclusive o de levar uma vida de acordo com a civilização que os antepassados edificaram.

III. O impacto social da evangelização

Se nos abstrairmos das acções levadas a cabo paralelamente ao tráfico de escravos e das nefastas implicações que estas tiveram para as sociedades africanas, pode-se dizer que o impacto social da primeira evangelização (1434-1533) foi quase nulo. Estas acções limitaram-se basicamente ao baptismo de pessoas que eram feitas prisioneiras, particularmente de crianças com idade inferior a dez anos, e de uma forma geral, à concessão de facilidades espirituais e temporais a reis portugueses, como foi o caso do “direito de Padroado”.

Na época dos “descobrimentos” predominava o espírito de conquista, espírito de cavalaria, espírito de cruzada à antiga, sobre o espírito de comércio e espírito de cruzada através do diálogo e da compreensão. Os escravos eram

levados para o “Reino” onde eram convertidos ao cristianismo. No primeiro século de contacto da Europa cristã com a “Etiópia”, o missionário foi quase exclusivamente o marinheiro e o conquistador. A catequese foi dada quase exclusivamente pelos cristãos que andavam no comércio e na conquista. A evangelização foi pouco duradoura e ineficaz, pois os autóctones ofereceram grande resistência à penetração e mesmo ao simples contacto com os europeus, por razões não só de segurança em relação ao seu espaço vital, mas também por razões culturais. O primeiro local onde foi possível construir uma fortaleza situava-se numa ilha, protegida por uma baía, Arguim, um pouco abaixo do cabo Branco. Discute-se a data, mas parece ter sido levantada por 1445.⁽¹⁵⁾ Nesta ilha foi celebrada a primeira missa em toda a Costa da Guiné. O primeiro templo construído na Costa da Guiné, de que há memória, era “uma igreja de pedra em sós (solta), coberta de palha, a qual fez a gente que foi com Diogo de Azambuja quando foram fazer o Castelo de São Jorge em a Mina”.⁽¹⁶⁾ Por outro lado, a acção do islamismo colocava dificuldades enormes à penetração política, comercial e, sobretudo, religiosa dos portugueses.

Em 1553 é criada a diocese de S. Tiago, que inicia uma nova era na missionação do arquipélago de Cabo Verde e Guiné. Sacerdotes virão fixar-se nestas paragens, sobretudo nas ilhas de Cabo Verde, construindo igrejas, hospícios, centros de irradiação do Cristianismo e da civilização ocidental. Será o missionário o braço direito e o mais forte apoio do colono europeu, estabelecendo o elo de ligação entre o autóctone e a “civilização nova” e a fé cristã que se vinha “oferecer”.

Segundo a historiografia colonial, existem episódios que confirmam a acção evangelizadora dos primeiros missionários.

Entre estes missionários, fala-se de Luís Cadamosto que tentou “cristianizar” o rei Budumel. Este rei muçulmano tornou-se célebre por causa dos argumentos que apresentou a missionário veneziano. Entre outros, Budumel argumentava que, apesar de reconhecer as virtudes da lei cristã, a lei de Maomé também era boa. Os africanos poderiam salvar-se melhor com ela do que os cristãos, porque Deus é justo Senhor. E enquanto aos brancos dá tantos bens neste mundo e aos africanos não dá quase nada, Deus dará o paraíso do lado de cá. Também se dá o exemplo de Diogo Gomes que, por 1456, consegue falar com o poderoso rei Nominaus (ou Nuími-Mousa), chefe do país de Barra, ao Norte da embocadura do rio Gambia, e das acções de evangelização levadas a cabo junto deste. Algumas acções pontuais que se podem considerar como tentativas de criação de um clero indígena foram levadas a cabo, nomeadamente pelo Infante D. Henrique, bem como pela Santa Sé. No breve *Exponi vobis*, de Leão X, de 12 de Junho de 1518, por exemplo, encontramos as faculdades dadas ao Capitão-Mor de El-Rei de Portugal no sentido de promover às Ordens sacras os índios e os africanos. Mas é a própria historiografia colonial que deixa entender que as primeiras acções de evangelização levadas a cabo na Costa da Guiné tiveram um impacto social bastante limitado. Dentro dos limites do actual território da Guiné-Bissau nada de especial se construiu e

nada de especial há a assinalar do ponto de vista da evangelização, embora seja conhecido que tanto Diogo Gomes como Cadamosto e Álvaro Velho tivessem catequizado, à sua maneira, as pessoas de maior representação com as quais contactaram durante as suas estadas neste território.

Conclusões

A data dos primeiros contactos das populações da actual Guiné-Bissau com o Cristianismo é tão antiga quanto as primeiras tentativas de dominação levadas a cabo por conquistadores portugueses na Costa Ocidental da África. Cedo se verificou uma identidade de interesses da Santa Sé e dos colonialistas, interesses esses que se podiam resumir numa só palavra: dominação. Enquanto que o objectivo da colonização consistia em explorar economicamente o continente africano, primeiramente através do comércio de valores de uso e de escravos, e posteriormente através de exploração sistemática e mais refinada da mão-de-obra dos seus habitantes, a Santa Sé estava empenhada na dominação cultural e religiosa através da "evangelização". Foi na base desta comunhão de interesses que se verificou uma estreita colaboração entre estas duas, aparentemente distintas, instituições. Esta dominação (económica, política e cultural) vista em termos globais e a longo prazo, significou uma imposição das estruturas ideológicas e dos modelos sociais ocidentais, provocando uma certa desestabilização das estruturas autóctones.

Nos primeiros tempos os colonialistas e a Santa Sé tiveram imensas dificuldades em penetrar no interior das sociedades africanas devido a uma grande resistência oferecida pelos seus habitantes. Esta resistência foi provocada não só por razões de ordem política, como também culturais e religiosas. Apesar do enorme esforço desenvolvido, as primeiras missões de evangelização foram um fracasso; elas não conseguiram fazer obras dignas de menção. As obras sociais que posteriormente serão realizadas datam de épocas mais recentes, a partir do séc. XVIII.

Notas

(1) Rema, Pinto António: *História das Missões Católicas da Guiné*, Editorial Franciscana, Braga 1982. Esta obra que é constituída, em grande parte, por uma série de artigos já publicados no *Boletim Cultural da Guiné*, é um importante material de trabalho para todos os que desejam trabalhar sobre a religião cristã na Guiné.

(2) Veja, por exemplo, Gomes Eanes de Zurara: *Crónica dos feitos da Guiné*, cap. VII.

(3) Rema, Pinto António, *op. cit.*, p. 14.

- (4) Citado segundo Pinto Rema, *idem*.
- (5) D.P. Pereira: *Esmeraldo de situ orbis*, edição preparada por Raymond Mauny, Bissau, 1956, pp. 18 e 20.
- (6) O sublinhado é nosso.
- (7) Em Levy Maria Jordão: *Bullarium Patronatus Portugalliae*, 1, p. 8. Citado segundo Pinto Rema, *op. cit.*, p. 16.
- (8) Em *Missionaria Monumenta Africana*, 20, 1, p. 256. Citado segundo Pinto Rema, *op. cit.*, p. 17.
- (9) No caso das colónias portuguesas, entende-se por “Portugalizar” e “civilizar à moda cristã”, o processo de transmitir às populações africanas — que normalmente possuem a sua cultura e a sua religião próprias, os seus valores e simbolismos próprios — os valores e religiões do Ocidente, de Portugal, quer dizer, valores e religiões de colonizador, do actor social que domina política, económica e socialmente estas populações. Para mais informações sobre este assunto ver Michel Legraud: *Colonisation portugaise et discours religieux*, Centre de Recherche socio-religieuse, section “Religion et Développement”, Louvain, 1974, pp. 45-56.
- (10) Veja Herbert Rucker: *Afrikanische Theologie*, Tyrolia Verlag, Innsbruck-Wien, 1985, p. 25.
- (11) Rema, Pinto António, *op. cit.*, pp. 36-41.
- (12) Citado segundo Rema, *op. cit.*, pp. 22/23.
- (13) Declaração sobre a Liberdade Religiosa, n.º 2. Citada segundo Rema, *op. cit.*, pp. 25/26.
- (14) *Idem*, p. 26.
- (15) Esta é a data apresentada por Diogo Gomes, *De Prima Inventione Guinée*, edição do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, p. 22.
- (16) Em manuscrito de Valentim Fernandes, in *Monumentae Missionaria Africana*, 20, 1, p. 691. Citado segundo Rema, *op. cit.*, p. 50/51. Este ilheu chamava-se então Ilha de Palma, o maior dos três ilhéus que ficavam defronte de Cabo Verde. Mais tarde baptizaram-na com outro nome: ilha de Goreia, ou “Gorée”, em francês, muito perto da cidade de Dakar, capital da República do Senegal.

DA EXPERIÊNCIA COOPERATIVISTA NA GUINÉ-BISSAU

Yvan AVENA (*)

O movimento cooperativo em maior ou menor grau, conforme os casos, toma sempre uma importância significativa em todos os países do mundo. A sua situação na Guiné-Bissau, ainda não muito conhecida, é de algum modo aqui explicitada com o fim de realçar o seu actual papel e o reconhecimento das suas potencialidades.

As cooperativas na Guiné-Bissau

Que se saiba, escreveu-se pouco sobre o Movimento Cooperativo na Guiné-Bissau. Nem o Governo da Guiné-Bissau, nem as Organizações Internacionais de Cooperação pareciam dar uma atenção particular à acção económica e social das Cooperativas. Ainda que tenham sido reconhecidas de utilidade pública pela Constituição nacional, o movimento cooperativo foi e está, em parte, marginalizado por falta de legislação e de instâncias reconhecidas para a defesa

(*) Yvan AVENA, Engenheiro Industrial, é Director do Projecto COOPAC, a título da Cooperação Francesa e Conselheiro do Departamento de Projectos e de Relações Internacionais da Secretaria de Estado dos Combatentes da Liberdade da Pátria.

dos seus direitos. Mais de 70 Cooperativas e Associações com vocação cooperativa existem e funcionam, algumas há anos, sem estatuto jurídico. Uma força produtiva de 11.000 cooperadores é ignorada pelas estatísticas nacionais, uma vez que não sendo nem privada, nem do Estado, não existe oficialmente.

De início, só as empresas do Estado é que tinham o benefício dos planificadores. Depois disso, todas as esperanças estão orientadas para a privatização. A liberalização do comércio parece ser a única alternativa possível para o desenvolvimento do país. Nem uma, nem outra são más em si. Na medida em que as empresas são bem geridas e exploradas, as duas podem ter uma acção benéfica para a economia do país. Todos os países capitalistas têm empresas do Estado e os países do bloco socialista enfrentam-se cada vez mais com a liberalização da gestão das empresas. A procura da eficácia é por toda a parte uma preocupação prioritária dos Governos. Onde não o é, a miséria e a penúria espreitam o país. Mas se observarmos os países que conseguiram mais a nível económico e social, veremos que não escolheram só uma via para atingirem o desenvolvimento. Ao contrário, favoreceram todas as formas de organização produtivas conhecidas, seja do Estado, privadas e cooperativas. Ainda que estas últimas sejam por vezes negligenciadas na estratégia económica dos Estados, representam no mundo uma força económica de 500 milhões de indivíduos, e nalguns países as cooperativas chegam mesmo a ocupar um lugar privilegiado na política de desenvolvimento. Então porque é que o Movimento Cooperativo foi negligenciado na Guiné-Bissau pelos planificadores da Economia?

Talvez, como dizem alguns comentários, porque não acreditaram na capacidade de organização popular da produção. Sendo dado como extremamente baixo o nível de educação e de formação profissional das populações, esta dúvida podia ser justificada. É evidente que não chega dar aos trabalhadores locais e utensílios para fazer funcionar uma empresa: são precisos técnicos e gestores experimentados e motivados, assim como operários qualificados capazes de assumir a organização racional da produção. É igualmente necessário dispor de matérias primas, de materiais e de peças novas para assegurar o funcionamento regular dos empreendimentos. Meios de transporte para abastecer as unidades de produção e para evacuar os produtos para os mercados nacionais ou estrangeiros. Só de uma forma progressiva e relativamente modesta é que as cooperativas COOPAC⁽¹⁾ chegaram a reunir a maior parte destes factores de sucesso. Veremos, mais adiante, como é que a Secretaria de Estado dos Combatentes da Liberdade, apoiada por organizações não-governamentais e pela cooperação francesa, pôde realizar a primeira etapa do seu projecto de formação e de reinserção dos Antigos Combatentes e das vítimas da guerra. Ainda que seja apenas um exemplo, entre as numerosas iniciativas de criação de unidades produtivas COOPAC são a prova de que existem para além do Estado ou da economia privada, outras possibilidades de organização da produção.

Esperamos que este artigo permita dar a conhecer as possibilidades da acção cooperativa para o desenvolvimento económico e social da Guiné-Bissau e que

favoreça a colaboração entre os cooperadores e as cooperativas de todas as regiões e de todos os sectores de produção.

Eis a história das cooperativas COOPAC.

A Secretaria dos Combatentes da Liberdade da Pátria

A Secretaria dos Combatentes foi criada em 1977 com o fim de dar assistência às numerosas vítimas da guerra de Libertação e aos Combatentes desmobilizados. De entre os trabalhos que a Secretaria de Estado devia assumir para “garantir uma existência digna” aos Antigos Combatentes e “assegurar a educação dos órfãos da guerra”, era prioritária a procura de emprego para todos os que desejavam reinserir-se na actividade produtiva.

Havendo uma falta de formação profissional e a falta de saídas no mercado de trabalho só poucos é que podiam encontrar um emprego. Daí, a ideia de se criarem as cooperativas de produção COOPAC.

O que parece ser evidente hoje, não o foi à partida. Para fazer funcionar uma empresa, não chega haver locais (os antigos quartéis portugueses), nem utensílios oferecidos pelas ONG ⁽²⁾ para o arranque: são precisos, como já o dissemos, técnicos, gestores e operários qualificados capazes de assumirem a organização racional da produção. Nenhum dos nossos antigos combatentes ou órfãos de guerra tinha alguma vez trabalhado na indústria ou no artesanato. Por outro lado 73% deles nunca passaram para além da 4.ª classe da escola primária. Foi, então, que surgiu a ideia de integrar as cooperativas civis que tinham experiência prática de trabalho para ensinarem “no local” a “perícia”. Apesar da maior parte ser analfabeta, foram bons mestres e muito rapidamente as cooperativas puderam funcionar normalmente. A Secretaria de Estado arrancou, assim, com as primeiras unidades de produção de vocação cooperativa do país.

Objectivos procurados

Em primeiro lugar, dissemos que se tratava de criar empregos. Contudo, é preciso definir os objectivos das cooperativas para o futuro. Com o fim de dar uma orientação geral à acção da Secretaria de Estado, foram definidos os seguintes princípios:

deveria permitir, ao menos, cobrir todos os gastos de funcionamento, de amortizações e permitir um ligeiro lucro. Isto é explicado pela modéstia dos salários e dos investimentos em cada cooperativa.

Em contrapartida, cada dólar de importações permite produzir no País 3,17 dólares de bens e de serviços. Ou seja, uma economia de 2/3 de divisas em relação aos produtos e serviços importados.

Os salários dos cooperadores

Os salários entregues todos os meses aos cooperadores, são **salários de base**. Depois da dedução das amortizações, do fundo de reserva de circulação e de um fundo social de apoio — proporcionais à importância de cada cooperativa — os benefícios deviam ser distribuídos pelos cooperadores. Somente duas cooperativas particularmente dinâmicas e prósperas puderam gratificar os cooperadores no fim do último balanço. As outras tiveram que reinvestir a totalidade no resgate de materiais para a produção, a fim de se constituírem stocks de reserva que lhes assegurem uma continuidade no trabalho. Contudo, a média dos salários entregues aos cooperadores é equivalente e, por vezes, superior aos salários médios dos trabalhadores com a mesma categoria no sector privado ou nas empresas do Estado.

Os investimentos

A média dos investimentos de arranque foi de 1.371 dólares por cooperador, não incluindo os edifícios ou as terras dadas pelo governo.

Em 1986, estimámos que o conjunto dos investimentos fornecidos durante seis anos pelas organizações de cooperação e pelo governo se eleva a um pouco mais de 3.000 dólares por cooperador. Nestes investimentos estão incluídos os factores de produção e igualmente o fornecimento de materiais para a produção, as bolsas de estudo e a assistência técnica.

Quer dizer que para um investimento irrisório podemos criar 300 empregos estáveis, todos fornecendo às populações produtos e serviços essenciais de vários sectores.

Produtos e serviços populares

Os produtos e os serviços fornecidos às populações pelas doze cooperativas COOPAC dos Antigos Combatentes são os seguintes:

- O abastecimento de legumes e de frutos do mercado de Bissau;
- A reparação de veículos particulares, principalmente os táxis e as carrinhas de aluguer essenciais para o transporte de passageiros e de mercadorias;
- A reparação de frigoríficos e de congeladores que permita manter em bom estado os aparelhos indispensáveis para a conservação dos alimentos nas cidades;
- O fornecimento de utensílios em cerâmica (pratos, tijelas, taças copos, etc.), anteriormente importados da Europa;
- O fabrico de carros e carroças de burros para o transporte, para distâncias pequenas, que permita aliviar o trabalho das mulheres e multiplicar por 5 ou por 10 a capacidade de transporte por homem/Km;
- O fornecimento de vestuário de homem, mulher e criança a preços competitivos;
- A construção e a reparação de casas populares negligenciadas pelas grandes sociedades de construção civil;
- O transporte de passageiros e de mercadorias na região do Sul, única possibilidade de se deslocar e de comercializar os excedentes agrícolas nesta parte do país.

Sem as cooperativas COOPAC a maior parte destes produtos e serviços não teriam existido. As populações da Guiné-Bissau foram as principais beneficiadas.

Os resultados económicos

Apesar das numerosas dificuldades próprias do País (cortes de corrente, falta de gásóleo, dificuldades de abastecimento, etc.) o balanço económico das cooperativas é, em geral, positivo e em progresso para o conjunto das unidades.

O quadro mostra o volume de negócios e a margem de lucro *em dólares* e em percentagem, de 1981 a 1986:

	1981	1982	1983	1984	1985	1986
O Volume de negócio	18 625	337 886	196 861	180 700	143 411	293 239
Lucros brutos	1 062	30 660	-18 969	39 639	18 171	99 501
Percentagem de lucro	5,7%	9,07%	-9,64%	21,94%	12,67%	33,93%

A diminuição do volume de negócios e de lucros, em certos anos, é devida em grande parte à falta de materiais para a produção. As cooperativas puderam trabalhar, em média, entre 30 e 50% da sua capacidade óptima.

A formação profissional

A formação profissional dos cooperadores foi sempre uma das principais preocupações da Secretaria de Estado dos Combatentes da Liberdade da Pátria. Para melhorar a produtividade e a qualidade dos produtos e serviços e para que as cooperativas possam atingir mais tarde autonomia é indispensável que os cooperadores possam ter acesso a uma formação profissional de qualidade. É precisamente neste domínio que o sistema cooperativo na Guiné-Bissau mostrou a sua superioridade em relação às empresas privadas e do Estado:

Os cooperadores estão mais motivados para aprenderem e para se aperfeiçoarem no seu ofício.

Para poder satisfazer os pedidos dos cooperadores, a Secretaria de Estado criou um Departamento “Emprego e Formação” que está encarregue de procurar e organizar estágios e cursos a todos os níveis da educação. Desde a alfabetização nas cooperativas até às bolsas de estudo no estrangeiro, procuram-se todos os meios para oferecer aos cooperadores a possibilidade de aumentar a sua competência profissional.

As estruturas de apoio às cooperativas

Para dar às cooperativas uma estrutura de apoio técnico na gestão, na comercialização e na formação técnica foi criada no início de 1987 a “Direcção de Apoio à criação e ao funcionamento das cooperativas COOPAC”. Esta direcção, separada da Secretaria de Estado, tem igualmente como objectivo, favorecer a autonomia progressiva das cooperativas em relação ao Estado. Este primeiro passo para o reconhecimento da autonomia das cooperativas está limitado à COOPAC; temos consciência de que não é suficiente mas com a esperança de se chegar, a curto prazo, a um reconhecimento mais geral do Movimento Cooperativo na Guiné-Bissau, empreendemos várias acções a nível nacional. Vejamos algumas:

- Uma pré-inquirição a nível nacional para se conhecerem todas as iniciativas do Estado ou privadas, neste domínio;
- Organização de um seminário nacional, com o apoio da Aliança Cooperativa Internacional, sobre “os princípios e métodos cooperativos”;
- Organização da “Primeira Conferência Internacional sobre o Desen-

volvimento Cooperativo e Associativo na Guiné-Bissau" para apresentar as propostas destinadas a desenvolver as iniciativas cooperativistas no País.

Os resultados do pré-inquérito nacional

Uma pré-inquirição organizada pela Secretaria de Estado em colaboração com um perito em Cooperativas da Cooperação Portuguesa, deu-nos a conhecer dados encorajadores para o futuro do Movimento Cooperativo na Guiné-Bissau. O grande número de unidades de vocação cooperativa e de associações de produtores que foram criadas nestes últimos anos, particularmente, no interior do País, mostra o interesse cada vez maior das populações por este tipo de organização. As organizações cooperativas recenseadas são as seguintes:

Organização de vocação cooperativa	Iniciativas do Estado	Iniciativas privadas	Total	Participantes
Pré-cooperativas		22	22	1 046
Cooperativas	16		16	959
Associações	2		2	135
Projectos de produção popular	16		16	2 026
Organizações de entre-ajuda		14	14	7 310
Total	34	36	70	11 341

Ainda que disperso e sem nenhuma estrutura nacional de apoio, o Movimento Cooperativo desenvolve-se na Guiné-Bissau com uma energia exemplar. Apesar de não ser ainda possível avaliar o impacto económico das Associações Cooperativas no País, pensamos que é já, pelo número de aderentes e pelo seu dinamismo, superior ao do sector privado. A acção de formação profissional que se realiza nas cooperativas é sem dúvida nenhuma, mais eficaz de que qualquer outra no País. A médio termo vai ser nas cooperativas que vamos encontrar os melhores quadros de produção e os operários mais competentes e conscienciosos. Porque, como escreveu Jacques Perrin em *"Les Transferts de Technologie"*, a transferência da tecnologia dos países industrializados não pode de maneira nenhuma reduzir-se a uma aprendizagem de técnicas. É também uma aprendizagem social enquanto que aceitação de uma organização do trabalho. Não há nada melhor do que as cooperativas para uma aprendizagem técnica e social adaptada ao meio cultural do País.

Conclusão

As Cooperativas COOPAC são na Guiné-Bissau **as mais bem** estruturadas e as que estão mais próximo do ideal cooperativo; podem servir de modelo às cooperativas novas, a nível da gestão e da organização da produção. Existe já um manual de contabilidade para as cooperativas no CENFA⁽⁵⁾, em Bissau, inspirado no sistema de contabilidade da COOPAC. A Direcção de Apoio Técnico às Cooperativas é também uma estrutura a recomendar porque, dada a falta de quadros técnicos no País e o baixo nível de instrução dos cooperadores, ela permite levar uma assistência técnica indispensável ao bom funcionamento das unidades de produção. Um técnico pode dar o seu apoio a várias cooperativas. Isto vai evitar que algumas unidades que beneficiam da assistência técnica de um cooperante se encontrem em dificuldade à partida.

As estruturas de apoio e formação profissional vão dar às cooperativas meios para se desenvolverem e demonstrarem a sua utilidade e a capacidade para participarem activamente na reconstrução nacional.

Nem privadas, nem do Estado, as cooperativas serão um factor importante do desenvolvimento económico e social do País.

(traduzido do francês por Ana Maria Bayan Ferreira)

Notas

1. COOPAC: Cooperativa dos Antigos Combatentes
2. O.N.G.: Organizações Não Governamentais
3. CIMADE: Organização Protestante Francesa
4. C.C.F.D.: Comité Católico contra a Fome e pelo Desenvolvimento
5. CENFA: Centro de Formação Administrativa

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

Cooperativas COOPAC na Guiné-Bissau — S.E.C.L.P. 1984

Rapport économique des Coopératives COOPAC — S.E.C.L.P.

Levantamento e diagnóstico das Cooperativas COOPAC por Eugénia Saldanha — S.E.C.L.P. 1985

Os organismos de vocação cooperativa na República da Guiné-Bissau, por Fernando Ferreira da Costa — S.E.C.L.P. 1987

Les transferts de technologie, por Jacques Perrin — Ed. *La Découverte*.

Les pratiques coopératives au milieu rural africain, par Dominique Gentil. *L'Harmattan/Coll. U.C.I.*

KANDJADJA, GUINÉ-BISSAU 1976-1986

OBSERVAÇÕES SOBRE A ECONOMIA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO DE UMA ALDEIA AFRICANA

*Lars RUDEBECK**

O texto, apresentado no Seminário para Estudos de Desenvolvimento e Grupo de Trabalho para o Estudo de Estratégias de Desenvolvimento (AKUT), realizado em Março de 1987 pelo Departamento de Ciências Políticas da Universidade de Uppsala, Suécia, foi elaborado com base em várias visitas que o autor realizou à tabanca de Kandjadja, e nele tenta mostrar a evolução dessa povoação, interrelacionando-a com a situação decorrente na Guiné-Bissau ao longo de diversas épocas. Por fim, foca igualmente um caso de uma aldeia de Moçambique, e estabelece comparações com a tabanca guineense.

Kandjadja é uma aldeia (tabanca) com cerca de 2000 habitantes, situada não muito longe do rio Farim, no sector de Mansaba, região de Oio, na parte norte da Guiné-Bissau.

(*) Lars Rudebeck, Professor no Departamento de Ciências Políticas da Universidade de Uppsala, Suécia. Colabora com o INEP, que já publicou diversos trabalhos seus. É membro do Conselho Consultivo de SORONDA.

É a tabanca central de uma secção que abrange também doze outras tabancas espalhadas na floresta, com um total de cerca de 8.000 habitantes, incluindo Kandjadja.

A distância por terra de Kandjadja à estrada que liga Farim (a capital regional de Oio) a Bissau (a capital nacional) é de cerca de 12 quilómetros. A distância total a Farim é pouco menos do que 20 quilómetros para noroeste.

A cidade de Mansaba fica a cerca de 20 quilómetros para sudoeste. A distância para Bissau é de cerca de 100 quilómetros na estrada principal, uma vez que já foram reparados os 12 quilómetros de mau caminho na floresta.

É uma terra antiga de camponeses na África Ocidental, onde a população Mandinga com religião muçulmana viveu, muito antes dos marinheiros portugueses se terem estabelecido na costa guineense em meados do século XV, e onde vive ainda. Por volta do século XIII, estas áreas estavam incluídas no Grande Império Mali, abrangendo aqui a estrutura estatal de Kabú, que depois do declínio do Mali, no final do século XIV, gradualmente se desenvolveram no Império de Kabú, que desde o século XVI e daí por diante determinava a estrutura estatal dominante da região que se estendia do Oceano Atlântico às regiões montanhosas de Futa Jallon da actual Guiné-Conakry e limitada a norte pelo rio Gâmbia.⁽¹⁾

Só nos finais do século XIX é que Kabú foi destruída pelas guerras civis e substituída pelas estruturas estatais coloniais.

Embora Kandjadja seja ainda hoje uma tabanca na República da Guiné-Bissau, pertence de igual modo também a uma cultura e uma economia de uma região com um potencial latente para a unidade política transcendendo as estreitas fronteiras estatais herdadas da Colónia da Guiné Portuguesa. O objectivo directo desta apresentação não é debruçar-se sobre o tema "nação — estados" em África, antes limita-se a dar um esboço da relação entre Kandjadja e a autoridade política central da Guiné-Bissau representada pelo PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde) e pelo Estado, durante a primeira década da independência (realmente conseguida em 1974). Penso que esta relação ilustra significativa e instrutivamente de como uma liderança pequeno-burguesa radical falha ao recriar, depois da independência, a aliança política com o campesinato que mantinha com sucesso a luta pela libertação anti-colonial.

Desde os finais dos anos 60 que sigo de perto a Guiné-Bissau como exemplo de um país que se libertou do colonialismo através de uma luta armada e tentando depois, conseguir um desenvolvimento para o povo com base na unidade política obtida nessa luta.

O ponto de partida foram duas visitas em 1970 e 1972⁽²⁾ às zonas controladas pelo PAIGC no país, seguidas após a independência, por várias estadias e visitas realizadas. Dentro desta perspectiva de pesquisa sobre a libertação anti-colonial e a transição para um Estado independente, tive oportunidade, em

Fevereiro de 1976, de observar e participar da vida quotidiana da tabanca de Kandjadja.

Isso foi feito em 2 semanas de intenso trabalho no terreno na aplicação local de políticas de desenvolvimento nacionais oficiais quanto à organização política e administrativa, ao sistema judicial, agricultura, outros tipos de produção, trocas e comércio, educação e saúde.

Continuei os contactos com Kandjadja quando lá voltei em Novembro de 1977, Novembro de 1981, Dezembro de 1984 e em Janeiro de 1986 para breves visitas.⁽³⁾ Também tenho planos para um trabalho aprofundado sobre o estudo de 1976.

Kandjadja 1976

Estrutura política

“Não há nenhum Estado. Nós próprios somos o Estado. O que é que pode fazer o comissário político sem o comité de base? O que é que pode fazer o comité sem pessoas? Aqui em Kandjadja, se realmente o quisermos, somos todos nós juntos, homens e mulheres, que constituímos o comité”.

Estas palavras, ditas pelo comissário político do partido para a secção de Kandjadja em Fevereiro de 1976, num dos encontros semanais das populações, regularmente realizados na tabanca durante os primeiros anos da independência, foram bastante arrojadas. O comissário realmente pensava que o poder regularmente realizados na tabanca durante os primeiros anos da independência, foram bastante arrojadas. O comissário realmente pensava que o poder popular tinha tomado o lugar do Estado ou de outro poder político em Kandjadja. O Estado já se tinha tornado supérfluo nos primeiros momentos da independência. Talvez o comissário, que se chamava Malan Sana, não gostasse que tivéssemos tomado literalmente no sentido teórico as suas palavras. Mas pelo menos quis dizer que a autoridade política, na nova Guiné-Bissau libertada, era exercida sob controlo popular, que o país não podia ser governado contra a vontade e os interesses do povo.

Até isso foi arrojado, talvez idealista. Mas na realidade reflectia crenças e aspirações da altura, normalmente defendidas, por sua vez reflectidas numa atmosfera política bastante activa, e apoiada com uma participação política popular bastante elevada. Isto verificou-se em várias zonas em toda a Guiné-Bissau. Era de certeza verdadeiro em Kandjadja.

Descolonização

Estive pela primeira vez em Kandjadja mais ou menos 1 ano e meio depois do PAIGC ter entrado oficialmente em Bissau, a capital do país, após onze anos

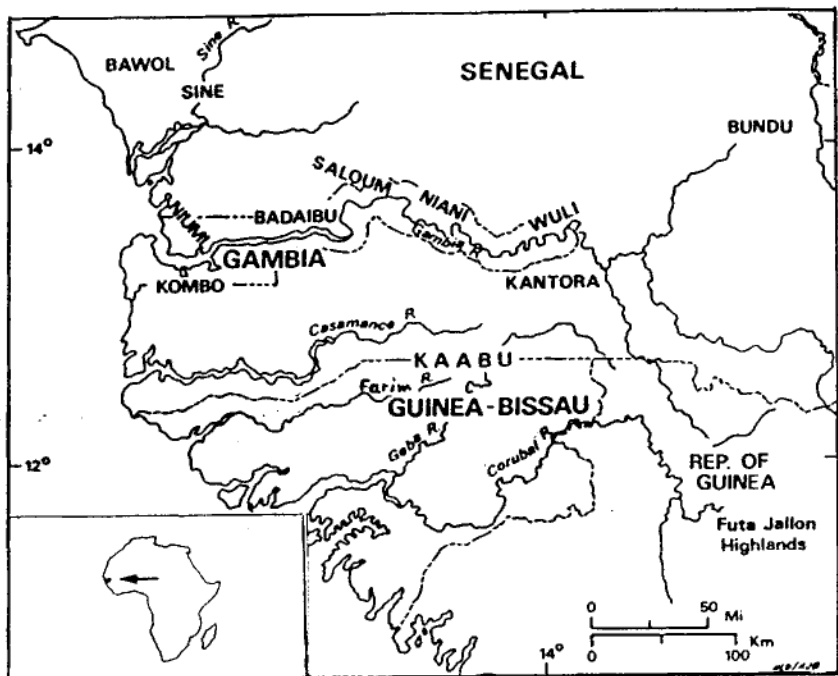
de luta armada política pela independência. Durante a maior parte da luta a secção de Kandjadja tinha estado situada dentro do território “disputado”, isto é, um território que não era totalmente controlado nem pelo movimento de libertação nem pelo exército colonial português. A maioria dos habitantes tinha fugido para o Senegal, estabelecendo-se numa base semi-permanente na região de Casamance. A fronteira internacional entre o Senegal e Guiné-Bissau, que divide esta região cultural e historicamente unida, fica a cerca de 30 quilómetros a norte de Kandjadja. Assim, embora forçada a deixar a terra dos seus antepassados, a população de Kandjadja não era estrangeira em Casamance. Das suas povoações, do outro lado do rio, muitos deles tinham apoiado o movimento de libertação de várias maneiras, incluindo contribuições em dinheiro, arroz, transporte de provisões para a fronteira, etc.

Algumas centenas ficaram em casa, vivendo “na mata” e trabalhando directamente com a guerrilha.⁽⁴⁾

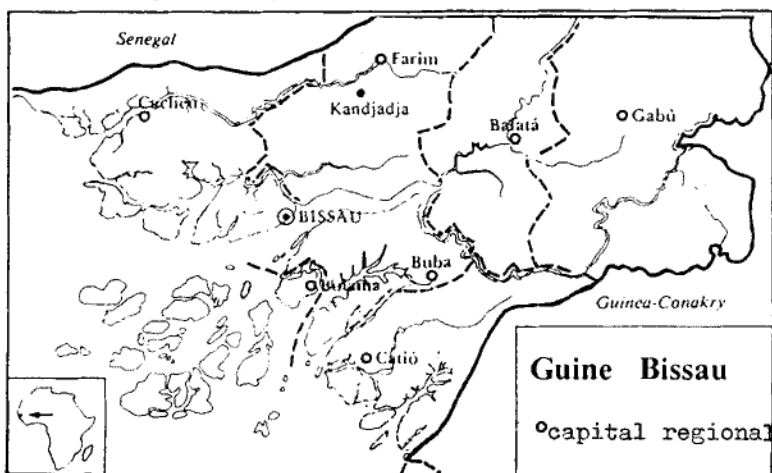
Em Fevereiro de 1976, muitos dos habitantes já tinham regressado do Senegal, cerca de 4.500 de acordo com os funcionários locais. A maioria vivia em casas provisórias junto a um poço grande que funcionava, mas que não era suficiente, a menos de um quilómetro do actual lugar da tabanca, para o qual ainda não tinham sido capazes de regressar uma vez que o poço tinha desabado durante a guerra e esperava pela reconstrução. Em termos materiais, a situação era, assim, semi-transitória e bastante difícil. Contudo, social e politicamente, todos os sinais de uma comunidade estável e funcional estavam presentes em Kandjadja, tendo sobrevivido (e estruturalmente quase intactos) à confusão da guerra, exílio, descolonização e regresso.

O comissário político vivia na tabanca de Kandjadja, mas estava encarregue do “trabalho político” em toda a secção, incluindo naquela altura, 6 tabancas mais pequenas além da tabanca central. Havia em cada uma delas um “comité de base” directamente eleito, com cinco membros, dos quais pelo menos dois eram mulheres, de acordo com as regras estabelecidas nas áreas libertadas do país durante a luta de independência. Os comités de base continuaram a ser definidos como fundamentos da ordem institucional da Guiné-Bissau independente. Num sentido constitucional, representam uma forma híbrida, eleitos *como são por todos os cidadãos adultos*, enquanto são vistos simultaneamente como *órgãos de base do único partido PAIGC, “vanguarda” do povo, “força dirigente da sociedade”, e “expressão suprema da vontade soberana do povo”*.⁽⁵⁾

O comité da tabanca de Kandjadja funcionava, de facto, também como o comité de toda a secção, devido à posição dominante na comunidade local da tabanca central. Organizava regularmente e semanalmente ou, às vezes só bi-semanalmente, reuniões das populações, para iniciar ou discutir, por exemplo, tarefas comunitárias práticas tão importantes como a construção de uma tabanca inteiramente nova no local do poço original “onde vivem os antepassados”, a fábrica de tijolos para um novo armazém ou para a mesquita, o trabalho da escola, etc..



(1) A localização do Império do Gabú (Kaabu) na área da Senegâmbia-Guiné. Mapa adaptado de Joye Bowman Hawkins, *Conflito, Interação e Mudança na Guiné-Bissau: A expansão Fulbe e o seu impacto, 1850-1900* (tese de doutoramento), Universidade da Califórnia, Los Angeles, 1980, p. 195.



(2) Mapa administrativo da Guiné-Bissau, mostrando a tabanca da Kandjadja.

O comissário político garantiu uma ligação directa em Kandjadja e os outros níveis da estrutura política e administrativa da República da Guiné-Bissau através de visitas regulares a Farim e Mansabá, as cidades centrais da região e do sector, e ouvindo com regularidade as transmissões da rádio nacional de Bissau. Trabalhou, ao mesmo tempo, juntamente com os mais velhos da comunidade, que estudavam nesta altura, o papel de portadores suportes da autoridade tradicional e da legitimação política do PAIGC que foi forjada durante a luta anti-colonial. Os mais velhos dominavam os comités eleitos pela população sob a vigilância do partido. Os dois membros directivos do comité de Kandjadja foram membros do PAIGC durante dez e onze anos respectivamente, isto é, durante a maior parte da luta de libertação.

O Vice-Presidente Nangir Turé, com cerca de 70 anos de idade, foi membro da família Turé, uma das mais ilustres famílias de Kandjadja. Numa assembleia popular a que eu estive presente resumi o seu programa político através das seguintes palavras: "Devemos construir o partido nos nossos corações".

A simbiose aparente, num sentido político, entre autoridade tradicional e revolucionária reflectia no plano local a aliança a nível de todo o país entre o camponês e o "pequeno burguês" radical dirigente do movimento de libertação que tornou possível a vitória contra o colonialismo.

O sistema judicial

Havia também um tribunal da justiça (*tribunal do povo*) para a secção de Kandjadja. Isto foi estabelecido pelo PAIGC durante a luta em 1968. Como em todo o lado, na Guiné-Bissau, nesse momento, o tribunal tinha 3 membros eleitos. A sua função principal foi definida para resolver conflitos entre as pessoas, tentando ao mesmo tempo alcançar uma síntese entre os costumes tradicionais e a ideologia moderna do movimento de libertação. O presidente do tribunal, Mamadu Turé, explicou que até então o tribunal não tinha sido forçado a pôr nenhum caso numa sessão formal. De acordo com ele, a existência do tribunal servia para encaminhar as pessoas para soluções correctas:

"Para começar, as pessoas hesitavam em voltar-se para o tribunal de justiça. Em réus pelo processo tradicional. Mas depois da independência o responsável oficial pela justiça no plano regional veio a Kandjadja e explicou que a partir de então, a justiça tinha de ser feita pelo tribunal popular.

A parte mais importante do nosso trabalho no tribunal refere-se ao futuro. Se as pessoas continuarem a ser respeitadoras, então penso que a nossa tabanca será uma boa tabanca sem problemas. É tudo o que tenho para dizer".

Eu próprio pude observar o desenrolar de dois casos durante a minha estadia em Kandjadja em 1976. Um referia-se a uma mulher que se queria

divorciar do marido devido a maus tratos. O outro à cerca de um rapaz que foi preso por ter batido brutalmente no seu irmão mais novo. No caso do divórcio, num encontro com os membros do tribunal (o comité de base, o comissário político e o casal), estes tentaram persuadir a mulher a desistir do seu pedido. No segundo caso, uma reunião do tribunal e dos mais velhos, com a enfermeira que tratou o rapaz agredido, decidiu que o irmão devia continuar preso, até se ter a certeza de que os ferimentos não provocariam nenhuma deficiência. No primeiro caso, o tribunal popular seria, provavelmente, forçado a convocar alguma vez a sua sessão formal, mas só depois de discutido o caso com “a sessão”, isto é, com o comissário político. No segundo caso, o tempo passado na prisão seria considerado como punição suficiente.

A ordem era, assim, mantida em Kandjadja pelos mais velhos em associação com o PAIGC. Não havia sinais visíveis de descontentamento com esta situação.

Agricultura

Com a agricultura, a base de subsistência e a economia do povo, a recuperação do pós-guerra tinha começado.

O povo cultivava milho, arroz, mandioca, e também algumas cebolas, pimenta, feijão ou *baguidj* (os espinafres locais). Para ganharem algum dinheiro, vendiam mancarra à loja dos “armazéns do povo” estatais, que tomaram o lugar da loja privada gerida por um comerciante português no tempo colonial. Ao comprarem mancarra a um preço fixo para exportação pelo Estado, os armazéns do povo mantinham uma ligação entre os camponeses de Kandjadja e o mercado mundial. Os lucros eram muito pequenos. Com base nos registos feitos pelo gerente do armazém do povo local durante a estação da colheita de 1976, fiz uma estimativa de que raramente excediam o equivalente a 25 US dólares (taxa oficial de câmbios). Em muitos casos era muito menos.

Além dos armazéns do povo, os camponeses tinham acesso indirecto ao mercado mundial, também pelo Senegal, onde podiam comprar livremente bens de consumo importados com os francos CFA que ganhavam quando vendiam a sua produção agrícola ou trabalho. Não fiz um cálculo do volume deste comércio. Podiam-se também usar os francos CFA na Guiné-Bissau, e pela sua troca particularmente acima da taxa oficial de câmbio, podiam-se obter, a preços vantajosos, bens para venda muitas vezes subsidiados pelo Estado. Por outro lado, tal comércio era um obstáculo para as autoridades centrais que se esforçaram em colher o excedente das colheitas dos camponeses.

Nada foi feito ou até contemplado na Kandjadja em 1976 com vista a ultrapassar o método tradicional das famílias camponesas na agricultura.

Cada família produzia para ela própria, com os seus instrumentos e com métodos tradicionais, na sua parte das terras que faziam parte da tabanca. Não

havia nenhum vestígio de qualquer preparação política para cooperativas de produtores ou outras formas modernas de cooperação económica, embora a nível nacional as cooperativas de produtores fossem vagamente proclamadas o objectivo a longo prazo do regime.

Outros tipos de produção

Muita da outra produção de bens necessários, para além da agricultura, foi feita a nível de subsistência em casa de famílias de várias gerações que viviam juntas. Mas havia também um número de artesãos especializados que produziam para venderem. Os mais importantes eram os oleiros, um especialista em trabalhos pequenos de couro (amuletos), um que fazia cachimbos de barro, um que fazia colmeias, outro cestos, outro sapatos, um ferreiro (que era também o caçador principal da tabanca), um tanoeiro, e também havia vários que faziam tambores, utensílios de cozinha em calabash, equipamento de pesca, etc.. Destes produtores especializados, o que ganhava mais era provavelmente uma mulher oleira que era capaz de fazer e cozer 10 potes de barro por dia, que valiam o equivalente a aproximadamente 3 US dólares, quando vendidos em Kandjadja.

Os Armazéns do Povo

Como já foi mencionado, tinha sido aberto um armazém do povo em Kandjadja, como parte da rede de comércio e distribuição estatal. Funcionou em 1976 como um importante referencial para toda a secção. Para além de comprar a mancarra dos camponeses, o gerente do armazém vendia também alguns bens básicos a preços controlados e subsidiados, por exemplo arroz (naquela altura proveniente da China), tecidos, camisas, sabão, açúcar, óleo, cigarros, etc.. O armazém estava muito melhor abastecido do que em finais dos anos 70 e posteriormente, devido aos seus rendimentos limitados em dinheiro; contudo, é claro que muitos dos habitantes da tabanca tinham poucas hipóteses de comprar estes bens.

O sistema educacional

A escola, em si, foi provavelmente a instituição mais revolucionária de Kandjadja em 1976, no sentido ideológico. Três professores jovens bastante motivados, dois dos quais viveram na guerrilha desde a infância, ensinavam cerca de 200 alunos. Perto de 120 estavam divididos pelas 4 classes da escola elementar, enquanto os restantes 80, mais ou menos, faziam parte de um grupo

preparatório. Isto significava que apenas aproximadamente um quarto dos jovens em idade escolar, realmente, andava na escola (cerca de metade, se o grupo preparatório estiver incluído). Embora tenha sido quase uma façanha, no contexto local, estava ainda muito abaixo da média nacional dos 90 por cento, que provavelmente foi bastante exagerada.

A aprendizagem oferecida pelos 3 professores era a combinação de matérias convencionais e o ensino político na disciplina de história e no significado da luta pela libertação nacional. Foram feitos esforços grandes para envolver também os pais que mandassem não só os seus filhos mas também as filhas. De qualquer modo o número de raparigas era bastante menos que o dos rapazes.

Apesar do trabalho cheio de dedicação desenvolvido pelos professores, parece que a mensagem ideológica e modernística da escola estava um tanto à parte das aspirações culturais da comunidade e do tipo de transformação actual levado a cabo pela sociedade local. Mas havia também um outro tipo de escola em Kandjadja, para além do estabelecido pelas autoridades centrais: a Escola Corânica, dirigida, completamente, numa base voluntária. O professor era um jovem dos seus vinte anos, com a mesma idade dos seus colegas da escola oficial, ao mesmo tempo estudante do 2.º ano. Para distinguir as 2 escolas uma da outra, aconteceu como ainda acontece que a população da Kandjadja chamou à escola do Estado “a Escola dos Europeus” ou “dos brancos”, porque era nesta que se ensinavam as coisas “modernas” ou “Europeias”. De maneira análoga a escola Corânica, que todas as tardes ao pôr-do-sol reunia um grupo de rapazes para estudarem os textos sagrados, é muitas vezes chamada “a escola de *marabou*” (santo local).

Os Serviços de Saúde

No campo da saúde, o regime do PAIGC colocou uma enfermeira numa das casas de Kandjadja em 1976. Três vezes por semana, de manhã, recebia os doentes, a quem dava conselho, cloroquina e aspirinas (quando disponíveis), ou cuidados gerais. Os casos graves podiam ir para os 2 hospitais de Morés ou Mansabá, ambos a uma distância de cerca de 20 quilómetros — por terra. Tudo isto era muito modesto, mas em comparação com o tempo colonial, um grande passo adiante e, como tal, assim visto pela população local. O que faltava, e era mais grave, era os esforços sistemáticos no campo da medicina profilática.

Notas resumo

Para resumir a situação no início de 1976, como tive oportunidade de observar, a vida em Kandjadja parecia estar no caminho da recuperação material e social dentro da estrutura pré-existente. Mas não havia sinais visíveis

de alguns desenvolvimentos inovadores na esfera da produção. As actividades políticas do PAIGC não eram insignificantes. Contudo, não estavam orientadas, em direcção à reestruturação agrícola de modo a pôr à disposição do Estado ou da economia nacional um excedente agrícola. A política parecia estar num nível ideológico e organizacional.

No ano de 1977

Em Novembro de 1977, um pouco menos de 2 anos após a minha primeira estadia, tive oportunidade de regressar a Kandjadja para uma visita curta. A mudança mais espectacular foi o facto de toda a tabanca central ter sido mudada para o lugar do antigo poço, que tinha sido reconstruído juntamente com um poço novo. Este regresso a “onde viviam os antepassados”, tinha sido o projecto número um da agenda do comité no início de 1976. Em Novembro de 1977 tinha sido completamente cumprido.

As tabancas do primeiro local provisório tinham sido substituídas por casas de tijolos, construídas ao longo de ruas estreitas e rodeadas por quintais com hortas. Tudo tinha sido feito com os recursos locais sem nenhum suporte material do Estado. O comissário político e os membros do comité de base orgulhavam-se do trabalho desenvolvido “pelo povo de Kandjadja”.

O armazém do povo, com um novo telhado dado pelo Estado, estava ainda bem abastecido. A capacidade da população para comprar bens que estavam à venda era, contudo, tão limitada como antes. Observei um acontecimento que ilustra a relação paradoxal entre os níveis central e local da Guiné-Bissau que se desenvolveram 3 anos depois da independência. De repente, chegou um camião militar directamente de Bissau. O único negócio dos soldados encarregados era comprar arroz enviado para a venda (embora dado de graça pelos doadores Americanos) no interior pelas autoridades Guineenses. A população de Kandjadja não tinha possibilidades económicas para comprar a oferta dos EUA, enquanto que havia um forte racionamento em Bissau, então a expedição privada dos soldados que compraram a maioria da loja de Kandjadja, regressou à capital.

Notamos, assim, que a evolução já desenvolvida no início de 1976, continuou firme na sua intenção nos finais de 1977. Tinha avançado consideravelmente. Superficialmente, a situação política aparecia sem mudança. Mas a seguinte observação acerca do Presidente da República, Luís Cabral, fez pressentir talvez o golpe de Estado de Novembro de 1980. “Aquele, vi-o uma vez em Morés. Não gosto dele. É branco. Devíamos ter um presidente africano”. Esta observação foi feita por um dos mais velhos de Dabukunda, uma pequena tabanca vizinha. Note-se que a alusão não se referia à cor da pele do presidente, mas à sua cultura, que era portuguesa para o ancião de Kandjadja.

De facto Luís Cabral nasceu e viveu sempre na Guiné-Bissau, apesar da sua origem caboverdiana.

1981: 4 anos mais tarde

“O 14 de Novembro” de 1980

Em 14 de Novembro de 1980, o primeiro-ministro João Bernardo (“Nino”) Vieira, guerrilheiro lendário do movimento de libertação, assumiu a presidência de um Conselho de Revolução provisório, através de um golpe de Estado com um mínimo de violência directa. O Presidente da República, constitucional, Luís Cabral, foi aprisionado durante um ano e depois autorizado a deixar o país. Algumas pessoas foram afastadas dos seus lugares, mas na generalidade os membros da chefia nacional mantiveram-se como antes. O golpe exprimia a crise estrutural por que o país estava a passar, afundando-se cada vez mais desde os primeiros anos da independência. A crise estava marcada por um fosso político e económico crescente entre, por um lado, o poder do Estado, apoiado na ajuda e créditos e exercido pela “chefia pequeno-burguesa” e, por outro lado, os produtores camponeses deixados a si próprios. O novo regime prometia mais políticas rurais orientadas, parar com os investimentos supérfluos em projectos de industrialização desligados das realidades locais, e um clima político mais livre. Concorde-se que o presidente Nino “está bastante mais no coração do povo” do que Luís Cabral.

Eram pequenas as modificações, dado que as condições objectivas estruturais de desenvolvimento na Guiné-Bissau não podiam ser modificadas por uma mera mudança da liderança existente em Bissau. Em Março de 1984 houve eleições para uma nova Assembleia Nacional. Dois meses mais tarde o país regressou formalmente a um governo civil, tendo como presidente da República constitucional Nino Vieira.

A tarefa neste contexto não é analisar o “14 de Novembro” mas registá-lo como um acontecimento de fundo importante para a população de Kandjadja e para todos os guineenses. ⁽⁶⁾ Será que o drama político posto em cena a nível central se reflectiu no nível local em Kandjadja?

Kandjadja em Novembro de 1981

Um ano após o golpe de Novembro de 1980, voltei outra vez a Kandjadja. A tabanca lá estava no local dos antepassados. Exteriormente muito pouco tinha mudado desde 1977. Notam-se alguns melhoramentos a nível material, principalmente a presença de gado. Durante a guerra, a Força Aérea portuguesa disparou do ar, matando o gado dos camponeses, como forma de os assustar, uma vez que sustentavam a guerrilha. Em 1981, havia de novo vacas em Kandjadja. Isto era uma espécie de vitória. Outros sinais de um progresso

relativo eram as paredes caiadas de branco da nova loja dos armazéns do povo e o mais impressionante, a construção de uma mesquita que estava quase pronta em tijolos feitos localmente. Graças às chuvas iria haver, provavelmente, o suficiente para se comer em 1982.

Contudo, politicamente, realizaram-se mudanças importantes. Malam Sana, o comissário político, foi-se embora: "Pedimos-lhe para descansar. Regressou à sua tabanca nativa".⁽⁷⁾ Disseram-me que se tinha ido embora já há muitos anos.

O velho comité de base tinha sido dissolvido depois do "14 de Novembro". Uma Assembleia do povo tinha eleito Kaba Turé para ser o presidente do novo comité. Kaba Turé foi membro activo do PAIGC durante a luta. Como o nome indica, é também membro da família Turé, a mais respeitada de Kandjadja. De facto, o seu representante na altura é também um dos agricultores mais bem sucedidos da secção.

Malam Sana não nasceu em Kandjadja. Foi enviado para lá pelo partido. Kaba Turé é também um homem do PAIGC, um patriota que devotou a sua vida à luta de libertação. Mas a sua autoridade em Kandjadja está enraizada em tradições antigas e na estrutura de poder dessa comunidade. Não se considera como portador da autoridade política nacional, mas como um dirigente local. De facto, disse-me que Kandjadja esteve muitos anos desligada da política nacional. Só raramente é que têm contactos com as autoridades do sector ou da região, para não falar de Bissau. Graças a um certo progresso na agricultura as pessoas conseguem, mas...

"... o resto do país não mostra interesse por Kandjadja. A nossa gente está muito longe. Muitos nasceram aqui e atingem os 50 sem nunca terem ido a Mansabá (a 20 quilómetros de distância) e muito menos a Bissau. Tudo o que conhecem é isto aqui e Farim. Não pertencem ao partido e não se metem na política".

Desde que o novo comité foi eleito há um ano, nunca reuniu formalmente — com Kaba Turé como dirigente, não há necessidade disso. Faz-se o que pode ser feito a nível local, sem acesso ao sistema político moderno. Os outros níveis parecem desaparecer do quadro. E como é que se pode ouvir a rádio de Bissau sem pilhas?

Assim, lá para o fim de 1981, muito pouco era o que restava da política de mobilização aquando dos primeiros anos da independência. A estrutura política formal estabelecida pelo partido e pelo Estado foi mais ou menos desmantelada na maioria do seu nível local.

A fraqueza e ausência do Estado era notável nos campos da educação e da saúde.

A escola só tinha dois professores (não ficou nenhum dos três de 1976) e não mais do que 50 alunos.

É verdade que tinham construído uma nova escola, mas era muito mais pequena e menos funcional do que as três construções provisórias de 1976. De,

facto, só tinha 2 divisões pequenas. Uma delas, mais tarde, passou a ser utilizada pela escola Corânica, que foi simbolicamente posta a par da escola.

Com respeito aos cuidados de saúde oficiais, andou-se totalmente para trás. Uma casa que tinha sido construída para servir de posto médico estava abandonada. O telhado tinha caído, frascos vazios de medicamentos a um canto. Há muito que a enfermeira se tinha ido embora, sem enviarem ninguém para a substituir.

Quanto aos serviços sociais oficiais, a deterioração era atenuada pelos avanços visíveis a nível da agricultura. Havia até quatro charruas disponíveis na tabanca, três privadas e uma fornecida pelo Estado. Havia também uma maquina para limpar a mancarra fornecida pelo Estado (antes de Novembro de 1980).

Registou-se satisfação por o Estado ter enviado a tempo sementes para a plantação do arroz para a época de 1981. Isto foi creditado pelo novo regime como um sinal de vontade para apoiar a população rural. Os dois regimes do PAIGC de antes e depois de Novembro de 1980 foram comparados através das seguintes palavras de Kaba Turé:

“Luís Cabral não tinha pena de nós, africanos. Estava interessado apenas na sua barriga e no seu país, Cabo Verde. Pensamos que Nino tem pena de nós e vai ajudar-nos a termos escolas e outras coisas necessárias”.

Mas a bela mesquita continuava a ser construída à custa do trabalho e de tijolos locais, sem nenhum apoio presidencial, enquanto que a insuficiência da escola era explicada pela falta de água necessária para se fazerem tijolos. Em 1976 as casas de tijolos não eram necessárias para servirem de escolas. Esteiras serviam de paredes das três construções espaçosas e confortáveis. Vale a pena notar que os ganhos dos dois campos cultivados colectivamente pelos jovens financiaram as partes da mesquita que tinham de ser compradas fora da tabanca, principalmente argamassa e uma grande porta de madeira esculpida. Contudo, isto foi feito por trabalho comunal de acordo com os costumes e tradição, nada tendo a ver com a cooperação moderna.

Nota Resumo

Kandjadja, um ano depois do “14 de Novembro”, oferece uma imagem contraditória. Por um lado uma desmobilização das estruturas políticas e dos serviços sociais oficiais nascidos da luta pela independência. Por outro lado um certo dinamismo e regeneração autónoma da cultura e economia localmente enraizadas.

De regresso em 1984

Três anos mais tarde, em Dezembro de 1984, voltei a Kandjadja para outra visita. O que aprendi, então, veio confirmar a minha interpretação de 1981.

Kaba Turé continuava encarregado da secção, que tinha sido alargada para incluir dez tabancas pequenas, mais a tabanca de Kandjadja. Passaria a haver comités em cada uma das tabancas, antes da secção e Tabanca Central.

Não tinha sido enviado nenhum comissário político para substituir Malam, o que ilustra a concordância central com a autoridade local.

Por outro lado, o Estado não fez nada para apoiar o desenvolvimento local. A escola continuava a ser fisicamente insuficiente, como há três anos, sendo o número de professores e alunos o mesmo. Não havia nenhum serviço de saúde oficial que funcionasse para complementar a medicina tradicional. As autoridades regionais estavam a par do problema. Disseram-me que nada tinha sido feito. Doentes graves tinham de ser levados a Farim de burro ou de carroça.

A única indicação da presença das autoridades centrais ocorreu em Março de 1984, quando foram eleitos os deputados para a Assembleia Regional de Oio. Por sua vez, estes iriam eleger de entre eles um número de deputados para a Assembleia Nacional, de acordo com o sistema de eleições indirectas, em vigor na Guiné-Bissau. Em Kandjadja a eleição foi organizada por Kaba Turé. Foi apresentada aos eleitores uma lista de candidatos para o sector de Mansabá, entre eles o próprio Kaba Turé e um outro candidato de Kandjadja, além dos candidatos de todas as outras secções do sector. O número de candidatos era idêntico ao número de representantes do sector de Mansabá a serem eleitos. Pediu-se aos eleitores que votassem NÃO ou SIM para toda a lista⁽⁸⁾. De acordo com Kaba Turé, cerca de dez votos NÃO foram contados em Kandjadja, em Março de 1984.

Uma inovação importante imposta pelo comité local, sem nenhum envolvimento da parte do Estado, foi a decisão de cobrar um imposto local a partir de 1984, para fornecer fontes de financiamento para as necessidades comuns, como a escola ou a estrada pela floresta que vai dar à estrada principal Farim-Bissau, etc. Foi estabelecido que a taxa seria de 100 pesos guineenses para os homens casados e de 50 pesos para as mulheres casadas.⁽⁹⁾

Economicamente a situação melhorou desde 1981. As colheitas foram boas em 1982 e 1983, a alimentação suficiente em 1984, apesar dos insectos terem destruído parte do que se tinha desenvolvido nos campos nesse ano. Alguns agricultores, entre eles Kaba Turé, começaram a levar os seus produtos para o mercado de Bandim em Bissau, contribuindo assim para o crescimento do mercado nacional guineense. Numa das vezes, o gerente dos armazéns do povo apanhou boleia para Bissau, com um carregamento de abóboras que lhe rendeu 400 pesos.

Os próprios Armazéns do Povo estavam pobremente abastecidos.

Só por acaso é que se encontrava alguma coisa de que se necessitasse. Para

além das suas peças de tecido trazidas para serem trocadas pela mancarra que, em breve, deveria ser apanhada, só alguns rádios (quase não havia pilhas), sapatos desportivos de números pequenos, espelhos para fazer a barba e mais algumas coisas estavam disponíveis nas prateleiras. O escasso fornecimento de bens talvez reflectisse as medidas de liberalização do comércio acordadas entre o Governo da Guiné-Bissau e o Fundo Monetário Internacional em Dezembro de 1983, cujo objectivo era fazer descer a participação do Estado no comércio de retalho, enquanto se encorajava o comércio privado; no caso de Kandjadja, a liberalização significava que a maior parte do mercado, como antes, estava nas mãos do comércio internacional não oficial levado pelos comerciantes *djila* para o Senegal. Os Armazéns do Povo estavam prestes a parar, o que ia obrigar a população a fazer mais comércio no exterior, possivelmente também com Bissau, dependendo das condições.

1986: nova visita

A visita seguinte a Kandjadja foi em 1986. As tendências observadas em 1981 e em 1984 estavam outra vez fortemente confirmadas. O fosso entre a autoridade central do Estado e a sociedade local parecia aumentar.

Estrutura política formal e informal

Graças à presença, na tabanca, nessa altura de um novo presidente do comité de secção da organização da juventude JAAC (Juventude Africana Amílcar Cabral), pude reunir alguns dados organizacionais detalhados e outros.

O presidente da JAAC, sobrinho de Kaba Turé, era Malam Turé, um rapaz com os seus 20 anos, que viveu com os pais no Senegal desde a Luta pela independência até ao regresso em finais de 1984. Tentou activar a organização da juventude de várias maneiras; uma delas foi a realização de um recenseamento local.

De acordo com os resultados mais recentes do recenseamento, viviam na tabanca de Kandjadja em 18 de Janeiro de 1986, 2016 pessoas (a última nascida na noite anterior). Em 1985 a secção de Kandjadja foi alargada para conter as 5 tabancas da secção vizinha de Madina. A nova secção de Kandjadja tinha 13 tabancas, como foi já mencionado na introdução. A secção mais nova tinha 5656 habitantes; da 1.^a secção de Madina não tinham ainda sido contactados pela equipa de recenseamento da organização da juventude, mas uma estimativa aproximada de toda a secção dava uma cifra um pouco acima dos 8000.

Cada uma das 13 tabancas tinha o seu próprio comité de base, de acordo com Malam Turé, com o comité de Kandjadja funcionando como antes para

toda a secção. Assim tinha 6 membros (melhor 5), uma vez que incluía Kaba Turé, chefe da secção, e Binta Turé, uma mulher da mesma família, como presidente da tabanca. O membro encarregue dos assuntos culturais em 1986 era o mesmo homem que em 1976 tinha sido o presidente do comité. O comité da secção JAAC tinha cinco membros, dos quais mais um, para além de Malam Turé, pertencia à família Turé. O tribunal de justiça da secção tinha também 5 membros, dois dos quais membros da dominante família Turé: o presidente do tribunal, Nankasse Turé e mais uma vez Malam Turé. Duas mulheres foram, respectivamente, nomeadas presidente e vice-presidente da organização das mulheres UDEMU (União Democrática das Mulheres).

Verifica-se que a estrutura política formal estava montada. Tudo indica, portanto, que grande parte da autoridade derivava mais da posição da família Turé do que do PAIGC e do Estado da Guiné-Bissau.

A ausência actual de partido e Estado é, de facto, um ponto espantoso de Kandjadja nos anos 80. É visível, quer em termos físicos, quer em todo o tipo de comentários dados pelos habitantes em entrevistas e conversas.

A escola, em 1986, estava tão deteriorada como em 1981 e em 1984, os serviços de saúde oficiais completamente ausentes. O caminho que ia dar à estrada principal estava um pouco melhor. Quando se perguntou se era por o Estado estar a desenvolver esforços, um velho caçador apanhando boleia com os inesperados visitantes de Bissau respondeu: "De maneira nenhuma, nada a não ser a força do povo é que trouxe esta melhoria".

O tema iniciado pelo velho caçador foi várias vezes lembrado em entrevistas e em conversas:

"O que temos é a força do povo e os nossos campos. Durante a guerra trabalhamos para o Partido. Reuníamos o dinheiro onde vivíamos no Senegal. Carregávamos a comida e as munições nas nossas cabeças até à fronteira. Mas agora o Estado e o Partido esqueceram-se de nós. Deixaram-nos num buraco. Não foi o presidente (Nino), mas o resto, só temos a força do povo. Precisamos de algum apoio do Estado também".

O Armazém do Povo

Foi encerrado em 1985, como parte das políticas conscienciosas de liberalização do Estado. De acordo com os meus interlocutores, tinha tanta falta de actividade que a população não sentiu a sua falta.

Pôs-se à venda o armazém a um preço aproximado de 300.000 pesos (cerca de 1730 dólares americanos, de acordo com a taxa oficial de câmbio de Janeiro de 1986). Era duvidoso se alguém em Kandjadja era capaz (ou tinha vontade) de o comprar a um preço tal. Porém, ninguém mostrou interesse. As portas continuaram fechadas. Assim, os bens de retalho só podiam ser vendidos pelos *djilas*. Durante a estação da apanha da mancarra que se aproximava, a compa-

nhia do Estado SOCOMIN pode trazer temporariamente alguns bens para Kandjadja para trocar pela colheita de exportação. Depois o armazém fecharia de novo, esperando pela iniciativa privada.

Educação

A escola do Estado estava em más condições em Janeiro de 1986. Ficou apenas um professor, numa situação bastante difícil. Era de Quitafine, no Sul, de origem étnica Balanta, enviado para trabalhar com os mandingas como parte de uma política nacional para ultrapassar as divisões tribais e reforçar os sentidos “nacionais”. Assim, era um estranho em Kandjadja, que não falava a língua dos seus alunos Mandingas, a quem devia ensinar português, uma língua que por sua vez não conheciam. A única forma de comunicação com as crianças era usar como intérpretes os poucos que sabiam falar crioulo. Os problemas materiais eram graves: livros, lápis, papel, tudo faltava. Até o edifício da escola mal se aguentava em pé. Como anteriormente, as duas divisões eram repartidas entre a escola oficial e a escola Corânica. O número de crianças que a frequentavam estava a diminuir. De acordo com as estatísticas do professor, havia 24 crianças na 1.^a classe, menos de 20 na segunda, só uma (!) na 3.^a e cerca de 7 na 4.^a

Na tabanca vizinha de Dabukunda, o ancião, presidente do comité local, disse-me que só uma criança em 100, em idade escolar, frequentava a escola do Estado. Explicou que os pais não queriam mandar os seus filhos para a “escola dos brancos”, onde aprendiam “coisas más”, “tornando-se brancos”, no sentido cultural. Os pais preferem o ensino religioso da escola Corânica, mais de acordo com a sua cultura. Foi em vão que o comité tentou persuadir os pais a enviarem os filhos para a escola — disse o presidente.

Dinamismo local limitado

A Kandjadja de 1986 não é uma comunidade estagnada. As populações estão politicamente organizadas, produzem, consomem, fazem comércio, comunicam a longas distâncias, estudam, organizam actividades culturais — ao longo do período de 1976-86, melhoraram o seu nível de vida material. Mas os limites são estreitos, as restrições fortemente sentidas e os estímulos do exterior praticamente nenhuns. A escola está em decadência, o posto médico abandonado, o armazém local de retalho fechado. Por mais que haja dinamismo, não é “nacional”, guineense, mas enraizado na economia local, inserido no seu contexto regional, alimentado pela velha consciência cultural Mandinga, mas não ligado a inovações criativas apoiadas de fora.

As pessoas esperavam muito mais em 1976. Em 1986 estão desiludidas. Depois da libertação do colonialismo, apoiavam o objectivo do PAIGC de criar

um Estado popular baseado no poder popular; isto é, um Estado que os ajudasse a alcançar o “desenvolvimento” no sentido da segurança material e da dignidade humana. De acordo com a sua própria análise, “a força do povo somente, embora essencial, não é suficiente”. “Algum apoio” vindo de uma autoridade de base mais extensa, um “Estado”, é também necessário. Sob que condições podem os que exercem o poder estatal conceder tal apoio?

Esta é uma questão de elevada relevância, tanto para a população de Kandjadja como para a pesquisa da política económica.

Pode-se dar uma volta à questão e colocá-la de acordo com a perspectiva dos que fazem a política nacional em Bissau. Porque é que todo o “desenvolvimento” que existe em Kandjadja e em outras 1000 ⁽¹⁰⁾ tabancas parece dirigir-se para direcções contrárias às previstas nas cabeças dos planificadores e em documentos oficiais.

Nenhumas cooperativas de produtores, excepto os campos comunais se organizaram para financiar a mesquita. Um interesse cada vez maior na escola Corânica, à custa da educação “moderna” do Estado. Isolamento de um professor Balanta numa comunidade Mandinga, em vez da destruição do “tribalismo”. O armazém de retalho do Estado é completamente “desprovido de força”, de tal maneira que, o seu encerramento final parece lógico. A velha estrutura de poder prosperando dentro da nova concha. Dependência no comércio (contrabando) através da fronteira Guiné-Senegal, por coisas tão sem importância, como por exemplo, blocos e lápis para a escola. A boa-vontade para pagar imposto local para fins localmente definidos. O fracasso em conseguir alguma espécie de financiamento local para serviços de saúde modernos.

Indiferente ao facto de a questão ser posta sob um ponto de vista local ou central, a resposta é política. A população não obtém o “apoio” necessário, porque não influencia o poder do Estado, deixa sozinho o controlo ou por essa razão todo o poder fora da sua própria comunidade. Os que fazem a política em Bissau não conseguem atingir a população com os seus planos e desejos porque a base social do poder que têm aí está algures. Assim, não formulam os planos e acções numa cooperação concreta e democrática com a população.

Que futuro?

No momento em que escrevo este texto (Fevereiro de 1987), mudanças importantes estão a caminho na Guiné-Bissau, provavelmente para afectarem também decisivamente Kandjadja, apesar do seu relativo isolamento. A nível central, política de planeamento e um desenvolvimento económico do Estado estão a ser limitados ou positivamente abandonados. Dentro do comércio e da agricultura, a iniciativa privada vai ser encorajada. O comércio estrangeiro está a ser liberalizado, o valor do peso guineense ajustado ao seu valor no mercado mundial.

Vista do ângulo de Kandjadja, estas medidas políticas provavelmente vão facilitar o desenvolvimento ao longo das linhas já desencadeadas, de acordo com o dinamismo local. A produção agrícola deve aumentar, especialmente se os créditos estiverem disponíveis. Pelo menos, a produção pode ser também mais diversificada a curto prazo. Alguns comerciantes podem ser tentados pela perspectiva de comprarem a loja dos armazéns do povo. Alguns camponeses serão ricos, outros continuarão pobres.

E quem sabe? Talvez alguma parte do Estado ou do partido com ligações locais seja capaz, nos próximos anos, de aproveitar o potencial agrícola de Kandjadja ao investir em condições favoráveis na terra, no trabalho e em modernos meios de produção.

Mas o que fica para ser visto é se tudo vai contribuir ou não para a inclusão de Kandjadja numa unidade maior, dirigida por um Estado capaz de legitimar o seu poder ao dar à população o apoio necessário para o desenvolvimento. Talvez a base do poder estatal, deste modo legitimada, possa crescer através de estruturas mais amplas, do que as dadas pelo Estado pós-colonial da Guiné-Bissau.

Breve nota comparativa

Guiné-Bissau e Moçambique

Os casos históricos da Guiné-Bissau e Moçambique, com certeza que são diferentes um do outro em aspectos importantes. Um dos países é pequeno, o outro grande. A diferenciação interna com respeito à cultura e etnias difere entre os dois. Internacionalmente, a Guiné-Bissau tem passado sem a agressão bárbara e a desestabilização a que a África do Sul sujeita Moçambique.

Mas há também semelhanças importantes entre os dois: a mesma herança colonial portuguesa, luta armada pela descolonização, alianças políticas bem sucedidas para este fim entre os dirigentes “pequeno-burgueses” e o campesinato, esforços para transformar depois da independência os movimentos de libertação em partidos de “vanguarda” nos princípios do “centralismo democrático”.

É também significativo que nem a Guiné-Bissau, nem Moçambique são nações cultural e economicamente integradas, mas sociedades variadas, arbitrariamente arrancadas pelo colonialismo dos seus contextos regional e histórico.

Em ambos os países a ideologia oficial pós-colonial, nascida da luta de libertação coloca o poder popular como um objectivo necessário e uma condição do desenvolvimento. A maior parte do financiamento dos dois Estados não vem do trabalho produtivo das suas gentes. Não conseguem mobilizar nenhum

excedente agrícola que comprometa a grande maioria das populações. Portanto, não estão popularmente baseados nesta ideia fundamental.

O caso de Kandjadja ilustrou-nos quanto aos mecanismos de impasse no contexto da Guiné-Bissau.

Um caso Moçambicano

Durante o Outono de 1983, tive a oportunidade de participar num campo de estudos dos problemas do poder popular no distrito de Mueda,⁽¹¹⁾ o berço histórico da luta da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) pela independência Moçambicana. Mais particularmente, pude observar e estudar como os camponeses de Ngapa, uma localidade de Mueda, mesmo a Sul do Rio Rovuma, que marca a fronteira internacional entre Moçambique e a Tanzânia, se retiraram das aldeias comunais do Estado, com vista a estabelecer as suas aldeias autónomas, que chamavam de cooperativas, no meio da mata.

No relatório feito pelos investigadores envolvidos no projecto, descrevemos as condições antecedentes deste processo de "desagregação".⁽¹²⁾ Há semelhanças notáveis com as condições na longínqua Kandjadja, no lado oposto do continente.

Quanto à presença débil do Estado e ao comércio ilegal existente na fronteira a norte, não parece exagerado ao Estado o facto de a vida social e económica da localidade estar fora do controlo do Estado Moçambicano em finais de 1983.

A situação também era séria quanto à satisfação de materiais básicos e às necessidades sociais. As pessoas tinham falta de outros serviços fundamentais. As escolas não funcionavam bem, não só por razões materiais, mas também porque os pais não acreditavam nelas e não mandavam os filhos para lá. Os serviços de saúde eram totalmente insuficientes. O transporte, excepto a pé, quase não-existente. Havia muito ressentimento entre os camponeses por estas razões, expresso sob a forma de um civismo político e de uma desconfiança da autoridade do partido e do Estado.

A "desagregação" das aldeias comunais foi-nos explicada de maneiras opostas pelos camponeses, por um lado e por outro, pela maioria dos funcionários do partido e do Estado. A razão básica apresentada pelos camponeses era que queriam viver perto das suas melhores terras para evitarem longas caminhadas diárias, cansativas, por vezes superiores a três, quatro horas a pé de casa. Na perspectiva da maioria dos funcionários do partido e do Estado, por outro lado, o problema resultava fundamentalmente do ressurgimento do poder político reacçãoário e tribal, enraizado na colaboração com os colonialistas e nas tradições atrasadas — tendências a serem atacadas com todos os meios ao alcance incluindo, se necessário, a força.

Nas aldeias autónomas conseguimos notar uma tendência de união entre o poder habitual dos anciãos sob a estrutura formal de cooperativa, tendo em

conta o esforço para legitimar o seu afastamento aos olhos das autoridades. Mas não encontramos nada de substancial para apoiar as acusações de “oposição tribalista” e “reaccionária” contra o regime.

No nosso relatório, constatámos que a crise em Ngapa vem da incapacidade que o Estado tem de resolver os problemas imediatos e básicos dos habitantes. O Partido e o Estado são vistos como fontes de promessas nunca cumpridas. Ao deixarem as aldeias comunais do Estado, os camponeses estão simplesmente a tentar tomar conta dos seus problemas de vida e desenvolvimento.

Ao concluirmos o nosso relatório, que trata mais um caso de “desagregação” muito perto da cidade central de Mueda, quisemos realçar que a construção do poder popular, no ponto de vista da FRELIMO, depende grandemente do tipo de relação estabelecida entre o povo e os seus dirigentes. O poder popular tornou-se uma realidade durante a luta armada, resultando de um processo social no qual as pessoas participavam activamente na discussão e resolução dos seus problemas. Tais relações sociais não caem do céu, mas surgem de objectivos e interesses comuns. Requerem esforços concretos da parte da liderança para ouvirem e actuarem juntamente com o povo com vista a resolver os diferentes problemas do desenvolvimento. A dificuldade real surge no momento em que os funcionários do partido e do Estado já não podem partilhar destes problemas ou quando encontram formas de os resolver somente para eles.⁽¹³⁾

Kandjadja e Ngapa

A finalidade desta nota final não é a de começar um trabalho de comparação real, mas só alargar a perspectiva e indicar um caminho possível para uma investigação frutífera.

Quaisquer que sejam as diferenças entre a situação do povo de Kandjadja e o povo de Ngapa, é quase uma coincidência que se exprimam de uma forma quase idêntica quando pedem pelo menos “algum apoio” do Estado de cujo poder foram instrumentos ao participarem na luta de libertação contra o colonialismo.

Notas

(1) No Império da Gabú ver, “*Actes du Colloque International sur les traditions orales du Gabu*”, Dakar May 19-24 1980, edição especial de *Ethiopiques* (Dakar) 28, Outubro, 1981: Joy e Bowman Hawkins, *Conflict, Interaction and change in Guinea-Bissau: Fulbe expansion and its impact, 1850-1900* (tese de doutoramento), Universidade da Califórnia, Los Angeles, 1980 pp. 52-106; e também a tese de doutoramento que está para sair de Carlos Lopes com o título *Les Kaabunke: Structures Politiques et Mutations* (Paris I, Panthéon — Sorbonne, Paris).
CF. o Mapa da página I deste artigo.

(2) Ver Lars Rudebeck, "Political mobilisation for development in Guinea-Bissau", *The Journal of Modern African Studies* (Cambridge), 10, 1, May 1972, pp. 1-18; and *Guinea-Bissau. A Study of political mobilisation*, Instituto Escandinavo de Estudos Africanos, Uppsala, 1974.

(3) Relatei Kandjadja em Rudebeck, *Guinea-Bissau*.

Folket, partiet och staten (o povo, o partido e o Estado), Scandinavian Institute of African Studies, Uppsala, 1977, pp. 34-42 e 104-135, em *Problèmes de pouvoir populaire et du développement*, relatório de pesquisa 63, Instituto Escandinavo de Estudos Africanos, Uppsala, 1982, pp. 36-42.

(4) Em 1976, o funcionário do partido do sector de Mansabá deu-me os números exactos de "381" que ficaram na "mata" na base de estatísticas que tinha conservado.

(5) As duas últimas expressões são citadas directamente da constituição, *Constituição da República da Guiné-Bissau* (projecto), PAIGC, Conakry (mimeo), 1973, Artigo 6.

(6) A minha análise do "14 de Novembro" é dada nos *Problèmes de pouvoir populaire...* (1982).

(7) Tratava-se da tabanca de Olossato, a cerca de 10 quilómetros a Sul de Kandjadja.

(8) Nas eleições de 1976 aconteceu em vários distritos que a lista proposta não obteve os 50% dos votos requeridos, resultando ter de se fazer uma nova eleição; do meu livro *Guinea-Bissau. Folket, partiet, och Staten* (1976), pp. 55-59. Isto não aconteceu em Kandjadja nem em 1976, nem em 1984. Se aconteceu noutra sítio em 1984, não tenho conhecimento.

(9) De acordo com a taxa oficial de câmbios, em vigor na altura, 100 pesos era um pouco menos do que um dólar americano, desde então sofrendo várias desvalorizações.

(10) De acordo com a *Introdução à Geografia Económica da Guiné-Bissau*, Comissariado do Estado da Coordenação Económica e Plano, Bissau, 1980, p. 140, há cerca de 3.600 tabancas na Guiné-Bissau com uma população média de pouco mais de 200 habitantes.

(11) Ver o relatório feito pelos investigadores envolvidos no projecto, Yussuf Adam, Aquino de Bragança, Jacques Depelchin, Bertil Egero, Gary Littlejohn e Lars Rudebeck, *Poder Popular e Desagregação nas Aldeias Comuns do Planalto de Mueda*, CEA Relatório n.º 86/1, oficina de História, Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 1986.

Ver também o meu relatório preliminar *Development and Democracy. Notes related to a study of people's power in Mozambique*, Departamento de Ciências Políticas, Seminário para Estudos de Desenvolvimento (AKUT), Universidade de Uppsala, 1984, revisto em 1985 (mimeo).

(12) *Poder popular e desagregação...* (1986), pp. 17-20.

(13) *Ibid.*, pp. 60-61.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES, LOCAIS, MATERIAIS ESCOLARES E INSUCESSO ESCOLAR NA GUINÉ-BISSAU

Jean Pierre LEPRI*

Para o chamado "insucesso" escolar na República da Guiné-Bissau, das causas mais referidas são citadas a "falta" de qualificação dos professores e as "más" condições dos locais ou dos equipamentos escolares.

Este documento de trabalho, realizado no âmbito do Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Educação faz a análise integrada destes aspectos.

O ensino básico elementar tal como está concebido, constitui os quatro primeiros anos de ensino, (quatro classes em quatro anos, com um diploma no fim do último ano).

- menos de 40% das crianças em idade escolar frequentam-no (cerca de 40% não concluem, contudo, o ano escolar)
- menos de 4% dos alunos que o frequentam podem prosseguir-lo, tal como está previsto (isto é, menos de 1% do conjunto das crianças escolarizadas e não-escolarizadas do país)

(*) Jean Pierre Lepri, perito da UNESCO, laborou no INDE (Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Educação) como Conselheiro Técnico Principal e foi colaborador do INEP. Foi igualmente membro do Comité de Redacção de SORONDA.

Por outras palavras, o ensino elementar de base de quatro classes

- não é frequentado por mais de 60% das crianças em idade escolar.
- não é seguido normalmente, tal como está previsto, por mais de 96% dos alunos que nele se inscrevem (quer dizer por mais de 99% do conjunto das crianças escolarizadas e não-escolarizadas, do país) ⁽¹⁾

Estes resultados que alguns qualificam de “insucesso” seriam atribuídos, na opinião dos mesmos, a certas “faltas” ⁽²⁾ que se verificam na situação do país ⁽³⁾.

Cita-se sempre a “falta” de qualificação dos professores e as “más” condições dos locais ou dos equipamentos escolares. São estes dois aspectos que analisaremos aqui.

É preciso esclarecer que o conjunto desta análise se refere ao ensino básico elementar (as quatro primeiras classes do ensino primário) na Guiné-Bissau, ao longo dos últimos cinco anos. Contudo, não nos parece descabido que tal análise possa também ter algum interesse para a análise de outros “níveis” de ensino na Guiné-Bissau ou do ensino primário algures.

Este estudo foi realizado sob a direcção da Secretaria de Estado do Ensino da República da Guiné-Bissau, no quadro de um projecto de assistência ao Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Educação, financiado pelo PNUD e executado pela UNESCO. O presente estudo não engaja, contudo, nenhuma das instituições citadas assim como não reflecte, necessariamente, os seus pontos de vista.

A falta de qualificação dos professores

A falta de qualificação dos professores seria uma das “causas” do “insucesso” escolar. Tanto quanto seja do nosso conhecimento nenhum estudo, mesmo superficial, abordou esta questão. Tal não impediu que se investissem somas importantes de alguns anos a esta parte — mais de 230 milhões de pesos (mais de um milhão de dólares ao câmbio de 1986) nos últimos cinco anos — para “qualificar” (cf. anexo A) ⁽⁴⁾. O que deveria ter sido apenas uma hipótese a demonstrar, é considerado, sem discussão nem verificação, como uma verdade.

Torna-se difícil dizer o que se passa exactamente, já que a questão nunca foi verdadeiramente estudada. Podemos, contudo, observar que a qualificação dos professores aumentou fortemente, nestes últimos cinco anos. A proporção de professores diplomados aumentou em perto de 400%, passando de 7% a 29%, aproximadamente. Este esforço e esta “melhoria” não parecem, no entanto, ter tido grande impacto nos resultados. Mantiveram-se, se é que não se registou um ligeiro declínio. Com efeito, na mesma altura a percentagem de aproveitamento passou de 46% para 44%, o rendimento mínimo de 5,4% para 3,4% e é sempre necessário “gastar” 17 anos/aluno para formar um diplomado da 4.^a classe (em vez dos 4 previstos).

Uma análise mais precisa mostra que a “melhoria” geral, em todas as regiões, da qualificação dos professores não correspondeu, efectivamente, a uma melhoria nos resultados senão em apenas duas regiões (Biombo e Quínara) em nove. Mesmo assim, a percentagem de sucesso, na região de Quínara (42,4%), mantém-se inferior à percentagem nacional de aproveitamento (43,7%).

Já que a “melhoria” de 400% da qualificação dos professores não foi acompanhada de nenhuma variação sensível — a não ser negativa — dos resultados, parece-nos difícil sustentar, sem apresentar uma justificação, que os maus resultados da escola possam ser atribuídos à “falta” de qualificação dos professores.

É preciso que se saiba que os estudos, quando realizados, deixaram transparecer que “parece que a relação entre a qualificação dos professores e o aproveitamento dos alunos não é significativa a nível do primeiro”⁽⁵⁾.

A maior parte dos estudos⁽⁶⁾ analisaram os efeitos da formação no professor: a sua forma de fazer as perguntas, de utilizar os auxiliares áudio-visuais, ou os seus métodos de ensino. No conjunto, notamos, a este nível, uma diferença entre os professores que receberam uma formação inicial e os que não a receberam. Mas observou-se que já não há uma diferença notória entre uma formação inicial “elevada” ou longa e uma formação curta, entre uma formação complementar em serviço e a ausência desta formação.

Por outro lado, poucos estudos terão analisado os efeitos da formação do professor nos resultados escolares dos seus alunos. Todavia, os raros estudos existentes concluem que não há “nenhuma relação entre a formação do professor e os resultados escolares dos alunos”⁽⁷⁾.

Outros factores, no professor, parecem ser mais determinantes que a sua formação: motivação, grau de satisfação, conhecimento da língua dos alunos, origem sócio-económica, qualidades intelectuais... Por outro lado, parece que o efeito da formação — se por acaso existe verdadeiramente esse efeito — se “perdeu” sob efeito de outros factores⁽⁸⁾.

Que a formação dos professores possa ser a causa do sucesso ou insucesso escolar na Guiné-Bissau parece-nos, pois, uma hipótese a manejar com prudência.

Por outro lado, nenhum estudo específico do caso (ou de um caso) da Guiné-Bissau, tentando verificá-la, foi sequer empreendido. Por outro lado, porém, quando foram realizados e lá onde foram levados a cabo, geralmente demonstraram que esta relação não está estabelecida. Enfim, as primeiras aproximações a que nos dedicamos, não mostram, nem assim, qualquer relação entre a percentagem de professores qualificados e os resultados do sistema escolar.

E já que estamos tão somente no campo das hipóteses, que nos seja permitido propor uma outra.

Tendo em conta os factos observados e medidos no que se refere ao ensino de base na Guiné-Bissau (cf. síntese na introdução do texto), podemos perfeita-

mente considerar que um sistema cuja produção principal (96% ou 99% conforme o tipo de cálculo) é o fracasso, não pode produzir outra coisa, sejam quais forem os *inputs*. Melhor, a “melhoria” de um elemento do sistema não pode senão “melhorar” os resultados desse sistema: os fracassos tornam-se mais importantes. Parece-nos que será mais ou menos isso que se passa aqui. Com efeito, podemos compreender que professores melhor formados, sejam mais exigentes no que toca à conformidade dos alunos “formados” em relação aos resultados ideais a serem atingidos. Como estes resultados ideais a atingir não têm senão uma fraca relação com a realidade histórica, económica, cultural, sociológica... do país e não a levam em conta⁽⁹⁾, a “selecção” é então feita de forma mais rigorosa. Nestas condições, a solução não poderá vir senão de uma modificação do modelo ideal de escola, de uma “harmonização do sistema escolar com a realidade sócio-económica do país”⁽¹⁰⁾.

Com efeito, “formar” (os professores) não é apenas “Formar”. Toda a formação é sempre *em* qualquer coisa ou *para* qualquer coisa, seja explicitada ou não. Formar *em* ou *para* um sistema inadaptado não pode senão tornar mais patente o carácter inadaptado desse mesmo sistema. Formar *em* ou *para* um sistema melhor adaptado ou menos inadaptado supõe que esse outro sistema seja conhecido e definido. A prioridade e a urgência situam-se, portanto, ao nível da definição de um tal sistema, a partir das realidades (recursos, situação, particularismos nacionais)⁽¹¹⁾ e não ao nível da formação dos professores. Continuar a formar e a aperfeiçoar os professores *para* uma escola inadaptada, não pode senão tornar esta inadaptação mais evidente. As tolerâncias que os professores insuficientemente “formados” (*em* ou *para* um sistema inadaptado) pudessem espontânea e naturalmente manifestar, desapareceriam.

Numa outra ordem de ideias, poderá ser interessante salientar (cf. anexos B e C), de passagem e caso venha a ser útil, que a taxa de sucesso também não parece ter algo a ver com o número médio de alunos por professor (taxa média de enquadramento).

Os Locais e os Materiais Escolares

Normalmente, tem-se a ideia que o ensino numa sala em betão e “equipada” é melhor que numa “barraca”⁽¹²⁾ ou ao ar livre. Foi por esta razão que o país, em determinada altura, pensou gastar, em divisas, mais de um milhão de dólares americanos, ou seja, o equivalente a mais de 250 milhões de pesos para substituir 72 “barracas” — que na realidade não haviam custado praticamente nada — por 72 salas de aulas em betão e “equipadas”, ficando cada uma em 16.000 dólares americanos (ou seja, o equivalente a 3 milhões de pesos)⁽¹³⁾. Por outras palavras, se esta noção — de que os resultados são melhores numa sala

em betão, com um mobiliário de tipo europeu e um tecto em chapa, do que numa edificação no estilo das construções populares ou ao ar livre — é considerada de forma tão criteriosa, qual é, afinal o critério.

Com efeito, e uma vez mais, a questão não foi estudada, pelo menos tanto quanto seja do nosso conhecimento. Uma primeira aproximação, tentada em 1985 a partir dos dados constantes da *Carta Escolar da Região de Cacheu*, permite-nos concluir (cf. anexo C) que não existe correlação, ao nível dos sub-sectores desta região, entre a percentagem de sucesso e a percentagem de barracas. Observamos 43,8% de sucesso em 9,1% de “barracas” (sub-sector de Varela) e 75,7% de sucesso, a melhor taxa, com 100% de “barracas” (sub-sector de Canja). Observamos igualmente a mesma taxa média de sucesso de 48/49%, tanto num sub-sector (Có) que conta com 16,7% de “barracas” como num sub-sector (Elia) que conta com 93,3%. Nos oito sub-sectores onde a percentagem de “barracas” é inferior a 50%, a taxa média de aproveitamento⁽¹⁴⁾ fixa-se em 50%. Ela fixa-se em 58,2% nos seis sub-sectores onde a percentagem de “barracas” é superior a 75%. Enfim, o índice de sucesso⁽¹⁵⁾ é o mesmo (46,5% — 46,6) para os oito sub-sectores que dispõem de uma maioria de salas em “betão” e para os seis sub-sectores que contam com mais de três quartos das salas em “barracas”.

A noção de que os locais e o equipamento escolar possam ter alguma influência nos resultados escolares está muito difundida na Guiné-Bissau — ainda que nenhum estudo tenha sido empreendido nesse sentido — contudo, causa-nos admiração o pouco interesse dedicado, por esse mundo fora, a esta matéria⁽¹⁶⁾. Da análise dos estudos realizados sobre os factores que influenciam os resultados escolares a noção que parece prevalecer é a que, pelo contrário, os locais e o equipamento escolares não constituem factores podendo influenciar os resultados escolares.

O estudo que pudemos consultar⁽¹⁷⁾ mostra que, efectivamente, não será tanto a construção ou o equipamento (objectivos) em si, que parecem influenciar os resultados, mas sim a percepção (subjectiva) que nós próprios temos a esse respeito. Esta percepção está em função tanto do ambiente psico-social como do sistema de valores de um indivíduo. Assim, observamos bons resultados em salas de “quirintim”⁽¹⁸⁾ situadas em zona rural⁽¹⁹⁾, mas não em salas de “quirintim”, situadas já em certos bairros da capital⁽²⁰⁾. “Apenas 35% dos alunos”, aliás, especialmente interrogados sobre este assunto, declararam serem incomodados pela temperatura: o inquérito foi feito no Senegal e estes alunos mostraram-se, sobretudo, sensíveis ao frio⁽²¹⁾.

Parece-nos difícil relacionar o estado de uma construção ou de um equipamento *em si* com um resultado escolar. A maior ou menor adaptação de uma construção ou de um equipamento ao meio (físico, cultural, técnico, sociológico) dado, e, a percepção relativa que tenhamos dessa adaptação pode ser um critério mais significativo. Assim, construir salas em betão no campo, em lugar de “barracas”, não faz propriamente muito sentido. Em princípio, será nas

cidades que elas deverão ser construídas, ainda que mesmo ali o problema da adaptação não fique resolvido pelo simples facto de se escolher o betão.

No que se refere ao material escolar, podemos constatar que a presença de um duplicador numa escola tem uma correlação clara com o nível dos resultados escolares. Na realidade, a correlação positiva verificada não se fica a dever à influência directa desta máquina enquanto material que permita a reprodução de documentos, mas sim ao facto de o duplicador, ao ser comprado pela escola, ser um sinal de um dinamismo interior que representaria, este sim, o verdadeiro factor de causa de um melhor nível escolar (...). Com efeito, diz-nos Heineman, a presença na escola de certas "facilidades escolares" jogam menos do que a forma como foram adquiridas⁽²²⁾.

Pela nossa parte, acrescentaríamos perfeitamente: "e como elas são utilizadas" — o que depende, como é evidente, da mesma dimensão daquilo a que Heineman chama de "iniciativa escolar", isto é, a "moral" ou ainda a personalidade do (dos) professor(es).

Que os edifícios, os equipamentos e os materiais escolares possam ser a causa de sucesso ou do insucesso escolar dos alunos na Guiné-Bissau, parece-nos igualmente, tratar-se de uma hipótese a manejar com prudência. Primeiro, nenhum estudo específico do caso (ou de um caso) da Guiné-Bissau, tentando verificá-la, foi levado a efeito, até à presente data. Em segundo lugar, a análise dos poucos trabalhos realizados noutras partes sobre este assunto, mostra que esta relação não pode ser estabelecida, e que mesmo a noção desta relação apenas existe. Enfim, as aproximações às quais nos dedicamos não nos levam a pensar, pelo menos à primeira vista, que haja uma relação entre a percentagem de aulas em "barracas" e os resultados escolares.

Tratando-se do domínio das hipóteses, que nos seja permitido propôr uma outra, nem mais "verdadeira", nem mais "falsa" que a precedente, mas, tal como esta, a ser submetida a verificação.

Poderá existir uma arquitectura, um modelo de edifício ou de material escolar que possam ser universais? A sala de aula rectangular com carteiras e um quadro preto pertencem a uma cultura-dada, num determinado momento dessa mesma cultura⁽²³⁾. Não podemos dizer que esse modelo seja necessariamente o melhor numa outra cultura ou nessa própria cultura num outro momento da sua história. Na Guiné-Bissau, vive-se normalmente no exterior. Não se entra em casa (raramente rectangular) senão à noite e para dormir. Fechar as crianças guineenses o dia inteiro, é um contra-senso cultural.

Imobilizá-las numa carteira é outro. Pretender ensiná-las numa língua que lhes é estranha⁽²⁴⁾... Em contrapartida, fazer isso em tal ou tal comuna da Europa, poderá ser mais coerente. Ensinar em Balanta numa casa Balanta com assentos (mobiliários) Balantas... numa comuna em Portugal, nem sequer nos vem ao espírito, além de que, só tal ideia nos faz rir, de tão grosseira que é. No entanto, é o que se faz na Guiné-Bissau, em termos simétricos, e provavelmente algures. O melhor edifício ou o melhor material escolar não existem, nem pré-existem, *per si*. Eles dependem e variam segundo as situações. Podemos defini-los como o edifício ou material que melhor se ajusta aos recursos locais e

ao objectivo que visamos através deles. Trata-se, portanto, de fazer com que haja alguma possibilidade de atingir esse objectivo, que ele “parta da realidade”⁽²⁵⁾, que seja “endógeno”⁽²⁶⁾.

Parece-nos, pois, e o PAIGC provou-o, que podemos obter tão bons resultados, tanto “sob um mangueiro”, quer numa sala em betão coberta de chapa. Trata-se, sobretudo, de melhorar a situação *existente* do que sobrepor, esporadicamente, ilhotas importadas de outras partes. Podemos, pois, trabalhar e obter bons resultados com os meios de que dispomos⁽²⁷⁾ e não fazer da presença dos meios (que sabemos não dispor) uma condição indispensável a todo o trabalho e a todo o resultado⁽²⁸⁾.

Conclusão

A ideia de que a “falta” de qualificação dos professores ou a “falta” de professores qualificados e/ou de que o “mau” estado dos locais ou do material escolar possam ser “causas” do insucesso escolar⁽²⁹⁾, não tem pois, **nenhum fundamento**, isto é, tais ideias não correspondem a nenhum facto observado ou observável, nunca foram verificadas, mais ainda, nunca se procurou verificá-las. Melhor, algumas tentativas levadas a cabo sobre estas questões deixam, isso sim, antever — ainda que fosse necessário aprofundar este ponto — que tais ideias seriam, de preferência, falsas.

Sem fundamento, senão falsas, elas não deixam por isso de serem menos reais e poderosas. Elas paralisam toda a acção, já que as condições que elas implicam não estão reunidas nem se sabe se virão a estar para breve. Elas canalizam, enquanto se espera (os meios que não existem), os meios disponíveis (a tal “falta” de meios), de origem nacional ou exterior, para a cimentação do *status quo* dessas mesmas ideias.

Elas justificam o endividamento do país⁽³⁰⁾. Elas impedem qualquer pesquisa da verdade no que toca ao seu fundamento — já que os meios disponíveis são inteiramente utilizados a aplicá-las e jamais a tentar verificá-las.

Eis, pois, ideias sem fundamento que custam na verdade muito caro, não só no imediato mas também pelas consequências (sobretudo humanas) que elas acarretam. De facto, seria muito mais simples e menos oneroso mudar essas ideias, pelo menos enquanto não forem fundamentadas, do que mudar todos os professores, todas as construções escolares, todas as carteiras... do país. Se não se mudam essas ideias não será, pois, por razões lógicas. Que razões, então?

Será que estas questões são mal conhecidas porque não foram estudadas? Mas porque é que as pessoas e as instituições envolvidas, nacionais ou estrangeiras, intervindo em matéria de formação de professores ou de equipamentos escolares, não se preocupam?

Se existe matéria (e urgência) para um estudo objectivo do eventual fundamento de hipóteses que custam caro e uma melhor compreensão da situação⁽³¹⁾, então, também há matéria (e urgência) para um estudo objectivo da atitude das pessoas e das instituições envolvidas⁽³²⁾ em relação a estas questões.

(Traduzido do francês por Mário dos Santos Gomes)

Notas

- (1) Cf. *Quelle école pour la Guinée-Bissau?*, Outubro de 1983, *O ensino na Guiné-Bissau no ano lectivo 1983-84*, Abril de 1985, *O ensino na Guiné-Bissau no ano lectivo de 1984-85*, Maio de 1986, ou o *Anuário Estatístico: Anos lectivos 1983-84 e 1984-85* ("Análise").
- (2) Cf. LEPRI "Sobre as causas do fracasso escolar na Guiné-Bissau", in *SORONDA*, n.º 3 (retomado de *Quelle école pour la Guinée-Bissau?* pp. 55-62), Bissau.
- (3) Quando a situação do país deveria ser considerada como um *dado* e não como uma *condição* que, como tal, bastaria ser "outra" (mas como? e porque razão não é ela já "outra"?).
- (4) Não considerando a ajuda exterior aplicada à formação de professores cujo montante é difícil de avaliar. O orçamento de investimentos para o ano de 1984 menciona, no entanto, neste capítulo — formação de professores em serviço ("curso dirigido") — uma verba de 15.366.300 PG, ou seja, cerca de 30 milhões de PG de 1986 (cerca de 150.000 dólares americanos) que terá de ser acrescentada, nesse ano, à contribuição nacional.
- (5) Extracto de *Amélioration de la qualité de l'éducation de base: défis et réponses*, UNESCO-UNICEF, "Digest 19", s.d. (1986), p. 18, documento que sintetiza uma trintena de trabalhos (sublinhado no texto).
- (6) A síntese mais completa — feita a partir de mais de quinhentos estudos — parece-nos ser de AVALOS Béatrice e HADDAD Wadi, *A Review of Teacher Effectiveness research in Africa, India, Latin America, Middle East, Malaysia, Philippines and Thailand: Synthesis of Results*, Ottawa: IDRC, 1981, 128 p. São extraídas desta síntese as observações que se seguem.
- (7) "A few studies even pointed to no relationship between training and classroom performance (Nigeria, Nwana 1971; Jordan, Muslamani 1976; India, Arora 1975, DPESU/NCERT 1971). This finding is particularly interesting as two of the studies that support it were considered by the reviewers to be exceptionally good ones and of ample coverage (Jordan, Muslamani and India, DPESU/NCERT)" (*A Review of Teacher Effectiveness...*, op. cit., p. 20)
- (8) "It is not clear that increasing the level of qualifications will produce better results. It is obvious from the results that other factors interact with level of qualification to produce differential results; for example, experience as shown in Beebout's study in Malaysia, or school level (possibly different pupil characteristics at different levels) as shown in the Latin American studies. Higher qualifications may produce a higher level of aspiration in teachers that is not met by the existing system of incentives or the social prestige of the profession; this may contribute, as indicated in some of the research reviewed, to job dissatisfaction and to poor teaching attitudes which in turn affect teaching styles and classroom behaviour, and possibly student achievement" (*A Review of Teacher Effectiveness...*, op. cit., p. 33).
- (9) Os sistemas educativos herdados da colonização pelos países de África, "não correspondem nem às suas opções políticas, nem às suas condições geográficas, físicas e humanas, nem às tradições das suas culturas, nem às exigências do seu desenvolvimento, nem aos seus recursos". (UNESCO, *Contribution de l'éducation de base à l'auto-suffisance alimentaire au Sahel*, Dakar: BREDA, nov. 1982, p. 23).
- (10) Era um dos objectivos retidos pela Educação no Primeiro Plano Quadrienal (1983-1986). Hoje, torna-se difícil avaliar o que foi feito nesse sentido.
- (11) A necessidade e as vias de uma "educação endógena" foram desenvolvidos por Manuel RAMBOUT BARCELOS, Secretário de Estado do Ensino (Guiné-Bissau) in *Para uma educação endógena...*, Janeiro de 1987, 25 p. mais anexos.
- (12) Abrigo feito geralmente com folhas de palmeira.

- (13) Elemento I.B.2 dos *Programmes pour le développement du secteur de l'éducation et de la formation*, Bissau, Dezembro de 1985. A única justificação atribuída para este projecto foi a seguinte: "As 'barracas' (...) são julgadas inadmissíveis sob todos os pontos de vista (construção, higiene, segurança, pedagogia)", p. VI/54. Nenhuma justificação, nas 281 páginas que compõem o documento, é dada sobre esta afirmação, nem sobre nenhuma das suas partes.
- (14) Percentagem de sucesso tendo em conta os alunos presentes nas provas de fim do ano escolar.
- (15) Percentagem de sucesso tendo em conta os alunos inscritos no início do ano escolar.
- (16) "A influência que podem ter as boas ou más condições materiais nos resultados nem sempre é invocada nos documentos estudados" (*Amélioration de la qualité...*, op. cit., p. 20).
- "Not many results were reported in other classrooms variables such as teacher/student ratio and teaching resources, and no important trends were detected". (A review of teacher effectiveness..., op. cit., p. 85).
- (17) SANTACREU Vincent, GUEYE Ousmane, DIOME Ibrahima et NGOM El Hady, *Conditions physiques et résultats pédagogiques dans les écoles primaires*, Dakar: BREDA et INEADE, 1985, 114 p. O estudo aborda a opinião de 900 alunos e seus professores, no Senegal.
- (18) Tiras de bambu entrelaçadas.
- (19) "O professor da sala de quirintim é normalmente colocado num ambiente rural, relativamente pobre e a sua situação não aparece como sendo profundamente diferente da dos outros habitantes da zona; portanto, ele estará menos inclinado a sentir-se desfavorecido. Em contrapartida, pode-se dar o caso de ele assumir a sua situação como um desafio e que envide todos os esforços no sentido de provar que será capaz de obter tão bons resultados quanto os seus colegas melhor apetrechados. Foi este o clima com que normalmente deparámos e certas escolas gabaram-se de uma taxa de sucesso, nos exames, próxima dos 100%". (*Conditions physiques...*, op. cit., p. 90).
- (20) Nestes casos, há que ter em conta que estas salas estão situadas em bairros ditos "socio-culturalmente desfavorecidos", ou seja, com uma cultura que difere da dominante. O estado da construção ou o equipamento escolar não podem, neste caso, ser tidos como uma causa de insucesso escolar, mas sim, como manifestação de uma causa mais global: a marginalidade ou o afastamento de determinada população em relação à cultura escolar.
- (21) *Conditions physiques...*, op. cit., p. 73. Nada nos permite, todavia, concluir que esta sensação de "frio" (ou de "calor") seja a causa de sucesso ou do insucesso do aluno.
- (22) *Conditions physiques...*, op. cit., p. 10. Os autores reportam-se a uma análise de HEINEMAN, Stephen, *Differences in construction, facilities, equipment and academic achievement among Ugandan Primary Schools*, sem outra precisão.
- (23) O estudo da implementação deste tipo de instrução na Europa pode, aliás, revelar-se de muito interesse e ensinamentos para outras culturas, tal como o de FURET François e OZOUF Jacques, *Lire et écrire. L'alphabétisation des français de Calvin à Jules Ferry*, Paris, Mounet, 1977, 387 p.
- (24) O português, ainda que seja entendido por 11% da população, continua a ser, para todos os efeitos, uma segunda língua; praticamente, nunca é uma língua materna.

- (25) Para retomar a expressão de Amílcar Cabral, “partir da realidade da nossa terra (com os pés fincados na terra)”, in *Princípios do Partido e a prática política*, n.º 2, Bissau: PAIGC, 1983, p. 3.
- (26) Que se desenvolve (*gêne* = gerar) a partir das suas propriedades intrínsecas: em oposição a *alogène* ou *exogène*: que se desenvolve a partir de influências, de modelos e de elementos exteriores. Cf. igualmente nota 11 supra.
- (27) Nesta perspectiva, poderemos assinalar estudos notáveis, que passaram despercebidos, senão sem seguimento (ou quase): HORSTEIN A.J.J., *Mobilier scolaire: Guinée-Bissau et Afrique*, Dakar: BRED, 1979 (reimpresso em 1984), 99 p.
- (28) Na nossa opinião, o projecto de elevado custo (perto de 500.000 dólares americanos), de estabelecimento de “normas” nacionais para as construções e o mobiliário escolares, actualmente em estudo, irá provocar o fecho de várias salas de aula existentes (que não respondem a essas normas). E se não se fecham essas salas, então, é melhor não se estabelecerem normas e utilizar as verbas em melhoramentos ou em pesquisas de melhoramentos endógenos.
- (29) Se quisermos ser justos, há que reconhecer que se, para nós, o insucesso escolar é o facto de 96% ou 99% das crianças não poderem seguir “normalmente” as quatro primeiras classes do ensino do seu país, para aqueles que desenvolvem estas ideias, insucesso significa que os 1 que em cada 1000 puderam continuar as seis classes do ensino primário “não conhecem o português” quando saírem e não estão à altura de prosseguirem estudos secundários no estrangeiro. É mais coerente, com o risco de ser menos lógico, e a ideologia (sistema de valores) que pressupõe estas ideias, como qualquer outra ideia — incluindo as contrárias — aparece, então, pelo menos, mais claramente.
- (30) Cf. nota 13 supra.
- (31) O estatuto social do professor na tabanca, o seu conhecimento ou não da língua dos alunos, os valores escondidos (pela e na sala) do meio social..., por exemplo, são variáveis que geralmente não foram estudadas, muito menos as relações entre um certo número de variáveis.
- (32) Na maior parte dos casos, a pesquisa só muito raramente provém dos responsáveis ou das autoridades da política educativa. Estes raramente utilizam (ou conhecem) os resultados das pesquisas. Por que razão uma pesquisa orientada pelas políticas, e na perspectiva de fornecer elementos de política educativa, se revela tão difícil de conceber e de levar a cabo?

A N E X O S

- A. Custo aproximado da formação de professores do ensino básico elementar de 1981-82 a 1985-86.**
- B. Professores qualificados e sucesso escolar por regiões de 1981-82 a 1985-86.**
- C. Dados estatísticos em matéria escolar sobre a região de Cacheu para o ano de 1982-83.**

Custos aproximativos da formação de professores do Ensino Básico Elementar

Anos	Orçamento de funcionamento			Promoções (%)	Custo médio aproximativo dum professor formado (em PG de 1986)
	Rubrica	Em PG correntes (1)	Em PG constantes (de 1986) (2)		
1982	DFSP (3)	3.295.000	28.002.008	—	
	EFSP (4) Bissau	457.000	3.883.738	68	
	EFSP Buba	3.158.000	26.837.736	68	
	EFSP Bolama	2.269.600	19.287.817	—	
	Curso dirigido (5)	2.500.000	21.245.831	—	
	Total	11.679.600	99.257.130	136	729.832
1983	DFSP	4.126.400	20.148.923	—	
	EFSP Bissau	366.800	1.791.059	87	
	EFSP Buba	2.552.000	12.461.238	75	
	EFSP Bolama	2.272.600	11.096.947	—	
	Curso dirigido (5)	2.500.000	12.207.325	88	
	Total	11.817.800	57.705.492	250	230.822
1984	DFSP	7.778.400	15.090.672	—	
	EFSP Bissau	319.200	619.272	58	
	EFSP Buba	560.400	1.087.218	36	
	EFSP Bolama	850.800	1.650.615	—	
	Curso dirigido (5)	3.000.000	5.820.223	76	
	Total	12.508.800	24.268.000	170	142.753
1985	DFSP	4.626.600	5.880.484	—	
	EFSP (6) Bissau	8.354.800	10.618.324	24	
	EFSP Bolama	7.959.700	10.116.908	67	
	Curso dirigido (5)	3.000.000	3.813.049	61	
	Total	23.940.500	30.428.765	152	200.189
1986	DEAC(7)	2.840.400	2.840.400	—	
	EN(8) Bissau	10.618.800	10.618.800	24	
	EN Bolama	2.086.800	2.086.800	53	
	Curso dirigido (9)	3.870.820	3.870.820	56	
	Total	19.416.820	19.416.820	133	145.991
Total			PG 213.076.200	841	PG 274.764
(moedas de 1986)			US\$ 1.132.949		US\$ 1.347

Notas e Fontes:

- (1) Orçamento geral de **funcionamento** do Estado dos respectivos anos (salvo para os custos dirigidados dos anos 1982, 1983, 1984, 1985 que são estimativas).
- (2) A desvalorização anual do peso foi estimada a partir das médias anuais da taxa de câmbio por 1 US\$ dólar comunicadas pelo Banco Nacional da Guiné-Bissau = 1 US\$ dólar equivalia a 24 PG em 1982; 41,77 PG em 1983; 105,13 PG em 1984; 160,47 PG em 1985; e 203,96 PG em 1986.
- (3) Departamento de formação e superação de professores.
- (4) EFP = Escola de Formação de Professores.
- (5) Estimativa.
- (6) EFSP = Escola de Formação e Superação de Professores.
- (7) Departamento das Acções de Formação do Pessoal do Ensino (INDE).
- (8) EN = Escola normal.
- (9) Inclui gratificações aos formadores de professores.

	E B E		T O T A L		
	81-82	82-83	83-84	84-85	85-86
Prof. dipl.	187	324	443	608	685
Total prof.	2.469	2.571	2.455	2.435	2.375
% dipl.	7,57	12,60	18,04	24,89	28,84
N.º alunos / 1 prof.	26,33	25,35	26,64	27,21	28,02
N.º Barracas	344	327	416		
Total salas	1.388	1.260	1.211		
% barracas	19,86	20,6	12,78		
Aprovação	29.935	30.404	30.411	30.161	29.042
M.I.	65.020	65.175	65.405	66.279	66.539
% aprov.	46,04	46,65	46,49	45,50	43,65
Rend. mín. %	5,4	5,5	5,3	4,7	3,8
Rend. máx. %	16	15,7	16,9	25,4	16,8
N.º anos/alunos para formar um dipl.o	17	17,3	17	14,8	17,5
Chegam à 4.ª %	23,4	23,4	26,5	34,9	24,8

EBE**SAB**

	81-82	82-83	83-84	84-85	85-86
Prof. dipl.	30	42	50	71	99
Total prof.	275	313	345	353	358
% dipl.	10,91	13,41	14,49	20,11	27,65
N.º alunos / 1 prof.	33,5	32,07	30,67	32,82	34,51
N.º Barracas	6	6	6		
Total salas	118	118	118		
% barracas	4,84	4,84	4,84		
Aprovação	5.613	5.928	6.226	6.934	6.948
M.I.	9.213	10.040	10.582	11.585	12.356
% aprov.	60,92	59	58,83	59,85	56,23

EBE**BIOMBO**

	81-82	82-83	83-84	84-85	85-86
Prof. dipl.	12	16	39	50	52
Total prof.	166	162	178	183	182
% dipl.	7,23	9,87	21,91	27,32	28,57
N.º alunos / 1 prof.	30,71	30,41	28,94	26,9	27,05
N.º Barracas	42	42	69		
Total salas	98	98	55		
% barracas	30	30	55,65		
Aprovação	2.008	2.231	2.233	2.156	2.290
M.I.	5.099	4.926	5.152	4.923	4.724
% aprov.	39,38	45,29	43,34	43,79	48,47

EBE**CACHEU**

	81-82	82-83	83-84	84-85	85-86
Prof. dipl.	36	59	74	104	113
Total prof.	569	574	532	489	442
% dipl.	6,32	10,28	13,91	21,27	25,56
N.º alunos / 1 prof.	24,98	23,95	25,94	27,61	30,48
N.º Barracas	97	69	131		
Total salas	325	300	304		
% barracas	22,98	18,69	30,11		
Aprovação	7.102	6.800	6.192	5.344	5.108
M.I.	14.218	13.748	13.803	13.502	13.474
% aprov.	49,95	49,46	44,86	39,58	37,91

EBE**OIO**

	81-82	82-83	83-84	84-85	85-86
Prof. dipl.	29	55	62	79	100
Total prof.	382	402	377	359	355
% dipl.	7,59	13,68	16,44	22	28,17
N.º alunos / 1 prof.	28,45	26,37	27,09	29,15	28,09
N.º Barracas	56	63	70		
Total salas	250	185	176		
% barracas	18,3	25,4	28,45		
Aprovação	3.706	3.585	3.879	3.554	3.343
M.I.	10.868	10.602	10.212	10.467	9.975
% aprov.	34,1	33,81	37,98	33,95	33,51

EBE**BAFATÁ**

	81-82	82-83	83-84	84-85	85-86
Prof. dipl.	19	28	29	58	60
Total prof.	306	323	291	287	307
% dipl.	6,21	8,67	9,96	20,20	19,54
N.º alunos / 1 prof.	26,59	26,77	27	26,26	23,95
N.º Barracas	47	41	40		
Total salas	202	165	176		
% barracas	18,87	19,9	18,5		
Aprovação	4.044	4.626	4.345	3.878	3.756
M.I.	8.138	8.649	7.859	7.537	7.353
% aprov.	49,69	53,48	55,28	51,45	51,08

EBE**GABÚ**

	81-82	82-83	83-84	84-85	85-86
Prof. dipl.	16	29	54	65	78
Total prof.	229	231	223	216	234
% dipl.	6,98	12,55	24,21	30,09	33,33
N.º alunos / 1 prof.	26,55	27	28,6	29,38	28,58
N.º Barracas	54	64	59		
Total salas	99	64	99		
% barracas	35,29	50	37,34		
Aprovação	2.854	2.708	2.919	3.180	2.901
M.I.	6.081	6.238	6.379	6.349	6.687
% aprov.	46,93	43,41	45,76	50,08	43,38

EBE

QUINARA

	81-82	82-83	83-84	84-85	85-86
Prof. dipl.	14	41	61	81	83
Total prof.	138	150	145	165	154
% dipl.	10,14	27,33	42,06	49,09	53,90
N.º alunos / 1 prof.	21,55	20,15	20,89	20,17	22,15
N.º Barracas	12	12	19		
Total salas	96	95	77		
% barracas	11,11	11,2	19,79		

Aprovação	1.246	1.330	1.275	1.495	1.445
-----------	-------	-------	-------	-------	-------

M.I.	2.974	3.023	3.029	3.328	3.411
% aprov.	41,89	43,99	42,09	44,92	42,36

EBE

TOMBALI

	81-82	82-83	83-84	84-85	85-86
Prof. dipl.	22	36	52	62	65
Total prof.	189	175	187	205	201
% dipl.	11,64	20,57	27,81	30,24	32,34
N.º alunos / 1 prof.	26,08	25,63	25,88	23,77	25,34
N.º Barracas	20	10	10		
Total salas	81	119	119		
% barracas	19,8	7,75	7,75		

Aprovação	1.929	2.171	1.876	1.941	1.813
-----------	-------	-------	-------	-------	-------

M.I.	4.930	4.485	4.841	4.874	5.094
% aprov.	39,13	48,40	38,75	39,82	35,59

	81-82	82-83	83-84	84-85	85-86
Prof. dipl.	9	19	22	104	35
Total prof.	176	197	177	218	142
% dipl.	5,11	9,64	12,43	47,7	24,65
N.º alunos / 1 prof.	19,88	17,58	20,04	17,03	25,32
N.º Barracas	10	20	12		
Total salas	119	115	87		
% barracas	7,75	14,8	12,12		
Aprovação	1.433	1.225	1.466	1.679	1.438
M.I.	3.499	3.464	3.548	3.714	3.596
% aprov.	40,95	35,36	41,32	45,20	36,99

Região de Cacheu
(Ano Lectivo 1982-83)

	% de barracas	% de aprov. (M.F.)	Índice de aprov. (M.I.)	N.º alunos / 1 prof.
Sector Bigene	65	56	48	40
Samodje	50	67,8	52	26
Candjande	80	53,2	49	27
Ingore	61	61,6	55	38
Apilho	14	62,3	56	58
Bigene	65	58,4	55	41
Barro	70	53,6	42	48
Sedengal	75	38,1	44	23
Antotinha	75	46,2	37	50
Sambuiadim	40	57	55	55
Canja	100	75,7	82	89

Sector Bula	55,3	51,8	49	32
Bula	52,4	56,9	56	21
Joao-Landim	64,3	63,0	52	52
Có	16,7	49	54	25
São Vicente - Jolmete	85,7	43,5	37	47
Pete	53,3	42,1	37	42
Sector Cacheu	44	51,1	46	26
Cacheu	43	52,3	49	21
Bachil	73	53,0	42	28
Calequisse	29	48,5	43	32
Bote	100	63,3	53	23
Sector Caio	57	55,9	51	57
Caio	56	52,1	47	37
Pecixe	50	55,6	44	144
Jeta	75	74,5	77	95
Cagegute	50	59,7	58	64
Sector Canchungo	69	58,8	54	46
Canchugo	75	60,6	60	23
Pelundo	69	57,0	47	45
Bara	66	56,2	48	43
Batucar - Pandim	44	51,8	51	128
Canhobe - Tame	50	73,1	30	339
Sector São Domingos	61,0	43,5	36	44
Campada	75,0	43,3	40	46
São Domingos	58,9	48,6	47	25
Elia	93,3	48,3	42	70
Suzana	41,7	36,0	29	33
Djufunco	80,0	31,1	17	95
Varela	9,1	43,8	35	47

Fonte: BLAIS Serge et SIMARD Carole *Carte scolaire de la région de Cacheu, Bissau*, janvier 1984, 143 p.

RELATÓRIO DA DELEGAÇÃO DO PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ E DE CABO VERDE

*Seminário Económico Afro-Asiático
22 a 27 de Fevereiro de 1965*

Senhor Presidente

Estimados Delegados

Companheiros de luta

Em nome do Povo da chamada Guiné-Portuguesa e das Ilhas de Cabo-Verde, em nome de todos os combatentes e em particular dos combatentes do nosso Partido (o PAIGC), temos a honra de saudar os participantes deste seminário. Como representantes de um povo que luta com as armas nas mãos a fim de pôr termo ao colonialismo português no nosso país, o facto de nos encontrarmos na Argélia, um dos países africanos cuja luta contra a dominação colonial e imperialista tem adquirido, como ocorre agora connosco, uma forma de luta armada sem quartel, é para nós particularmente significativo.

O heróico exemplo da Argélia, ao longo de duros anos de resistência e da sua luta de libertação, é para nós um motivo de estímulo. Este exemplo tem criado no espírito dos nossos combatentes a confiança de que uma luta de libertação — também prolongada como a de Argélia — sempre conclui impreterivelmente, com a vitória das Forças Nacionalistas sobre as Forças da Opressão, isto é, tanto os colonialistas como os Imperialistas.

Uma vez conquistada a sua independência política, a Argélia trata agora de

DOCUMENTOS

estruturar a sua total independência económica. É neste sentido que se desenvolve uma luta dura, rica de ensinamentos, e é a razão pela qual se escolhe este país como sede de um seminário económico no qual estão agrupados os representantes dos países da Ásia e da África, a fim de estimular a emancipação dos Povos Afro—asiáticos, e estender a luta contra o colonialismo. Assim, esta foi uma eleição oportuna e acertada.

Quanto a nós, a fim de se intensificar a luta armada contra os colonialistas portugueses, começamos a praticar a liquidação da estrutura económica colonialista, que temos substituído por novas modalidades revolucionárias.

Foi em 1956 que fundámos o nosso Partido — o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde — no interior do nosso país, na mais absoluta clandestinidade.

Desde essa data até ao momento, têm ocorrido transformações radicais na vida do nosso povo. Com a actividade do nosso Partido tem-se elevado o nível de consciência política das massas tendo-as mobilizado e organizado para a luta contra o colonialismo, ao mesmo tempo que se criou um sentimento profundo nacional que superou as divisões étnicas fundamentadas pelos colonialistas.

Na Guiné passámos desde 1961 à acção directa, iniciando com sabotagens às vias de comunicação com o objectivo de isolar o inimigo.

Em princípio de 1963 desencadeámos a luta armada.

A luta armada tem-se propagado na forma de uma intensa acção de guerrilhas cada vez mais enérgica, com que se hostilizou incessantemente o inimigo surpreendendo-o nas condições mais inesperadas, abatendo o seu moral e infligindo-lhe severas baixas.

Deste modo temo-nos libertado gradualmente do domínio colonial em importantes zonas do nosso território, a ponto de, hoje em dia, 45% do nosso território ser livre.

Por decisão adoptada no 1.º Congresso do nosso Partido realizado em Fevereiro de 1964, no interior do nosso país, ao sul do rio Geba, criámos as Forças Armadas Revolucionárias do Povo, o novo instrumento de combate adaptado às condições que a luta empreendida havia imposto.

Cada vez que se agrupava o Exército Popular, as milícias populares e os guerrilheiros, estruturados sobre novas bases, a acção das FARP tornava possível êxitos importantes sobre os colonialistas portugueses no decorrer dos últimos meses.

Nas zonas libertadas, a administração política, a estrutura económica e social e a organização jurídica impostas pelos colonialistas foram liquidadas.

Na fase de luta em que nos encontramos, a preocupação fundamental do ponto de vista económico é, por um lado, criar as condições que favoreçam o aumento da produção, assim como o aprovisionamento dos habitantes quanto aos artigos de primeira necessidade, melhorando gradualmente o seu nível de vida. Por outro lado tratamos de estabelecer um sistema de controlo que proporcione uma boa distribuição dos produtos. A criação de novas bases

económicas proporciona o meio de garantir, de uma maneira mais simples e eficaz, o aprovisionamento das nossas forças armadas.

No nosso país, tal como em todas as Nações, a maioria do povo vive da agricultura (89% da nossa população activa vive da agricultura). Daí que tenhamos concedido uma grande importância à reestruturação agrícola com o objectivo de criar, rapidamente, as condições básicas estritamente indispensáveis que a favoreçam o mais rápido possível, a fim de o nosso partido conseguir a independência.

Neste sentido, o nosso partido designou concretamente como tarefa fundamental o aumento da produção e da produtividade do trabalho. Os dirigentes da nossa organização sindical (UNTG) são os responsáveis perante o partido da produção nas regiões libertadas.

Daí que o "slogan" adoptado consista no aumento da produção de artigos alimentícios, o que tem provocado uma considerável subida da produção, tanto no Sul como no Norte do país. Este aumento deve-se por um lado ao entusiasmo de se viver numa zona livre da dominação e influência colonial, e na qual o nosso povo, sob a direcção do nosso partido, é dono do seu destino. Por outro lado, a maior atenção que é concedida a estes cultivos. Até agora toda a produção era açambarcada pelos colonialistas, que desta forma obtinham as matérias-primas agrícolas que pagavam a preços irrisórios.

Dada a justa orientação preconizada pelo nosso partido, registou-se um aumento na produção global do arroz, sobretudo no sul do país.

Em relação a este produto, o rendimento por unidade de superfície cultivada, também tem aumentado. A organização da produção com base no espírito da ajuda mútua e da acção colectiva, tem evidenciado a sua grande eficácia. Apesar dos bombardeamentos efectuados pelos colonialistas, o que provocou uma diminuição apreciável no tempo de trabalho útil, conseguimos explorar mais 3000 ha de novas terras dedicadas ao cultivo do arroz, ao sul do Rio Geba, região na qual a superfície ocupada por este cultivo é de uns 22.000 hectares.

A produção obtida em 1963 foi de 22.000 toneladas. A produção conseguida no decorrer da última campanha em 1964 foi de 30.000 toneladas, o que representa um aumento de cerca de 20%. Por outro lado, o aumento do rendimento por hectare obtido em regiões diferentes tem sido calculado entre 5 e 15%, cifras que se conseguem em termos gerais. No entanto há casos específicos em que se alcançou 30% de acréscimo do rendimento normal obtido.

Contudo, noutras zonas registaram-se insuficiências de arroz, particularmente nas regiões de grupos étnicos vinculados, por tradição, a outros cultivos. Tal é o caso dos Beafadas, Oincas e Fulas.

Esta insuficiência tem sido atenuada em grande parte pela organização da distribuição de produtos. Algumas dificuldades neste sentido têm origem no estado de guerra em que somos obrigados a viver, e que frequentemente impede o transporte de produtos com rapidez e eficiência. Se tivermos em conta o facto de que o arroz é a base da alimentação do nosso povo, podemos considerar os

DOCUMENTOS

resultados obtidos até agora como positivos e as perspectivas prometedoras, contudo, no plano económico, os resultados representam uma vitória sobre os colonialistas portugueses.

Em localidades distintas das regiões libertadas têm-se organizado, com carácter experimental, algumas cooperativas agrícolas. O nosso partido definiu algumas das tarefas e medidas essenciais da política económica que se devem efectuar e adoptar tendo em vista o seguinte:

- assegurar que cada família ou grupo de famílias obtenha uma produção superior à das necessidades próprias;
- estimular a produção familiar com base numa competência construtiva;
- fortalecer a ajuda mútua;
- organizar a produção cooperativa nas zonas em que as condições do meio resultem mais favoráveis;
- aumentar o número de terras destinadas a produtos alimentícios, em particular o arroz;
- racionalizar progressivamente a exploração e atenção das palmeiras silvestres;
- aumentar o cultivo de hortaliças;
- conservar o melhor possível os produtos de exploração que possuem elevado valor comercial, por exemplo, a cola vegetal, a borracha e a cera;
- conceder maior atenção ao gado.

A fim de manter com firmeza o desenvolvimento da produção agrícola, o nosso Partido determinou a redução, a um mínimo dispensável, do recrutamento militar, o fortalecimento do nosso controlo das fronteiras, bem como o rápido melhoramento dos nossos meios de defesa contra os bombardeamentos. Por outro lado, o nosso Partido criou comités especiais, a fim de fazerem uma análise completa e um recenseamento dos recursos agrícolas e do gado que os antigos proprietários abandonaram, colonos ou nativos que fugiram perante o avanço da guerra.

Para além disso o nosso Partido estimula a criação, com carácter experimental, de campos colectivos destinados ao cultivo da banana e de outros produtos alimentares. Os guerrilheiros têm prestado uma valiosa ajuda ao Povo nos trabalhos de recolha assim como em outras actividades agrícolas.

Paralelamente a esta tarefa, noutras regiões que ainda não foram libertadas estimulam a acção das massas populares para a sabotagem económica contra os colonialistas.

Como resultado destas consignas foram destruídos vários armazéns da CUF (Companhia União Fabril), tendo as mercadorias sido postas à disposição do povo e da nossa luta.

A CUF constitui um consórcio que monopoliza o comércio do nosso país. A sua actividade no nosso país representa o domínio da importação e exportação

do comércio geral, as indústrias, a navegação e os recursos. A CUF está directa e indirectamente vinculada a grandes interesses capitalistas estrangeiros, assim como a alguns consórcios internacionais. A CUF constitui a Empresa capitalista de maior importância em Portugal, sendo depositária de poderosos interesses em todas as restantes colónias portuguesas, principalmente em Angola, assim como através de uma vasta rede de filiais. Todas as vezes que os nossos guerrilheiros realizam acções imperiosas, apoderando-se de vários veículos motorizados pertencentes a estas empresas, estas são postas ao serviço do nosso povo e da nossa luta.

De acordo com as medidas adoptadas pelo nosso Partido com vista a sabotagens económicas nas regiões não libertadas, a produção de arroz diminuiu nestas zonas em benefício de outros produtos que não são destinados à exploração.

Quanto à mancarra destinada às exportações, a sua produção desceu para metade. Por outro lado o povo oferece resistência quanto ao pagamento das contribuições que lhes são impostas pelos colonialistas.

Os êxitos contínuos da nossa luta armada fizeram com que a poderosa sociedade comercial ultramarina, a segunda empresa do país quanto à importância económica, que monopoliza o comércio da região meridional do país, se visse obrigada a liquidar totalmente os seus negócios, a despedir os seus empregados e a fechar as suas portas.

Esta empresa possui algumas concessões importantes em terras, moinhos para descasque do arroz e extracção do óleo de mancarra.

Paralelamente à agricultura, o comércio é outra actividade económica que desempenha um papel muito importante na vida dos povos da Guiné dita "Portuguesa". Mediante a actividade comercial, os colonialistas portugueses e aqueles a quem servem — quer dizer as grandes empresas monopolistas — praticam uma exploração *desenfreada* do nosso povo.

A nossa acção tem-se desenvolvido e continua de modo a desarticular e aniquilar o comércio ao serviço dos colonialistas. Em algumas regiões que ainda não foram libertadas o nosso povo nega-se a negociar com os colonialistas.

A fim de servir melhor os interesses do nosso povo, o Partido criou os chamados "armazéns do povo", empresas de comércio geral, que actuam nas regiões libertadas. Trata-se de uma rede de armazéns, unidos a um grande armazém central, que garantem o abastecimento de grande parte da população.

Em Agosto de 1964 abrimos o armazém central e três armazéns filiais. A Direcção superior dos armazéns do povo está subordinada ao Partido, desfrutando os armazéns de autonomia em relação aos serviços que prestam.

Trata-se de uma organização independente dos guerrilheiros, cujos responsáveis actuam em estreita colaboração com os comités locais.

A Moeda Portuguesa perdeu o seu valor nas regiões onde não circula.

Com a criação dos "armazéns do povo" organizou-se um sistema de abastecimento baseado na troca directa. Quer dizer: nestes armazéns não se recebe

dinheiro; os bens de consumo trocam-se por mercadorias produzidas pelo povo, estímulo este que fez com que a produção aumentasse. A boa administração dos armazéns populares está garantida pela estreita colaboração entre os seus responsáveis e os comités locais. Trata-se de uma iniciativa acolhida pelo povo. Solicitações para criarmos novos armazéns, de modo a melhorarem quantitativamente e qualitativamente as existências, têm-nos chegado sem cessar até agora.

O serviço prestado pelos "Armazéns do Povo" não se limita a satisfazer as necessidades básicas da nossa população mas também a proporcionar o meio de integrar quadros para o futuro apetrechados de uma experiência prática.

É absolutamente necessário que o nosso povo aprenda a praticar o comércio o mais depressa possível.

É de excepcional importância que, uma vez conseguida a independência, o Estado se encontre em condições favoráveis de promover uma política comercial acertada, com o mercado interior e exterior sólido e amplo.

Na Guiné não se põe o problema de uma reforma agrária no sentido clássico da palavra. Em termos gerais, a terra tem constituído a propriedade colectiva das famílias ou tribos. Também não se põe o problema da redistribuição. O facto de existirem algumas concessões em forma de terras exploradas para benefício dos colonos não modifica os elementos gerais do problema, uma vez que só se trata de uma parte insignificante de terras. A ilha de Como, que libertámos, ainda que tenha sido propriedade de Pinho Brandão, não modifica a realidade geral da ordem das coisas de que padecemos.

A terra pertencente à família é na realidade o Elemento Estrutural da agricultura na chamada Guiné Portuguesa.

No entanto, impõe-se o desenvolvimento e a modernização da nossa agricultura principalmente com o fim de transformar o sistema de trabalho da terra, com a perspectiva de acabar com o monocultivo imposto pelos colonos, o que trouxe um carácter obrigatório ao cultivo da mancarra.

Também temos de lutar para pôr fim ao monocultivo do milho, nas Ilhas de Cabo-Verde. Devemos destacar, no entanto, que nas Ilhas de Cabo-Verde o Partido deve enfrentar uma situação absolutamente diferente da Guiné.

Tal diferença baseia-se na estrutura agrária do país; quer dizer, desde o ponto de vista da propriedade da terra. Nas Ilhas de Cabo-Verde, apesar de muitos dos ponteiros serem crioulos, o elevado número dos mesmos justifica a implantação de uma reforma agrária por meio da redistribuição da terra aos camponeses que a trabalham.

A luta de libertação mantida pelo povo da Guiné e Ilhas de Cabo-Verde dirigida pelo nosso Partido, constitui ao mesmo tempo uma luta concreta contra o colonialismo português e representa uma luta pela liquidação radical de todos os resíduos de dominação colonial ainda existentes em África.

Ao combater o colonialismo português e ao provocar golpes mortais, não só favorecemos o colapso dos opressores seculares do nosso povo, mas também a coligação imperialista que os apoia.

A África e a Ásia não podem alcançar a sua libertação total enquanto houver um palmo de terra em ambos os continentes sob as garras do imperialismo e do disfarce adoptado: o Neocolonialismo.

A compreensão desta realidade impõe-nos o dever de lutarmos, sem descanso com todos os meios ao nosso alcance, até atingirmos a vitória final, e exigirmos a unidade de todas as forças democráticas dos países afro-asiáticos, para estreitarmos a colaboração e a solidariedade internacional anti-imperialista. Deve-se estender a luta a todas as frentes com base na realidade específica de cada país — quer dizer, na ordem combativa armada, Política Económica e Social.

O nosso Partido quer cumprir o seu dever na luta contra o imperialismo quando se preocupa em dar solução aos problemas que se referem a um melhoramento progressivo das condições sociais dos nossos povos. Com este objectivo concedemos prioridade à instrução e à saúde. Com base em algumas cifras verifica-se por esta ordem de necessidades, a obra construtiva do nosso Partido que começa praticamente desde a sua fundação, bastam alguns exemplos para demonstrar este facto: depois de cinco séculos da penetração e presença de Portugal em África, 99% da população é analfabeta... Desde então e até 1961, somente 14 jovens tinham recebido formação universitária em Portugal. Agora, entre 1961 e 1964 o nosso Partido conseguiu incorporar 63 jovens nos estudos universitários. No que se refere ao ensino técnico as cifras são de 11 a 35.

Em resumo: o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo-Verde — PAIGC — conseguiu entre 1961 e 1965, quer dizer, em cinco dos nove anos da sua existência, triplicar a formação de quadros formados pelos colonialistas portugueses em cinco séculos.

Por causa da política obscurantista da qual temos sido vítimas, hoje somos carentes dos quadros necessários para a estruturação do nosso país.

Daí que à medida que se estende o movimento de libertação em novas zonas do nosso território, aumente a nossa preocupação em educar e instruir as massas populares. Também melhorámos as poucas escolas existentes nas zonas libertadas, construídas pelos colonialistas portugueses, e construímos dezenas de escolas novas.

Actualmente andam na escola cerca de 2000 alunos cujas idades são inferiores aos 15 anos. Também se têm organizado cursos especiais para a alfabetização de adultos.

No curso anterior distribuímos 25000 cadernos, 35000 lápis e 2250 esferográficas pelos alunos destas escolas. Por outro lado, o número de bolsas para cursos superiores e secundários no estrangeiro duplicou este ano em relação ao total de bolsas concedidas nestes últimos anos. De qualquer modo editámos livros escolares para as classes correspondentes ao nono e décimo cursos adaptados às realidades concretas do nosso país, livros inspiradores numa ânsia de liberdade.

Já se encontra em estudo um número apreciável de medidas concretas que

podem contribuir para a rápida eliminação do analfabetismo, a fim de levar as mesmas à sua aplicação prática.

Com respeito aos problemas da saúde, contamos com alguns enfermeiros que voltaram as costas ao colonialismo português e se uniram aos guerrilheiros nas regiões libertadas.

Nas bases de abastecimento dos guerrilheiros, bem como em diversas povoações criámos centros sanitários que se encontram ao serviço da população e dos feridos menos graves. No entanto, apesar da solidariedade activa manifesta na aquisição de medicamentos por parte de várias organizações internacionais, as nossas dificuldades são ainda bastantes.

No entanto, fundámos um hospital com cinquenta camas para feridos e doentes graves, e organizámos também cursos de enfermagem para além de mandarmos alguns camaradas ao estrangeiro em viagem de estudo.

Estas medidas demonstram as múltiplas dificuldades que devemos enfrentar e num país subdesenvolvido como é o nosso.

Cada um de nós sabe por experiência que um dos principais problemas, que temos de resolver com urgência, é a de uma formação urgente de quadros.

Para se estruturar uma economia com um ritmo acelerado, o capital mais valioso com que podemos contar na realidade é o homem com o desejo de construir, a sua capacidade de acção, o seu espírito de sacrifício e o seu esforço disciplinado. Neste sentido, é fundamental para os organismos políticos ou governamentais dirigentes saber escolher o homem e inclusive distribuir inteligentemente as tarefas. A eleição adequada aos homens deve estar unida ao controlo eficaz das respectivas tarefas. É de importância fundamental a criação de um enquadramento de base que será ao mesmo tempo um enquadramento técnico de base e um enquadramento político de base. Nesta ordem de responsabilidades, consideramos como tarefa mais urgente a formação de indivíduos, que por seu lado hão-de formar homens. Por outro lado apesar de não prescindirmos da ajuda técnica estrangeira, uma vez que esta é absolutamente necessária, cremos que o critério escolhido favorece o próprio país, e com a maior rapidez possível a integração dos quadros técnicos, intermédios e superiores.

A formação de quadros deve estar orientada a um nível superior, bem como obedecer a um critério de prioridades de acordo com as realidades concretas de cada país.

Para lutar contra o atraso a que a dominação colonial portuguesa nos submeteu, o nosso Partido resolveu, agora, fazer um estudo profundo das perspectivas económicas de que dispomos, tanto na Guiné como nas Ilhas de Cabo-Verde. Para o conseguir, o nosso Partido propõe a criação de um Centro de Estudos.

Para definir os principais rasgos do desenvolvimento futuro do nosso país, e para calcular as riquezas económicas de que dispomos em potência, já enviamos um relatório ao Partido onde propomos a adopção de medidas destinadas a transformar a estrutura colonial da nossa economia, bem como preparar as bases de uma economia independente.

A liquidação total das estruturas coloniais e a sua substituição por outras que favoreçam a participação das massas populares na solução destes problemas da luta contra a burocracia, o analfabetismo, a afirmação da consciência nacional, a luta pela unidade africana, o estreitamento dos laços de solidariedade entre os países afro-asiáticos e da América Latina, a planificação e o desenvolvimento harmonioso da economia, uma alertada determinação de prioridades no domínio económico, social e cultural; o estudo das condições concretas do desenvolvimento do país e seus recursos, a racionalização das suas fontes de riqueza, uma análise geral das perspectivas nacionais baseada no princípio de contar com os seus próprios recursos, a austeridade económica (tanto no público como no privado), a expansão da iniciativa criadora no trabalho... são, em resumo, algumas das medidas que propomos como capazes de eliminar as sequelas da dominação colonial do nosso país.

Existe uma experiência valiosa que vamos aproveitar, que consiste em estudar a fase de desenvolvimento atravessada pelos países irmãos de África, da Ásia e de Cuba, bem como a análise dos seus erros, dos seus êxitos e as causas de uns e de outros.

A respeito dos países de África e da Ásia, conhecemos algumas das medidas que contribuíram para apressar a emancipação económica dos povos afro-asiáticos, quer dizer, a expansão do comércio internacional sobre bases novas, a criação nestas nações em fase de desenvolvimento de uma organização mais vantajosa da que se manteve até ao presente, o estabelecimento de relações comerciais baseadas na igualdade dos benefícios recíprocos, a diminuição progressiva e acelerada de todo o género de barreiras e restrições.

Neste sentido, a celebração em Genebra de uma conferência mundial sobre comércio no mês de Março e a celebrada no ano passado — no âmbito da ONU, em que emergiu a vontade de 75 países em vias de desenvolvimento — são acontecimentos importantes. Estes países apresentaram na conferência uma declaração conjunta que continha transformações profundas políticas no mundo actual, não tolerando por mais tempo a política desenvolvida pelas potências imperialistas.

Também deixaram claro que a debilidade dos países explorados consiste na não adopção de uma política comum.

A luta nas restantes colónias portuguesas, onde se alcançou a fase armada — Angola e Moçambique —, contribui para apressar a liquidação do colonialismo português.

Cada um de nós que está presente neste Seminário reconhece a responsabilidade da nossa incorporação na luta que empreenderam alguns povos de África e da Ásia, a fim de conquistarem a sua independência.

Esta incorporação representa um factor capaz de mobilizar grandes energias. Por tudo o que foi exposto, esperamos que, mediante a análise dos problemas fundamentais da vida e da luta dos nossos povos, este Seminário possa levar-nos a debilitar ainda mais os colonialistas e neo-colonialistas,

DOCUMENTOS

através de meios que são capazes de diminuir ou anular a sua acção ao criar-lhe dificuldades na luta de agressão que sustêm contra os nossos povos na sua aspiração pela independência, pelo progresso e pela paz.

Também queremos ser um povo livre e soberano. Estamos seguros de que não existe no mundo nenhuma força capaz de impedir que se continue a marcha empreendida e que em breve nos libertaremos, como consequência dos triunfos contínuos que a nossa luta libertadora tem conseguido.

Viva a solidariedade dos Povos Afro-asiáticos!

Abaixo o colonialismo, o imperialismo e o neo-colonialismo, factor de atraso dos povos e causa de sofrimento e misérias da humanidade.

Vasco Cabral

Revista de Informação Económica
do Ministério de Indústrias
N.º 13 / Junho 1965

ACTIVIDADES DO INEP

Publicados integralmente no “Relatório Anual de Actividades”, os capítulos “Actividades do INEP” constantes em cada número da Revista SORONDA, são um “survol” que permitem “estar em dia” com as principais actividades levadas a cabo pelos Centros de Estudos e demais departamentos que compõem o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa.

I — CEHC

a) Campanha de Recolha dos Testemunhos Orais da Luta de Libertação Nacional

Esta campanha continua a representar a actividade principal deste Centro. Decorridos cerca de dois anos após o seu início, o balanço geral dos resultados alcançados nas oito regiões administrativas do país e no seio das FARP é encorajador, não deixando, porém, de apontar para a necessidade de as actividades serem mais dinamizadas.

As dificuldades de ordem material e humana, sobretudo, continuam a impedir o adequado andamento dos trabalhos, tendo-se no entanto, registado resultados dignos de nota em algumas regiões.

Urge agora proceder a um balanço geral das realizações, à luz das experiências adquiridas e das exigências técnicas e metodológicas decorrentes da campanha.

b) Pesquisa

Nos trabalhos de pesquisa actualmente em curso, sob a coordenação do Centro, convém destacar os seguintes:

ACTIVIDADES DO INEP

- A criminalidade na Guiné-Bissau, com particular incidência em Bissau, de Mário Santos, investigador permanente do CEHC/INEP.
- Viabilidade e importância da Tradição Oral para a reconstituição da História Contemporânea da Guiné-Bissau, de Arassi Taveira, investigadora do CEHC/INEP.
- A Religião Balanta, de Carlos Cardoso, coordenador CEHC/INEP.
- A Medicina Tradicional e a sua relação com a Religião, de Eve Crowley, da Universidade de Yale.
- Relação de Poder e Direito de Sucessão nos Manjacos, de Eric Gable, da Universidade de Virgínia.
- As classes de Idade e suas relações recíprocas no grupo étnico dos Bijagós, de Christine Henry, da Universidade de Paris X — Nanterre.

c) Arquivos Históricos

Do conjunto dos trabalhos feitos ao longo destes três anos pelo Serviço dos Arquivos Históricos, destacamos as seguintes actividades:

- c.1. Elaboração de um Projecto de Decreto-Lei sobre o Património Arquivístico Colonial.
Foi rapidamente constatada a urgência e importância de uma legislação que visasse a salvaguarda de toda a documentação colonial e precisasse melhor as atribuições e responsabilidades do serviço dos Arquivos Históricos. Para esse efeito foi elaborado o referido Projecto que se encontra para aprovação dos camaradas Ministros.
 - c.2. Recolha e transferência dos fundos de arquivos regionais para as nossas instalações:
 - Um programa de recolha dos fundos foi instalado. Até ao momento os nossos esforços concentraram-se em duas regiões (Cacheu e Bolama). Estas regiões foram escolhidas prioritariamente em virtude do valor histórico dos arquivos encontrados nos seus sectores. Para além dos fundos regionais, outros foram recolhidos da Administração Central.
 - c.3. Tratamento do arquivo fotográfico e de cartografia moderna.
O serviço de Arquivos Históricos possui uma colecção importante de documentos iconográficos com cerca de 5.000 fotografias e 2.000 negativos da época colonial para além de mapas geográficos, desenhos e diapositivos.
- ### d) Actividades Académicas
- Julho de 1987: palestra “A emigração manjaca” por Aristides Gomes, sociólogo.

- Agosto de 1987: 2.^a parte do curso de formação de documentalistas e técnicos auxiliares de arquivos históricos, pelo Dr. Isáú Santos, Director dos Arquivos Históricos Ultramarinos de Lisboa.
- Agosto de 1987: conferência sobre “A Divisão Social e Sexual do Trabalho entre os Bijagós”, por Raúl Fernandes, sociólogo e investigador do INEP.
- Outubro de 1987: palestra sobre “As relações de poder e o direito de sucessão dos Manjacos”, por Eric Gable, investigador da Universidade de Virgínia.

e) Outras actividades

O CEHC colaborou ainda com o Supremo Tribunal de Justiça na preparação do Colóquio dos “Cinco” sobre “O Direito Consuetudinário Africano” organizado pelo Ministério da Justiça que se realizou em Bissau de 4 a 10 de Dezembro de 1987.

II — CESE

a) Informação

Este Centro prossegue a publicação, em conjunto com o Gabinete de Estudos do Plano, do boletim de informação sócio-económico (BISE) de periodicidade trimestral.

b) Pesquisa

- Estudo sobre os efeitos sociais do Programa de Estabilização Económica, em colaboração com o IUED (Instituto Universitário de Estudos de Desenvolvimento — Genebra).
- Estudos de custos e recuperação dos custos no domínio da saúde, no quadro do projecto “População, Saúde e Nutrição” do Ministério da Saúde/BM.
- Estudos sobre o impacto da política de desenvolvimento nas sociedades rurais.

III - CDT/CETA

Um facto a assinalar é a alteração da designação do Centro, passando este a denominar-se Centro de Estudos de Tecnologia Apropriada (CETA).

As acções visando permitir o adequado funcionamento do Centro baseiam-se em três vectores fundamentais, a saber: o investigador, o fluxo de informações e os meios de investigação.

ACTIVIDADES DO INEP

Neste contexto, é conferida especial atenção ao desenvolvimento das capacidades nacionais de investigação, através, nomeadamente, da formação/especialização dos quadros nacionais e da dinamização. De assinalar, neste âmbito:

- a criação de uma secção especializada em informação científico-técnica na Biblioteca Pública do INEP.
- o projecto de pesquisa em energias renováveis.
- o projecto de estudo do sistema energético (não convencional).
- o projecto de avaliação dos projectos de produção popular, solicitado pela Swissaid.

IV — BIBLIOTECA PÚBLICA (BP)

De registar a inauguração, pelo camarada Presidente do Conselho de Estado, a 24 de Novembro de 1987, da Biblioteca Pública que veio realçar as acções desenvolvidas no decurso dos três últimos anos.

Com um financiamento global no montante de 150.000 dólares, concedido pelo CRDI, CECI, CCFO e o governo canadiano, foi possível materializar este importante objectivo do INEP.

Desenvolveram-se, com regularidade e crescente impacto na vida da BP, os intercâmbios de publicações com várias instituições internacionais com quem a Biblioteca mantém frutuosas relações de cooperação.

V — RELAÇÕES DO INEP COM O EXTERIOR

a) Participação em acontecimentos internacionais

- Nelson Fernandes: 25.^a Conferência Internacional da Mesa Redonda dos Arquivos (CITRA/CIA). Itália, Setembro de 1987.
- Diana Lima Handem: Mesa Redonda sobre a política do FMI e do Banco Mundial em África. Londres, Setembro de 1987.
- Raúl Fernandes: XII Congresso da IOCU. Madrid, Setembro de 1987.
- Carlos Lopes: Elaboração de um documento síntese dos "background papers". Setembro de 1987.
- Carlos Cardoso: Seminário sobre "A valorização dos Recursos Humanos". Praia, Outubro de 1987.
- Arassi Taveira: Finalização e defesa da tese de Licenciatura em História Contemporânea. Havana, Outubro de 1987.
- Rui Ribeiro: 2.^a reunião sobre estatísticas sociais. Lisboa, Outubro de 1987.
- Mário Santos: Reunião sobre dois projectos de programas unificados do ensino de história e geografia. Cairo, Outubro de 1987.

b) Missões recebidas

- Sr. Michel Ndjai Santos, Director do Centro de Informação das Nações Unidas: Decisão de tornar a BP centro depositário da documentação da ONU, em Julho de 1987.
- Srs. Mário Murteira, Dias Nogueira, Américo Ramos dos Santos, Benedita Tinoca, Alfredo Silva, Jorge Moita e Maria José Laranjeira: Consultores do CESO (Centro de Estudos Economia e Sociedade) para o Projecto NATCAP (INEP/ Ministério do Plano), Julho de 1987.
- Sras. Ana Maria Loforte, historiadora, da Universidade de Maputo e Ana Maria Gentili, historiadora, da Universidade de Bolonha, consultantes da UNESCO: Seminário de formação de inquiridores para a realização de um projecto INEP/UNESCO intitulado "O Papel da Mulher na Economia Nacional", Agosto de 1987.
- Prof. Dr. Amílcar José Ramos Ambrósio, da Universidade Nova de Lisboa: Debate de problemas ligados à viabilidade de um projecto de tratamento de esgotos e sanidade do meio ambiente na cidade de Bissau, Setembro de 1987.
- Sra. Morin-Labatut, do CRDI, Canadá, e Robin Derrick, técnico em micro-reprografia: Implementação do projecto de criação de Centros de Documentação ligados ao CESE e CDT/CETA, Setembro de 1987.
- Sr. B. Thiam do CILSS/USED: Discussão da viabilidade de um estreitamento de relações e intercâmbio de informação entre os países membros do CILSS, como o é a Guiné-Bissau, Setembro de 1987.

NOTA DE LEITURA

sobre “Guiné-Bissau: Política, Economia e Sociedade” por Rosemary Galli e Jocelyn Jones

Eric GABLE(*)

“Guiné-Bissau: Politics Economics and Society (Frances Pinter: 1987) por *Rosemary Galli e Jocelyn Jones* constitui a avaliação mais compreensível e recente da Guiné-Bissau depois da independência. É abertamente crítica. Vai ter uma grande influência na formação da opinião dos estrangeiros que trabalham no ramo do desenvolvimento sócio-económico da Guiné-Bissau.

Neste livro, as autoras tentam dar uma resposta à questão: porque é que a Guiné-Bissau que tinha a oportunidade de se tornar um modelo para o desenvolvimento político e económico, “não o conseguiu ser em nada” (P.1)? O retrato que desenham da Guiné é típico para países em vias de desenvolvimento. A Guiné-Bissau é um país agrícola. Os camponeses são os produtores principais para contribuir para o “desenvolvimento”, os camponeses guineenses devem produzir mais. Contudo, apesar da intervenção massiva do Estado, a produtividade diminuiu. As autoras chegaram à conclusão de que as coisas pioram, porque o Estado, deliberadamente ou não, está a seguir planos políticos que “formam barreiras contra o aumento da produção, agrícola” (P187). Como muitos outros países em vias de desenvolvimento, a Guiné-Bissau continua a explorar os camponeses pela (entre outras coisas) imposição de termos de troca desfavoráveis, para poder alimentar uma população urbana massiva e uma burocracia excessiva.

A reacção dos camponeses é “fazer contrabando, emigrar e produzir menos” (P.190).

Quando as autoras dizem que a Guiné-Bissau “não se tornou nem modelo

(*) Investigador associado do Centro de Estudos de História Contemporânea do INEP.

de desenvolvimento político, nem de desenvolvimento económico, elas acreditam que um modelo deve ser aquele em que os camponeses têm uma verdadeira voz nos planos e políticas do Estado. As autoras isolam dois factores que impediram a participação dos camponeses “na redefinição do modelo de desenvolvimento” (P.7).

Estes factores são de comportamento e institucionais. Basicamente, acreditam que o Governo Guineense tem uma atitude paternalista em relação aos camponeses que constituem a maior parte da população do país. O Governo não confia que estas pessoas possam formar as decisões correctas sobre o desenvolvimento. Na maioria dos casos, o Governo age como se o caminho do desenvolvimento rural estivesse ligado à formação de mais quadros técnicos, em obter mais equipamentos e materiais, normalmente sem ter em conta os interesses dos camponeses.

Assim, a atitude paternalista está acoplada a uma estrutura institucional que depende excessivamente da ajuda estrangeira e material.

Nos primeiros três capítulos do livro, as autoras procuram na história as raízes das atitudes que guiam a política e planos correntes e as instituições através das quais estão a ser implementados. Por exemplo, numa comparação do “Estado Novo” na época de Salazar, as autoras estabelecem paralelos entre as instituições coloniais e as do governo actual. O programa colonial de granjas que os Portugueses tentaram implementar nos anos cinquenta é notado pelas autoras como muito similar ao do actual programa de desenvolvimento rural da zona I (P.37). Realçam que, apesar da Revolução, as instituições do Estado Novo e as atitudes que lhes eram inerentes, foram mantidas intactas pelo novo governo após a independência. Em 1974, por exemplo, Bissau já atingia uma população de 90.000 habitantes com uma burocracia igualmente gigante e centralizada — legados que o Estado independente não podia afastar e que se tornou um pesado fardo.

Mas as atitudes e instituições existentes não são totalmente um legado dos portugueses, herdado acidentalmente pelo Governo na altura da independência. As autoras notam que durante a luta o Partido tomou várias decisões — embora taticamente necessárias — que fizeram crescer o aparato autocrático do Partido-Estado contrária às opiniões dos camponeses. Mesmo Amílcar Cabral não escapa à crítica das autoras, pois foi Cabral quem caracterizou os camponeses como “a força produtiva da revolução, mas não uma força revolucionária”.

Cabral e o Partido consideravam os camponeses como recurso passivo, o qual precisava de ser activado e guiado, a fim de alcançar os objectivos revolucionários.

Um outro ponto de que as autoras falam na secção histórica, é sobre a natureza própria dos camponeses. Obras escritas sobre a história guineense evocam o modelo da dupla economia. Os camponeses são caracterizados pelo facto de ficarem de fora da economia de mercado, apesar de forçados a entrar nela. Neste modelo os camponeses são deixados sozinhos — retirados num mundo de auto-suficiência isolado, produzindo o suficiente para as suas pró-

prias necessidades. As autoras crêem que esta visão da vida camponesa apresentada como facto histórico, sustenta a atitude de que não se pode ter confiança nos camponeses para dirigir o seu próprio desenvolvimento. Por conseguinte, as autoras usam a revisão da história guineense para afirmarem o oposto: argumentam que os camponeses jogavam um papel activo na economia do mercado, antes do imposto de palhota e da dominação colonial directa; que o mundo camponês, não era de isolamento e auto-suficiência, mas de interdependência com a economia de mercado. Durante a sua história os camponeses guineenses eram produtores. Quando se “retiram” do mercado, é porque realizam um mau negócio. E quando se “retiram” do mercado é para buscar mercados em outros sítios — para a emigração ou fazer contrabando — ao contrário de se refugiarem na reclusão da tabanca.

A segunda secção do livro — sobre a estrutura, planos e políticas do Estado “actual” (quer dizer 1984) — continua os mesmos temas da secção histórica. Aqui as autoras apontam a tendência do Estado para tornar-se mais autocrático, mais centralizado, mais paternalista e menos sensível aos interesses dos camponeses. Os dados não são novos mas realçados. Assim o leitor pode ver a magnitude do problema e a inter-relação entre por exemplo a dívida externa, a centralização do aparelho do Estado e a atitude paternalista em relação ao mundo camponês. Os maiores gastos do Governo são nos programas — fábrica de automóveis, a fábrica de Cumeré, escolas centrais, etc., que não tocam na vida camponesa. São os camponeses que devem pagar estes gastos pelos produtos que vendem ao Estado a preços miseráveis.

A última secção talvez seja mais interessante. Aqui as autoras apontaram os fracassos e os sucessos ocasionais das “intervenções estatais” na vida camponesa desde a independência.

Elas passam revista aos projectos de desenvolvimento rural, tanto os de multiplicação de arroz de Contuboeil como os da zona I em Cacheu. Os fracassos pesam mais do que os sucessos, mas as autoras notam que quando for dada aos camponeses uma oportunidade de iniciarem eles mesmos os seus próprios esquemas, com o apoio governamental, poderá haver avanços.

Em Contuboeil um grande gasto em materiais e serviços técnicos deu origem ao “arroz mais caro do mundo”. No programa de desenvolvimento integrado rural da zona I em Bachile, uma orientação basicamente paternalista, criou um programa de formação de extensionistas que sabem muito sobre “mobilizar o camponês”, mas quase nada sobre a prática da agricultura na região. Por isso um programa que tentava catalizar os povos das tabancas, provocou uma atitude cínica e de desconfiança dos camponeses para com o Governo.

Na conclusão, as autoras oferecem uma lista de soluções específicas para os problemas institucionais da Guiné. A maior parte das medidas que sugerem — a liberalização da economia, a redução dos gastos e pessoal burocrático — estão a ser postas em prática já desde 1987 embora o mais importante seja uma mudança de comportamentos.

Repetem a mensagem básica do livro: Os camponeses não são “sub-produtivos”. Produzirão mais se os preços forem bons.

Poderão igualmente criar soluções inovadoras para problemas económicos se se lhes der o poder político para o fazer. Para isso, é necessário que se escutem os camponeses.

O Governo deveria encorajá-los e permitir-lhes a procura das suas próprias soluções às questões de desenvolvimento, de criarem as suas instituições fora do controlo governamental.

Não será preciso dizer, que numa tal mudança de orientação assim, necessitam de uma reestruturação dramática das instituições e atitudes governamentais.

Um Governo que favoreceu, no passado, um sistema de monopólio estatal, intervenções paternalistas e decisões tomadas de forma autocrática, terá de sacrificar a autoridade e ceder o poder aos que o Estado provavelmente considera de ignorantes e incompetentes de tomarem este tipo de decisões.

O livro parece dizer que quando os camponeses ganharem mais liberdade para decidirem eles mesmos a direcção que desejam seguir, a Guiné-Bissau caminhará em direcção à sua segunda e mais fundamental revolução.

(Traduzido do Inglês por Ana Maria Bayan Ferreira)



Colecção "KACU MARTEL"

1

**"NATURE ET FONCTIONNEMENT DU POUVOIR
CHEZ LES BALANTA-BRASSA"**

Diana Lima Handem

2

"TRANSIÇÃO HISTÓRICA NA GUINÉ-BISSAU"

Carlos Lopes

3

**"PROBLEMÁTICA DO MEIO AMBIENTE"
EM ALGUNS PAÍSES AFRICANOS"**

Seminário do MDRP/INEP/PNUMA

4

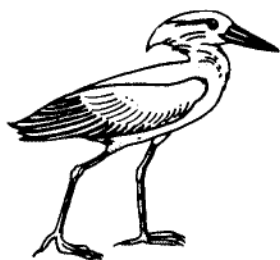
**"PARA UMA LEITURA SOCIOLÓGICA
DA GUINÉ-BISSAU"**

Carlos Lopes

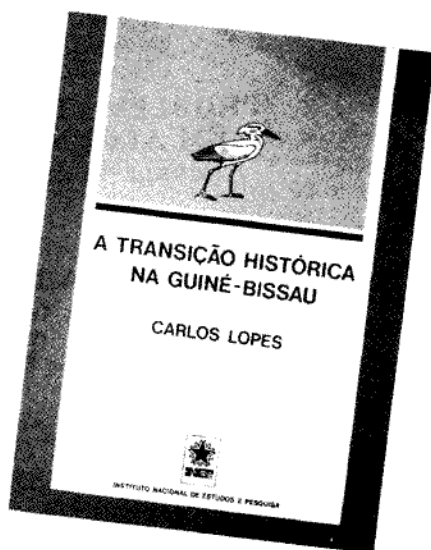
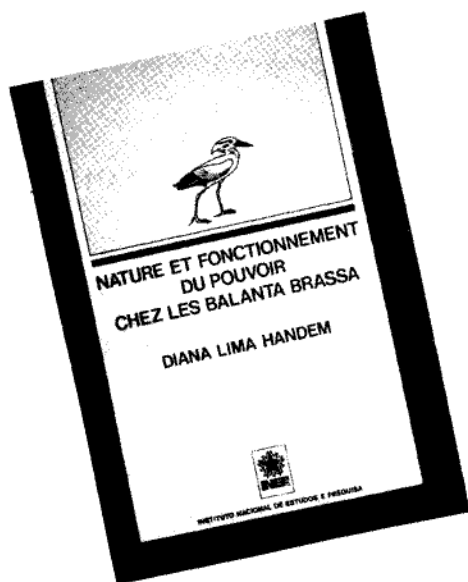
5

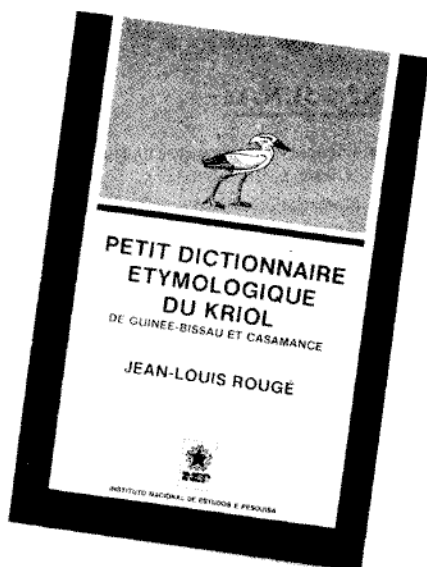
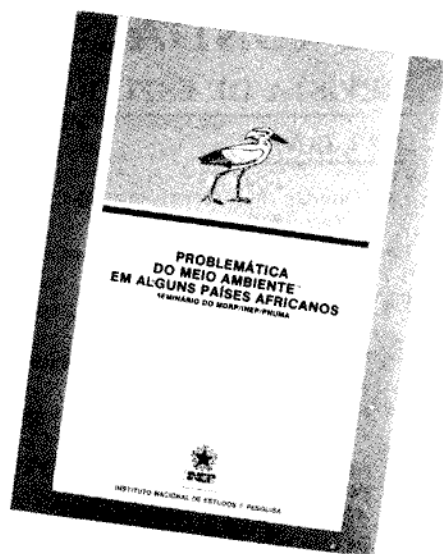
**"PETIT DICTIONNAIRE DU KRIOL
DE GUINÉ-BISSAU ET CASAMANCE"**

Jean Louis Rougé



Colecção "KACU MARTEL"





SORONDA

REVISTA DE ESTUDOS GUINEENSES

N.º 1 JAN/86

- Editorial
A Direcção da Revista
- A Guiné-Bissau à procura de um modelo social
Carlos Lopes
- A reconstrução da história contemporânea da Guiné-Bissau através da oralidade
Carlos Cardoso/ David Gonzalez
- O arroz ou a identidade dos Balanta-brassa
Diana Handem
- Família guineense: estabilidade e transformação
Gertrud Achinger
- Aproveitamento da energia solar na Guiné-Bissau: perspectivas e problemas
Abdulai Silá
- Os Censos e as sociedades camponesas
Rui Ribeiro
- Investigação sobre a história do ensino na Guiné-Bissau
Alexandre Furtado
- Contribuição para a análise sociológica da Guiné-Bissau actual
Jean Pierre Lepri
- 25 anos de estudos africanos na América Latina
David Gonzalez
- Actividades do INEP
- Notas de leitura

N.º 2 JUN/86

- Ciências sociais e políticas de desenvolvimento
Diana L. Handem 5
- Sociedade-Indivíduo-Crime: Contribuição para uma nova abordagem criminológica
Carlos Cardoso 12
- Sobre as causas do insucesso escolar
J.-P. Lepri 21
- Uma hipótese sobre a formação do crioulo da Guiné-Bissau e da Casamansa.
J. Louis Rouge 28
- Estudos e Pesquisas sobre a Música Tradicional
D. Balde, S. Mane, G. Santos 50
- Reflexões sobre o Sector da Energia
A. Afonseca 60
- O desenvolvimento desigual no pensamento de Samir Amin
Carlos Lopes 79

Actividades do INEP
Notas de Leitura

N.º 3 JAN/87

● Homenagem a Aquino de Bragança <i>Carlos Lopes</i>	3
● Considerações sobre as estruturas sócio-económicas das sociedades agrárias e a sua evolução histórica: um estudo de caso <i>Carlos Cardoso e Rui Ribeiro</i>	5
● As relações de trabalho numa sociedade de cultivadores de arroz: o caso das Balantas de Tombali <i>Pablo Sdersky</i>	21
● A industrialização é possível na Guiné-Bissau? <i>Yvan Avena</i>	39
● Análise da rentabilidade económica da barragem hidro-eléctrica do Saltinho <i>Wilson Cruz</i>	52
● A Guiné-Bissau: adaptar-se à crise <i>Diana Lima Handem</i>	77
● Contribuição para uma reflexão-educação: multilinguismo e unidade nacional <i>Ibrahima Djalo</i>	101
● Análise de uma infelicidade: religião e interpretações pessoalistas <i>Eve Crowley</i>	112
Documentos	
A necessidade de cooperação técnica entre os países em desenvolvimento: uma reflexão <i>Vasco Cabral</i>	127
ACTIVIDADES DO INEP	133

N.º 4 JUL/87

● Algumas considerações sobre a nossa situação sociolinguística <i>Mário Santos</i>	3
● A pesquisa-desenvolvimento em matéria de educação: elementos para uma teoria <i>Jean-Pierre Lepri</i>	15
● Barragens em Bolandas de água salgada <i>Rui Ribeiro</i>	38
● Nhomingas e Bidjogos — da pesca da “subsistência” à pesca “comercial” <i>Raúl Fernandes</i>	58
● Sobre a medicina tradicional e formas da sua colaboração com a medicina moderna <i>Eve Crowley e Rui Ribeiro</i>	95
● Estudo básico sobre perturbações mentais no país <i>Jop de Jong, G. Klein e Torn Horn</i>	113
● A formação e a assistência técnica na agricultura e desenvolvimento rural <i>José Filipe Fonseca</i>	133
● “A importância crescente da informação e suas regularidades em África” <i>Carlos Cardoso</i>	144
Documentos	
Para uma educação endógena na África Subsariana <i>Manuel Rambout Barcelos</i>	154
ACTIVIDADES DO INEP	168
NOTAS DE LEITURA	74



INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA

CEHC

Recolher e inventariar os documentos históricos dispersos por instituições nacionais e estrangeiras

Organizar a recolha dos testemunhos orais da Luta de Libertação Nacional

Coordenar as actividades de pesquisa no domínio da História. Antropologia, Etnografia e Sociologia

CESE

Assistir o Governo na pesquisa macroeconómica, estudos sectoriais e investigação sócio-económica

Pôr à disposição de todos, documentação sócio-económica especializada sobre o país

Colaborar com outras entidades na elaboração de estudos, pareceres e análises

CETA

Recolher a documentação de ordem tecnológica relevante para o país

Colaborar com os Ministérios para incentivar e assistir às iniciativas de investigação tecnológica

Promover o intercâmbio e a integração nas redes internacionais de informação tecnológica

BP

Coligir e inventaria livros e documentos tornando-os acessíveis ao público em geral e particularmente aos estudantes

Promover o interesse pela leitura como primeiro passo no caminho do estudo e da pesquisa

FICHA TÉCNICA

Direcção: Carlos Lopes, Abdulai Silá
Carlos Cardoso, Diana Handem

Conselho Consultivo: Ana Maria Gentili (Itália)
Okwudiba N'Noli (Nigéria), Armando Entralgo (Cuba), Lars Rudebecl (Suécia)
Luís Moita (Portugal), Manuel dos Santos (Guiné-Bissau)
Manuel Rambout Barcelos (Guiné-Bissau)
Mário Murteira (Portugal), Vasco Cabral (Guiné-Bissau)

Conselho de Redacção: Augusto Paulo Carlos Schwarz
Rui Ribeiro, Nelson Fernandes
Fernando Delfim da Silva

Concepção Gráfica: Nelson Fernandes

Fotocomposição e Montagem: Gamatipo

Impressão: Gráfica Europam, Lda.

Tiragem: 1000 exemplares

Depósito Legal n.º 22289/88

Preços:

- Guiné-Bissau: 600,000 PG
- Portugal: 500\$00
- Assinatura via aérea (4 números): US\$ 15.00

Locais de Venda: Casa da Cultura e INEP (Bissau)

Estrangeiro: Pedidos a CIDAC, Centro de
Informação e Documentação Amílcar Cabral
R. Pinheiro de Chagas 77, 2.º Esq.º — 1000 LISBOA
SORONDA, Revista semestral do INEP,
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
Complexo Escolar 14 de Novembro, CP 112 Bissau
Guiné-Bissau